



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO**

Mestrado em Educação – Variante Administração Escolar

**PARCERIAS ENTRE ESCOLAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DO CONCELHO DE MOURA**

Carlos António Couraça Calhau

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

Orientador: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

"Esta dissertação não inclui as observações feitas pelo Júri"

Évora, 2006



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Mestrado em Educação – Variante Administração Escolar

**PARCERIAS ENTRE ESCOLAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DO CONCELHO DE MOURA**

Carlos António Couraça Calhau

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Educação



Orientador: **Professor Doutor José Carlos Bravo Nico**

)

“Esta dissertação não inclui as observações feitas pelo Júri”

Évora, 2006

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO**

Mestrado em Educação – Variante Administração Escolar

**PARCERIAS ENTRE ESCOLAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DO CONCELHO DE MOURA**

Carlos António Couraça Calhau

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

Orientador: **Professor Doutor José Carlos Bravo Nico**

“Esta dissertação não inclui as observações feitas pelo Júri”

Évora, 2006

ERRATA

A página 127, referente a “**V.2. Recomendações**”, passa a ter a seguinte redacção:

“V.2. Recomendações”

Com base no trabalho desenvolvido e nos dados recolhidos é possível obter informações preliminares, que poderão vir a dar origem a outras investigações como por exemplo:

- a) Identificação de “metodologias de aprendizagem” utilizadas pelas instituições do Concelho de Moura no decorrer das suas práticas diárias.**

Como atrás foi dito (p:35-38), a educação não formal caracteriza-se pela não padronização de procedimentos aos mais diversos níveis. Assim, consideramos importante o desenvolvimento de uma investigação cuja temática esteja directamente relacionada com a identificação de “metodologias” utilizadas pelas instituições na formação das pessoas que lhes estão afectas.

- b) Efectuar um estudo sobre a necessidade de se criar uma entidade/estrutura que credencie e valide o saber informal e não formal.**

Num contexto de aprendizagem ao longo da vida, a validação das aprendizagens não formais e informais desempenha um papel importantíssimo; uma vez que, permite medir e certificar competências adquiridas nos mais diversos contextos. Por outro lado, o indivíduo pode aumentar as suas qualificações frequentando cursos que complementem as suas competências certificadas.

Desta forma, consideramos pertinente a realização de um estudo no Concelho de Moura, que vise demonstrar, ou não, da importância da criação de um CRVCC.

c) Identificação de áreas de formação comuns de forma a se promoverem cursos envolvendo várias instituições.

Através da presente investigação, foram identificadas áreas prioritárias de intervenção no que diz respeito à formação. Contudo, consideramos importante, o aprofundamento desta temática no campo da selecção e organização dos conteúdos curriculares.

d) Promoção e adaptação do currículo nacional à realidade local envolvendo diversos parceiros.

Com base no currículo nacional e nas especificidades locais, consideramos importante a possibilidade de se desenvolver um trabalho de investigação que vise a criação de um currículo cuja fundamentação, concepção, elaboração e avaliação tenha por base a comunidade onde a escola está inserida.

e) Potenciar a criação de um Projecto Educativo de âmbito local.

Em virtude de existirem no Concelho de Moura várias escolas e agrupamentos de escolas, consideramos igualmente importante (no sentido de se promover uma gestão integrada dos recursos existentes no território), o desenvolvimento de um estudo que nos permita tirar conclusões sobre a pertinência da promoção de um Projecto Educativo Local.

Consideramos, ainda, que com base no resultado obtido com este trabalho, poderão estar criadas as condições mínimas para a implementação no terreno de algumas parcerias.”

ÍNDICE GERAL

	Página
Introdução.....	13
I – Capítulo Primeiro	
<i>Parcerias entre Escolas e outras Instituições - Pressupostos Teóricos e Disposições Legais</i>	<i>16</i>
I.1 - Parcerias entre Escolas e outras Instituições – Pressupostos	
Teóricos.....	17
I.1.1 - Gestão escolar como processo organizacional.....	17
I.1.2 - Currículo como processo educacional.....	23
I.1.2.1 - Desenvolvimento curricular selecção e organização dos conteúdos.....	26
I.1.3 - Território e projectos educativos.....	29
I.1.4 - Desenvolvimento, participação e parcerias.....	33
I.1.5 - Educação formal e educação não formal.....	35
I.1.6 - Participação e comunidade.....	39
I.2 - Parcerias entre Escolas e outras Instituições – Disposições Legais.....	43
I.2.1- Lei de Bases do Sistema Educativo.....	43
I.2.2 - Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.....	47
I.2.3- Regime de Autonomia das Escolas	52
I.2.4 - Reorganização Curricular do Ensino Básico	56
I.2.5 - Conselhos Municipais de Educação e Elaboração de Cartas Educativas	59
I.2.6 - Estatuto do Mecenato.....	62
I. 2.7 - Conclusão.....	63
II – Capítulo Segundo	
<i>Metodologia.....</i>	<i>64</i>

II .1 - Metodologia	65
II.1.1- Metodologia e técnicas utilizadas	65
II.1.1.1 - Investigação Descritiva	65
II.1.1.1.1 - Limitações da Investigação Qualitativa	67
II.1.1.1.2. - Potencialidades da Investigação Qualitativa	67
II.1.1.2 - Instrumentos de Recolha de Dados	68
II.1.2 - 1^a Parte da Investigação – Caracterização e Cartografia	
Institucional do Concelho de Moura	68
II.1.2.1 - Metodologia e Técnicas Utilizadas	69
II.1.2.2 - Identificação da Várias Fases do Processo.....	69
II.1.2.2.1 - Recolha de Dados	69
II.1.2.2.2 - Tratamento dos Dados	69
II.1.2.2.3 – Classificação das Instituições de acordo com os	
Sectores de Actividade Económica.....	70
II.1.3 -2^a Parte da Investigação – Parcerias entre Escolas e	
outras Instituições	71
II.1.3.1 - Adaptação do Questionário	71
II.1.3.2 - Aplicação do Questionário	72
II.1.3.3 - Preparação dos Aplicadores	72
II.1.3.4 - A Amostra.....	72
III – Capítulo Terceiro	
<i>Caracterização e Cartografia Institucional do Concelho de Moura - Os resultados....</i>	74
III.1. - Caracterização do Concelho de Moura	75
III.1.1- Geografia	75
III.1.2-Demografia.....	75
III.1.3 -Emprego.....	76
III.1.4- Desemprego.....	77
III.1.5 -Estrutura Económica.....	78
III.1.5.1 - População empregada segundo grupos de profissões.....	79

III.1.6 - Educação.....	79
III.1.6.1 - Agrupamento Vertical de Escolas de Moura.....	80
III.1.6.2 - Agrupamento Vertical de Escolas da Amareleja.....	82
III.1.6.3 - Escola Secundária com 3ºCiclo de Moura.....	84
III.1.6.4 - Ensino Profissional.....	85
III.1.6.5 - Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar.....	87
 III .2 - Cartografia das instituições do Concelho de Moura.....	91
 III.2.1 - Análise dos dados relativos às instituições do Concelho de Moura.....	92
III.2.1.1- Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia da Amareleja.....	93
III 2.1.2 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Póvoa de São Miguel.....	94
III .2.1.3 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Safara	95
III .2.1.4 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Santo Amador	96
III.2.1.5 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Santo Aleixo da Restauração	97
III .2.1.5 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Sobral da Adiça	98
III.2.1.7- Análise dos dados relativos às instituições das freguesias Urbanas de Moura.....	99
III .2.2 - Conclusão	100
 III.3 - Parcerias entre Escolas e outras Instituições – Investigação	101
 III.3.1 - Recolha de Dados	101
III.3.1.1 - Freguesia	102
III.3.1.2 - Natureza/Objecto Social	102
III.3.1.3 - Data da Fundação das Instituições	103
III.3.1.4 - Número de Associados	103

III .3.1.5 - Organização Administrativa; Formação e Gestão de Pessoal; Funcionamento Quotidiano; Projectos e Formalidades de Natureza Burocrática e Contabilística	104
III.3.1.6 - Actividades que tivessem necessidade de aprendizagens específicas desenvolvidas nos últimos 12 meses	110
III.3.1.7 - Identificação de recursos	112
III.3.1.7.1 - Recursos Existentes na Instituição	113
III.3.1.8 - Recursos Existentes nas Escolas	114
III.3.1.9 - Disponibilidade por parte da instituição para formalizar parcerias com as Escolas.....	116
III.4 - Análise dos Dados	117
III. 4.1 -Domínios onde possam ser promovidas parcerias.....	117
III.4.2 - Recursos existentes numa dada comunidade.....	118
III.4.2.1 - Recursos a disponibilizar pelas instituições.....	119
III.4.2.2- Recursos a Disponibilizar pelas Escolas.....	119
IV. Capítulo Quarto	
<i>Parcerias entre Escolas e outras Instituições – Conclusões e Recomendações.....</i>	121
IV.1- Conclusões	122
V.2 - Recomendações	127
Bibliografia	128
Legislação	133
Anexos	135

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Sectores de Actividade	70
Tabela 2 - Plano de Amostragem	73
Tabela 3 - Distribuição da população por freguesias (1991-2001).....	76
Tabela 4 – Taxas de actividade	77
Tabela 5 – Taxas de desemprego	78
Tabela 6 – População Activa por Sector de Actividade.....	78
Tabela 7 – População empregada segundo grupos de profissões	79
Tabela 8 – Instrução da população residente do concelho	80
Tabela 9 – Agrupamento Vertical de Escolas de Moura	81
Tabela 10 - Número de alunos por nível de ensino e sexo Ano lectivo de 2003/2004	81
Tabela 11 -Número de alunos por nível de ensino e sexo Ano lectivo de 2004/2005.....	82
Tabela 12 – Agrupamento Vertical de Escolas de Amareleja	82
Tabela 13 -Número de alunos por nível de ensino e sexo Ano lectivo de 2003/2004	83
Tabela 14 -Número de alunos por nível de ensino e sexo Ano lectivo de 2004/2005	83
Tabela 15 -Número de alunos por nível de ensino e sexo Ano lectivo de 2003/2004	84
Tabela 16 -Número de alunos por nível de ensino e sexo Ano lectivo de 2003/2004	84
Tabela 17 -Número de alunos por nível de ensino, sexo e curso no Pólo do Centro de Formação Profissional de Beja a funcionar no IEFP de Moura – no ano de 2004	85
Tabela 18 - Número de alunos por nível de ensino, sexo e curso no Pólo do Centro de Formação Profissional de Beja a funcionar no IEFP de Moura – no ano de 2005.....	86
Tabela 19 -Número de alunos por nível de ensino, sexo e curso na Escola Profissional de Moura - Ano lectivo de 2003/2004.....	86

Tabela 20 -Número de alunos por nível de ensino, sexo e curso na Escola Profissional de Moura - Ano lectivo de 2004/2005.....	87
Tabela 21 – Cursos do 1º Ciclo do Ensino Recorrente Realizados no Concelho de Moura no Ano Lectivo de 2003/2004	88
Tabela 22 – Cursos do 1º Ciclo do Ensino Recorrente Realizados no Concelho de Moura no Ano Lectivo de 2004/2005	88
Tabela 23 – Cursos de Educação Extra-Escolar ano lectivo de 2003/2004	89
Tabela 24 – Cursos de Educação Extra-Escolar ano lectivo de 2004/2005	90
Tabela 25 – Número de instituições com base nos sectores de actividade no Concelho de Moura	92
Tabela 26 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia da Amareleja	93
Tabela 27 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Póvoa de São Miguel	94
Tabela 28 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Safara	95
Tabela 29 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Santo Amador	96
Tabela 30 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Santo Aleixo da Restauração	97
Tabela 31 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Sobral da Adiça	98
Tabela 32 – Número de instituições com base nos sectores de actividade nas Freguesias de Santo Agostinho e São João Baptista (urbanas)	99
Tabela 33 – Distribuição das instituições por freguesias	102
Tabela 34 – Número de Associados da Instituições	103
Tabela 35 – Actividades das Instituições	104
Tabela 36- Actividades Pontuais.....	105
Tabela 37 – Funcionamento das Instituições	105
Tabela 38 – Reuniões com o Pessoal	106
Tabela 39 – Gestão do Pessoal.....	108

Tabela 40 – Contabilidade	109
Tabela 41 – Projectos de Formação	110
Tabela 42 – Tipos de Formação Ministrada	111
Tabela 43 – Actividades com Terceiros	111
Tabela 44 – Actividades em Parceria com as Escolas	112
Tabela 45 – Recursos Instituição 1	113
Tabela 46 – Recursos Instituição 3	114
Tabela 47 – Recursos Escolas 1	114
Tabela 48 – Outros Recursos Escolares	115

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Natureza Jurídica	102
Gráfico 2 – Data da Fundação das Instituições	103
Gráfico 3 – Abertura ao Público	106
Gráfico 4 – Investimento	107
Gráfico 5 – Natureza Burocrática	107
Gráfico 6 - Organização Administrativa	108
Gráfico 7 - Recursos Instituição 2	113
Gráfico 8 - Recursos Escolas 2	115
Gráfico 9 - Disponibilidade para promover parcerias com as escolas	116

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Cartografia Institucional do Concelho de Moura.....	136
Anexo II - Cartografia Institucional das Freguesias Urbanas.....	169
Anexo III - Cartografia Institucional da Freguesia da Amareleja.....	187
Anexo IV - Cartografia Institucional da Freguesia da Póvoa de São Miguel	193
Anexo V - Cartografia Institucional da Freguesia da Freguesia de Safara.....	196
Anexo VI - Cartografia Institucional da Freguesia de Santo Amador.....	199
Anexo VII - Cartografia Institucional da Freguesia de Stº. Aleixo. da Restauração...	201
Anexo VIII- Cartografia Institucional da Freguesia do Sobral da Adiça.....	204
Anexo IX.- Instrumento 1- Questionário Institucional.....	207
Anexo X .- Instrumento 2 - Questionário Institucional	210
Anexo XI- Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Moura.....	213

RESUMO

Com a presente dissertação pretendemos caracterizar os possíveis contornos de uma parceria entre as escolas e outras instituições do concelho de Moura, de forma a melhorar a colaboração e com isso a maximização dos recursos materiais e humanos existentes no território. Com fundamento nos contributos de diversos autores relevantes no campo de conhecimento em análise e nas diferentes orientações legais, procuramos atingir os seguintes objectivos: a) identificar as instituições existentes; b) caracterizar as instituições; c) identificar domínios onde possam ser promovidas parcerias e d) identificar os recursos existentes na comunidade educativa de Moura.

De forma a encontrar resposta às questões da investigação, (relacionadas com a promoção de parcerias locais, com base na partilha de recursos), optamos por uma metodologia mista, qualitativa/quantitativa, por se considerar mais apropriada ao objecto do estudo. Os dados foram recolhidos por meio de questionários aplicados a uma amostra do universo de instituições do Concelho de Moura. A análise originou um quadro de categorias, subcategorias e indicadores com os quais criamos uma base de dados.

Após ter sido efectuada a investigação e a cartografia institucional do Concelho de Moura, chegámos aos seguintes resultados: a) foram identificadas áreas prioritárias para a promoção de parcerias; b) identificaram-se recursos plausíveis de serem utilizados em termos de parcerias.

Apesar das suas limitações, este estudo poderá contribuir para: a) identificar áreas comuns de formação entre instituições da comunidade; b) facilitar a adaptação do currículo nacional à realidade envolvendo diversos parceiros; c) alertar para uma efectiva necessidade de articulação entre as instituições.

Palavras-chave: Gestão; Currículo; Território; Projecto; Parcerias; Desenvolvimento; Educação Formal; Educação não Formal; Participação e Comunidade.

PARTNERSHIPS BETWEEN THE SCHOOLS AND OTHER INSTITUTIONS OF THE MOURA COUNTY

ABSTRACT

With this dissertation we intend to characterize the possible layouts of a partnership between the schools and other institutions of the Moura County as to improve the collaboration and thus maximize the material and human resources existing in the territory. Based on the contributions of several significant authors in the field of the knowledge in analysis and in the different legal diplomas, we aim to: a) identify the existing institutions; b) characterize those institutions; c) identify the areas where partnerships can be promoted and d) identify the existing resources in the school community of Moura.

In order to find an answer to the questions of investigation,(connected to the promotion of local partnerships, based on the sharing of resources), we choose a mixed methodology, qualitative/quantitative, because we find it more appropriate to the matter in study. The data was gathered by the use of questionnaires applied to a sample of the universe of institutions of the Moura County. The analysis gave origin to a board of categories, and indicators with which we created a database.

After the investigation and the institutional cartography of the Moura County, we came to the following results: a) priority areas for the promotion of partnerships were identified; b) resources that can be used in partnerships were identified.

Despite its limitations, this study is able to contribute to: a) the identification of common training areas between institutions of the community; b) facilitate the adaptation of the national curriculum to the reality involving different partners; c9 to alert to a true need of articulation between the institutions.

Key words: Management; Curriculum; Territory; Project; Partnerships; Development; Formal Education; Informal Education; Participation and Community.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer toda a disponibilidade que o Exmo. Sr. Professor Doutor José Carlos Bravo Nico demonstrou ao longo da realização deste trabalho, pelo apoio dado, pelas orientações fornecidas e pela motivação que me transmitiu.

Quero agradecer igualmente à Câmara Municipal de Moura pelo apoio dado que se materializou através da assinatura de um protocolo de colaboração com a Universidade de Évora – mais especificamente à Dr.^a. Marina Figueiredo pela colaboração prestada.

Às Instituições do Concelho, pelos dados fornecidos, bem como as informações que nos foram disponibilizadas.

A todos aqueles que prontamente colaboraram, disponibilizando informações de grande utilidade para o desenvolvimento da investigação.

Quero agradecer igualmente à minha família pelo apoio dado e pelas privações a que estiveram sujeitos.

INTRODUÇÃO

No sentido de promover uma Escola de qualidade, este trabalho tem como principal finalidade dar um contributo aos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino e às direcções das instituições do concelho de Moura, na identificação de áreas de convergência que possibilitem a promoção de parcerias.

O objectivo que pretendemos atingir com estas parcerias passa pela identificação de soluções que visem melhorar a colaboração e a maximização dos recursos materiais, humanos e espaços existentes no território identificado, beneficiando com isso a Escola, as instituições, e a comunidade em geral, através da melhoria da qualificação média da população do concelho de Moura.

A participação das instituições, de uma comunidade, nos projectos educativos a nível local é hoje um dos paradigmas das políticas educativas de base local. Face a esta posição, podemos equacionar esta participação a dois níveis:

1º- Forma indirecta de participação – a este nível destacamos os modelos de gestão, liderança e autonomia adoptados pelos órgãos de gestão nos quais se reconhece a importância da comunidade e das suas instituições na definição das estratégias organizativas. Pode-se igualmente considerar a comunidade a nível do desenvolvimento curricular na selecção e organização dos conteúdos;

2º - Forma directa de participação – na elaboração de um projecto educativo local, na definição da carta educativa, na promoção de parcerias, na acreditação de competências adquiridas através da educação não formal, entre outras.

É de salientar igualmente, a existência de determinadas disposições legais que possibilitam a promoção de acordos entre a Escola e as mais diversas instituições da comunidade, como por exemplo: a Lei de Bases do Sistema Educativo; o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino; a Reorganização Curricular; os Conselhos Municipais de Educação, as Cartas Educativas e o Estatuto do Mecenato.

O presente projecto de investigação assume, entre outros objectivos, a promoção de parcerias locais, com base na partilha de recursos e na construção de projectos educativos negociados e concorrentes.

Assim, de forma a atingirmos os objectivos assumidos pelo presente estudo, dos quais destacamos: a) identificar as instituições existentes; b) caracterizar as instituições; c) identificar os recursos existentes na comunidade de Moura; d) identificar domínios onde possam ser promovidas parcerias e e) obter informações preliminares, que possam dar origem a outras investigações, a presente investigação debruçar-se-á sobre as instituições do Concelho de Moura.

Relativamente às metodologias utilizadas, e atendendo às características do trabalho assumimos a investigação mista qualitativa/quantitativa como a tipologia de investigação mais adequada.

Do ponto de vista formal o presente trabalho será organizado em quatro capítulos.

No decorrer do primeiro capítulo abordam-se os pressupostos teóricos. Assim, através da revisão de literatura enquadram-se as questões levantadas no seio dos vários campos do conhecimento do domínio pedagógico.

Este capítulo está, por sua vez, estruturado em dois pontos. No primeiro serão abordados conceitos que consideramos estarem directamente relacionadas com o objecto do presente trabalho (a gestão escolar; o currículo como processo educacional; Território e projectos educativos; desenvolvimento, participação e parcerias; educação formal e não formal, e comunidade). No segundo ponto, debruçar-nos-emos sobre a arquitectura legal que regulamenta a área em que decorre o nosso estudo.

No decorrer do segundo capítulo apresentaremos as opções metodológicas que orientaram o estudo de campo e descrevemos a forma como construímos/adaptámos os instrumentos de recolha de informação.

No terceiro capítulo efectuaremos a caracterização e cartografia institucional do concelho de Moura. Este capítulo é composto por três pontos:

- No primeiro iremos caracterizar o concelho com base em indicadores que consideramos importantes, atendendo aos objectivos que pretendemos atingir. Esta caracterização irá ajudar-nos no diagnóstico e no enquadramento funcional das escolas e de outras instituições;

- No segundo ponto, apresentaremos o resultado da cartografia institucional efectuada no Concelho de Moura;

- No terceiro ponto desenvolveremos a investigação tendo para o efeito utilizado um questionário. Neste terceiro ponto caracterizaremos as instituições constantes de uma amostra que seleccionamos com base na proximidade funcional com as escolas.

No quarto capítulo expressaremos as conclusões, recomendações e sugestões que eventualmente possam vir a orientar futuras investigações.

Para além destes quatro capítulos, faz igualmente parte integrante do trabalho um conjunto de anexos referentes à cartografia institucional e a documentos utilizados na investigação.

I – CAPÍTULO PRIMEIRO

**Parcerias entre Agrupamentos de Escolas e outras Instituições - Pressupostos
Teóricos e Disposições Legais**

I.1 - Parcerias entre Agrupamentos de Escolas e outras Instituições - Pressupostos Teóricos

Através de uma revisão de literatura (o mais abrangente possível), iremos tentar enquadrar as questões colocadas no seio do estado do conhecimento dos campos de que são originárias.

Iremos materializar os contributos de diversos autores relevantes no campo de conhecimento em análise, de forma a equacionarmos os pressupostos teóricos do presente trabalho.

Assim, iremos analisar o que diferentes especialistas, no domínio da Administração Educacional e Pedagogia, nos dizem a nível da gestão escolar como processo organizacional, do currículo como processo educacional, do desenvolvimento curricular (selecção e organização dos conteúdos), do território, dos projectos educativos, do desenvolvimento participação e parcerias, da educação formal e não formal e da participação da comunidade.

I.1.1 - Gestão escolar como processo organizacional

A promoção de uma Escola de qualidade constitui uma das grandes preocupações do momento actual. Como a Gestão Escolar está directamente associada a essa qualidade, é necessário promoverem-se alterações de forma a mudar a situação existente e assim melhorar a qualidade na Escola.

Relativamente à Administração das Escolas, Natércio Afonso (1995) é da opinião que existe uma dispersão de poderes no seio das organizações escolares o que originou a falência do centralismo burocrático. Desta forma, o mais importante é a identificação dos interesses, das estratégias e das motivações dos diferentes actores organizacionais. Assim, defendendo uma maior autonomia para as escolas o autor propõe que a incidência da Gestão no funcionamento da Escola deve ser fundamentada nos seguintes pressupostos:

- 1º- Definição dos objectivos da escola em função dos autores e daquilo que eles pensam que são;

- 2º- A liderança não deve depender de um sector organizacional no seio do funcionamento quotidiano da organização escolar, deverá reflectir-se no sentido de se tornar mediadora face aos diversos actores organizacionais;
- 3º- Redefinição dos papéis da organização a nível superior no sentido de se promover a diversificação, nomeadamente a descentralização da administração do sistema educativo.

Lícinio Lima (1995) defende um modelo de gestão escolar tendo por base um ponto de vista sociológico. Assim, segundo este autor, deve-se introduzir na administração das escolas os modelos de gestão do privado. O privado é celebrado como um sistema mais racional, competitivo, inovador e tecnicamente superior. Características estas, que devem estar patentes na gestão escolar. Contudo, considera a gestão como um universo de confluências complexas entre as teorias e as práticas.

Em relação à gestão escolar Lícinio Lima (1995) defende alguns princípios que passamos a enumerar:

- 1º- Uma autonomia real em que se dê uma devolução de poderes às comunidades educativas sem acarretar desinvestimento por parte do Estado em termos de recursos;
- 2º -A gestão deve ser do tipo colegial e não uma organização burocrática;
- 3º- A gestão, pelo seu exercício quotidiano, deve ser um factor fortemente socializador.

Estes pressupostos remetem-nos para uma visão sociológica da administração das escolas em que se prevê igualmente uma maior autonomia, desburocratização e a aplicação de modelos de gestão do privado.

Segundo Carlos Estevão (1998), apesar do seu estudo se focalizar na escola privada portuguesa como organização, no domínio da qualidade na gestão escolar existe um certo paralelismo entre o ensino privado e público. Assim, segundo o autor, e com base nas suas características de funcionamento, as escolas privadas podem-se classificar como fractalizadas, ou seja, são organizações que têm uma dinâmica própria resultante de várias situações internas não lineares. Desta forma, o autor defende que devemos considerar a escola privada como uma organização política que faz depender as políticas organizacionais da relação entre os diferentes actores, do confronto entre vários interesses, das relações de poder e dos fenómenos de resistência no seu interior. Estes

elementos devem ser tomados em linha de conta na definição de estratégias que visem a promoção de uma gestão de qualidade.

Para João Barroso (1995), na gestão escolar devem considerar-se as seguintes características organizativas:

1^a- A escola como uma organização social onde coabitam adultos, crianças, jovens e adolescentes (esta realidade é distinta de toda e qualquer outra organização, pelo que, não devemos aplicar directamente modelos de gestão de outras organizações);

2^a- Trata-se de uma organização com fins educativos;

3^a- A escola é uma organização com forte implementação social e comunitária que tem uma finalidade objectiva, concreta e imediata para com as pessoas e o meio onde está inserida.

Se o resultado da escola é fruto do trabalho dos alunos e dos professores, então a gestão da escola deva ser participada. Assim sendo, João Barroso defende que os alunos devem ser parceiros e intervenientes essenciais a par e passo com os professores e funcionários e considera, ainda, os seguintes aspectos como essenciais para uma boa gestão escolar:

1^º- As escolas devem ser apetrechadas a nível normativo, logístico e de recursos (a transformação da gestão será resultante do desenvolvimento das escolas);

2^º- Há que fomentar nas escolas o aparecimento de lideranças, uma vez que são factores decisivos nos processos de inovação e mudança;

3^º- A gestão intermédia deve ser reforçada, o que permitirá uma maior ligação entre a sala de aula e a escola no seu conjunto;

4^º- Devem-se promover novas formas de estar na escola, uma vez que estas, facilitam o surgimento de novas formas de gestão.

Segundo Prostes da Fonseca (1995), a administração escolar deve ser definida em função da missão que a Escola tem, bem como na definição dos seus objectivos. Desta forma, podem ser identificadas duas situações que interferem directamente na administração escolar: uma defende que a missão da escola é preparar um determinado número de pessoas de modo a que se tornem úteis à sociedade; outra está mais relacionada com o papel institucional, ou seja deve-se ter em consideração o social, o cultural e o económico.

Para aquele autor, a dinâmica de gestão deve ser do tipo privado, entendendo-se como dinâmica privada a autonomia e a existência de um projecto próprio.

A escola é uma organização com uma especificidade que resulta dos elementos que se têm de saber gerir, como por exemplo: os protagonistas (deve haver mecanismos que permitam e levem à participação de todos na definição dos objectivos); a autonomia; os recursos humanos e materiais (a escola deve ter capacidade para criar e valorizar os seus próprios recursos); o financiamento dos projectos educativos e a comunicação entre escolas, fazendo rentabilizar os casos de sucesso.

Para António Nóvoa (1992), as instituições escolares adquirem uma dimensão própria enquanto espaço organizacional, onde também se tomam importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas.

O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interacções que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos de interesses distintos. Os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a construir-se com base nas três áreas seguintes:

1^a- A Estrutura Física da Escola – de que se destacam entre outros a dimensão da escola, edifício(s) escolar(es), recursos materiais, número de turmas e organização dos espaços;

2^a- A Estrutura Administrativa da Escola – que engloba a gestão, direcção, controlo, inspecção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal administrativo, pessoal auxiliar, participação das comunidades e a relação com as autoridades;

3^a- A Estrutura Social da Escola – salientam-se as relações entre alunos, professores e funcionários, a responsabilização e participação dos pais, a democracia interna, a cultura organizacional da escola e o clima social.

Relativamente à liderança, António Nóvoa (1992) defende o modelo Organizacional como forma de promover a qualidade e a coesão de uma escola. Assim, este tipo de liderança irá promover estratégias de actuação ao mesmo tempo que estimula o empenhamento individual e colectivo na realização dos projectos de trabalho. A liderança organizacional deve ser legitimada por uma tomada de decisão e participação colegial, envolvendo o conjunto da comunidade educativa na definição e salvaguarda dos objectivos próprios do estabelecimento.

Segundo Maria do C. Clímaco (1988), a gestão escolar é uma área interdisciplinar, que implica saberes específicos e que tem evoluído de acordo com o percurso histórico.

A autora apresenta-nos três áreas, nas quais estão incluídas as funções de gestão:

1^a- **Domínio Pedagógico** – da competência do Conselho Pedagógico a quem cabe as funções de formação e orientação entre outras;

2^a- **Domínio Administrativo/Organizacional** – compete ao Conselho Executivo formular as funções de ordem financeira, orçamental, recursos humanos, equipamentos e serviços, entre outros.

3^a- **Domínio Institucional** – é da responsabilidade do Conselho Executivo e as funções (mediação, clima entre outras) são formuladas em termos de objectivos gerais de “ política” educativa do estabelecimento.

É de salientar a existência de três fases de intervenção nas várias áreas: o planeamento; a execução/organização e a coordenação/controle.

A autora refere, ainda, dois elementos a ter em conta na gestão da escola que são a democraticidade e a eficácia.

Relativamente à democraticidade podem ser indicadores o número de conselhos executivos eleitos, o tipo de informações que fazem circular, o modo como se processa a tomada de decisão, como se distribui o poder de decisão ou o estilo de liderança. A eficácia pode ser medida em termos de resultados académicos imediatos. Podem servir de indicadores a qualidade do corpo docente, o nível de satisfação dos professores, a conservação e qualidade estética dos edifícios e equipamentos, entre outros.

Pelas diferentes posições anteriormente descritas podemos chegar à conclusão que a escola é uma organização específica, atendendo às suas finalidades e funções, que mantém similaridades e diferenças em relação ao conceito geral de organização.

Contudo, segundo Maria Tripa (1994), a mesma não pode ser considerada só como um agregado biológico, nem tão pouco um conjunto de realidades físicas bem delimitadas e fixas, uma vez que “ *O funcionamento desta organização é como um sistema, em que cada um tem o seu papel, estando simultaneamente integrado num grupo que se encontra ligado a outros em rede.* ” (p.42)

Desta forma consideramos importantes as relações que podem ser mantidas com outros elementos do meio. A comunidade deve colaborar activamente com a escola de forma a estabelecer dinâmicas que promovam o sucesso, uma vez que esta foi instituída ao serviço dessa mesma comunidade.

No próximo ponto iremos analisar o conceito de currículo como processo educacional e a participação da comunidade na selecção e organização dos conteúdos no âmbito de uma verdadeira flexibilidade curricular.

I.1.2. Currículo como processo educacional

Relativamente ao conceito de currículo existe uma pluralidade de definições e cada uma pressupõe valores e concepções implícitas.

A palavra *curriculum*, de origem latina, significa o curso, a rota, o caminho da vida ou das actividades de uma pessoa ou grupo de pessoas. O currículo educacional representa a síntese dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social expresso pelo trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. Para Goodson (1996), o currículo é definido como um percurso a ser seguido, como conteúdo apresentado para estudo.

Segundo Bravo Nico (2000), as primeiras representações de currículo foram influenciadas pelo modelo tecnicista, baseado nas categorias de controlo e eficiência. Desta forma, o currículo assumia uma trajectória unilinear em que os indivíduos estavam sujeitos a um processo sistemático de formação, ao qual estava associado um controlo de qualidade. Assim, “*O currículo era entendido como uma forma de tornar o sistema educativo tão eficiente quanto qualquer sistema económico*”(p.165)

Destaca-se, neste sentido, a obra de Tyler, na qual este autor mostra preocupação com o estabelecimento de objectivos educacionais e com a avaliação. O currículo era considerado como instrumento de racionalização da actividade educativa e controlo do planificado. Para Bravo Nico (2000:166), “*Os entendimentos tylerianos de currículo, ao proporem a definição de objectivos e a escolha consequente de oportunidades de aprendizagem e respectiva avaliação dos resultados obtidos, organizam, metodicamente e pionieramente, a base do currículo.*”

Por sua vez, a nova Sociologia da Educação procura discutir os aspectos internos da escola, a relação entre a educação e as desigualdades sociais. Michael Apple (2000) colocou em destaque a relação entre a predominância económica e cultural e o currículo escolar. O autor trabalhou a noção de currículo oculto procurando demonstrar como as escolas produzem e reproduzem a desigualdade social. De acordo com Bravo Nico (2000:168) e citando Apple “*nunca agimos no vazio (...) entendendo-se o currículo como resultado da interacção de diferentes processos educativos formais e informais – que se desenrolam em determinados contextos de aprendizagem caracterizados pela diversidade de circunstâncias – reflectirá, necessariamente, as diferenças sociais, históricas e culturais e o equilíbrio de interesses e forças que pressionam os sistemas*

educativos, nos espaços e tempos em que ocorre a sua construção." A discussão sociológica do currículo e a crítica ao estruturalismo foram feitas por diversos autores como Sacristán, Grundy, Neto e Almeida, segundo o referido autor.

A selecção do conhecimento escolar não é um acto desinteressado e neutro. É resultado de lutas, conflitos e negociações. Assim, entende-se que o currículo é culturalmente determinado, historicamente situado e não pode ser desvinculado da totalidade do social. As profundas transformações sociais, políticas e económicas verificadas nos anos sessenta do século passado, deram origem ao surgimento de novas teorias de currículo.

Para Silva e Moreira (2000), nas escolas não se aprendem apenas conteúdos sobre o mundo natural e social; adquire-se também consciência, que comanda relações e comportamentos sociais.

Os efeitos do currículo ultrapassam a aquisição de conhecimentos formais e voltam-se para a concepção de currículo oculto, através do qual são transmitidas ideologias, concepções de mundo pertencentes a determinados grupos dominantes na sociedade e que servem para reproduzir as desigualdades sociais. Para Silva (1995), o currículo oculto resulta de aprendizagens não intencionais que têm a sua origem em certos elementos presentes no ambiente escolar.

Silva (2000) completa a definição de currículo oculto como um conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que resultam das relações sociais, dos rituais, das práticas e da configuração espacial e temporal da escola.

Contudo, a necessidade de questionar alguns «*porquês*» da educação deu origem ao surgimento de novas teorias relacionadas com o currículo, que vieram contrastar com as concepções curriculares mais tradicionais.

Segundo Bravo Nico (2000), a renovação teórica do currículo assume-se como um movimento da reconceptualização (ou teoria crítica) em que se rejeita o conceito de currículo como simples exercício técnico e se incorporam alguns dos princípios de teorias, como a fenomenologia, a hermenêutica e as correntes de pensamento pós-moderno.

A literatura crítica no campo do currículo tem argumentado a favor de uma teoria que tenha em consideração a dimensão prática do currículo. Trata-se de uma perspectiva que busca compreender o currículo em acção, ou seja, os contextos de concretização do currículo desde a sua elaboração até à aplicação nas salas de aulas.

Sacristán (1998) é defensor deste ponto de vista ao focar a atenção para os condicionantes administrativos, institucionais e pedagógicos que afectam o desenvolvimento do currículo nas escolas.

Segundo Bravo Nico (2000: 171) “ *Com o advento do movimento crítico, o currículo abandona o seu carácter neutro, desinteressado e eminentemente técnico e invade, decisivamente, o universo das questões sociais do poder.* ”

Presentemente, e segundo o autor, as correntes interculturais e multiculturais estão a ter cada vez mais um maior protagonismo em virtude “ (...) *uma geografia humana e social cada vez mais esbatida; em que se reflecte, cada vez mais, acerca do papel da instituição escolar na aprendizagem e transmissão dos estereótipos de género e consequente produção de desigualdades* (Noddings, 1992:666; Santomé 1995:155; Neto e tal 1999:194; Colmenares, 1999:117); *em que os pós-modernistas alertam para a necessidade de se percepcionar o mundo tal como ele é, ou seja, fragmentado, contígeno e incerto; em que os pós-estruturalistas defendem o fim dos binarismos sociais básicos; em que o local e o popular se assumem como alternativa curricular ao global e elitista (...) a realidade educativa é cada vez mais, uma realidade sistémica incerta, caracterizada pela relatividade dos espaços e dos tempos que cada indivíduo vive, enquanto aprende e onde a única certeza é a que decorre da liberdade e autonomia de cada pessoa.* ” Bravo Nico (2000:172 e 173).

Com a presente Reorganização Curricular do Ensino Básico, Ana Benavente (2000) defende que o currículo nacional deve estabelecer as principais aprendizagens, competências e experiências educativas a proporcionar a todos os alunos. Quanto à sua concretização considera que deve ser um processo flexível que procure dar as respostas adequadas e diferenciadas de acordo com as necessidades, características individuais e de grupo de alunos, escola ou região.

Face ao exposto, consideramos que o processo ensino-aprendizagem deve ser conduzido pela escola de forma a dar uma resposta mais adequada às necessidades dos seus alunos. Devemos contudo maximizar os recursos humanos e materiais existentes num determinado território e promover uma avaliação que nos permita interpretar, informar, reflectir e decidir sobre os processos de ensino e aprendizagem que melhor servirão os projectos em que a escola e a comunidade se revêem.



I.1. 2.1 – Desenvolvimento curricular selecção e organização dos conteúdos

A questão central da discussão sobre currículo decorre do processo de organização e selecção dos conteúdos trabalhados nas escolas. Neste sentido, ao se discutir as escolhas feitas pelos professores, discutem-se não só as opções, mas as concepções acerca de uma determinada sociedade e o seu desenvolvimento. Segundo Santos e Moreira (1996), é por meio do currículo que diferentes sociedades procuram desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados. Os autores referem, ainda, que todo o currículo envolve apresentação de conhecimentos e inclui um conjunto de experiências que visam a assimilação e a reconstrução desses conhecimentos. Com base nos princípios enunciados, podemos chegar à conclusão que a palavra currículo apresenta e aparece com dois sentidos muito claros no meio pedagógico: como conhecimento escolar ou como experiência de aprendizagem. O currículo é uma construção social, uma vez que está directamente ligado a um momento histórico, a uma determinada sociedade e às relações que esta estabelece com o conhecimento.

Em cada época e sociedade, a escola tem assumido uma função social diferente, reflectindo-se esta acção num olhar diferenciado acerca do conhecimento e da cultura.

Relativamente ao processo de selecção e organização dos conteúdos, podemos considerar o mesmo como “decisão política” uma vez que a escolha e decisão destas acções não são neutras, regulamentam e definem o que se ensina.

No processo de selecção do que podemos ensinar, segundo Santos e Moreira (1996), existem diversos estudos que discutem este assunto e de certa maneira todos apontam para a questão dos conflitos que permeiam estas acções, apresentando-se segundo o princípio das lutas e negociações. Estes processos de selecção envolvem um comprometimento político que visa garantir a hegemonia de determinados saberes, perpetuando-se visões de mundo por meio da sua cultura.

Discute-se, em função disto, como o conhecimento se torna um conteúdo escolar, pensando os mecanismos através dos quais a escola não apenas transmite saberes, mas também os produz (Santos e Moreira, 1996). Parece que o conhecimento discutido na escola é diferente ou tem função diferenciada daquele utilizado, estruturado e aplicado no nosso dia a dia. Está presente na escola a opinião de que é preciso abordar um conteúdo antes do outro, desenvolvendo-se este processo de uma forma crescente. Assim, o saber da sociedade é diferente do saber escolar, no qual os mesmos são

recontextualizados. Segundo Santos e Moreia (1996), podemos pois dizer que a organização do conteúdo curricular está relacionada com a produção dos saberes escolares.

Todo este processo é delicado para ser pensado de maneira tão ampla, visto que cada realidade tem as suas características próprias. Contudo nenhuma está isenta das relações, que engendram a nossa sociedade, referentes às lutas sociais nos mais diversos níveis. Neste sentido, falar das escolhas dos professores, por meio dos processos de selecção e organização curricular, é buscar compreender um pouco desses caminhos por onde passam as suas experiências e como estas manifestam a realidade onde estão inseridas.

Com base no que foi dito anteriormente, estamos pois em condições de fazer uma breve reflexão relativamente ao modo como podem ser organizados os conteúdos de forma a ser elaborado um currículo cuja fundamentação, concepção, elaboração, avaliação e implementação tenha por base a comunidade onde a escola está inserida, bem como as instituições que pertencem a esse mesmo território.

Parece consensual o facto da escola dever estar “inserida” no meio. Contudo é necessário que exista uma colaboração e cooperação entre esta e a comunidade. O Projecto Educativo de Escola constitui-se como o instrumento definidor das políticas e dinâmicas de organização da escola e de processos de gestão curricular que veio permitir dar resposta às situações anteriormente enunciadas. Assim, este pode ser considerado como um instrumento de concretização e de gestão da autonomia, se concebido e desenvolvido na base do cruzamento de perspectivas e posições diversas (dos vários intervenientes no processo educativo) que proporcionem a existência de diálogo dentro da escola, desta com a comunidade, e que enriqueçam a cultura e os saberes escolares com a dimensão social.

Para Maria Beatriz Canário (1998), a comunidade deve envolver-se com a escola no sentido de construir um projecto educativo para o seu território (Projecto Educativo Local), com base nos seguintes pressupostos:

1º- A nível local, e a partir da realidade concreta de um dado território, ser possível a definição de prioridades educativas que se integrem na política nacional;

2º - A construção do “bem comum local”, que é a política educativa local é fruto de uma concertação que permite a definição local do interesse geral. A

gestão de conflitos e interesses está pois facilitada através de possíveis consensos baseados nas negociações entre os diferentes intervenientes;

3º - A política educativa local não deve intervir só a nível da escola. Deve alargar a sua influência ao nível da educação não-formal, animação cultural e formação contínua;

4º - A política educativa local deve ser parte integrante de uma política de desenvolvimento local que promova a participação das populações com o objectivo final de se promover a qualidade de vida.

Segundo a autora a construção de um currículo local vai permitir uma contextualização particular das aprendizagens, promovendo a introdução na escola de elementos significativos da cultura local.

Para Carlos Estêvão (1999), o projecto educativo deve emergir como resultado de um processo participativo e negociado entre todos os participantes, no qual se devem definir metas, valores, princípios e prioridades, relativamente ao futuro que se ambiciona construir, procurando sempre reflectir uma dinâmica essencialmente política, globalizante e flexível.

Margarida Marques (2000), por sua vez, defende uma participação responsável por parte dos diferentes intervenientes de uma comunidade educativa que têm uma incidência directa sobre o sistema educativo de forma a pensarmos a educação como um fenómeno complexo, que diz respeito aos diferentes actores económicos e sociais.

Face ao exposto anteriormente parece-nos pois que existe, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista do quadro legal (uma vez que a realização de políticas educativas locais, têm enquadramento constitucional, jurídico no quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo), uma predisposição para a promoção de parcerias entre as escolas e os outros elementos da comunidade local, de forma a ser promovida uma verdadeira flexibilização curricular.

A gestão curricular, no quadro de uma flexibilização, deverá estar apta a encontrar respostas adequadas à realidade de cada grupo de alunos de uma escola, atendendo ao seu enquadramento num contexto regional.

O território e os projectos educativos são áreas nas quais podemos identificar pontos em comum entre as escolas e outras instituições de uma dada comunidade.

Assim, no ponto que se segue iremos efectuar uma abordagem relativamente a esta temática, tentando identificar pontos de interacção.

I.1.3. Território e projectos educativos

Do ponto de vista legal, o Despacho Normativo nº 27/97, de 2 de Junho, que regulamenta o reordenamento da rede escolar, justifica, no seu preâmbulo, a necessidade de se agruparem os estabelecimentos de educação de um dado território com base nos seguintes pressupostos:

- 1º. “*A tendência para desenvolver a dinâmica escolar, seja em torno da noção de área educativa, através da agregação e articulação de escolas do mesmo nível ou de diferentes níveis de ensino, seja de projectos e novas formas de organização dos recursos pedagógicos existentes.*”;
- 2º. “*(...) intuito de concretizar plenamente a concepção de uma escola inserida na comunidade e centro privilegiado de toda a acção educativa (...)*”;
- 3º. “*Pretende-se que este regime desenvolva as já visíveis dinâmicas locais integradoras dos recursos disponíveis, reforce e potencie as articulações entre a educação pré-escolar e os ciclos do ensino básico, como estratégia orientada para a melhoria da educação (...)*”;

Estes são os princípios que nortearam a criação dos agrupamentos de escolas verticais e horizontais e que implicam o território numa dimensão cartográfica pelo estabelecimento de associações gestionárias, pedagógicas e curriculares, de escolas do ensino básico.

Segundo Manuel Sarmento (1999), o território é constituído no jogo social, ou seja, é o resultado de um sistema interactivo entre o seu interior e o contexto que o envolve. São estabelecidas regras e condições de acção que delimitam o território e lhe dão espessura e relevo, estabelecendo assim uma topografia.

Na relação escola/território verificamos a existência de várias abordagens. Assim, numa primeira fase, a educação desenvolvia-se tanto melhor quanto mais independente fosse dos territórios. Presentemente a versão predominante defende uma justaposição das especialidades da instituição escola e do território onde se situa. O processo educativo de um indivíduo deve integrar e contemplar a sua pertença e enraizamento a um local.

Relativamente ao tema “território educativo” e como disse Manuel de Matos (1998), apesar de autores como Kerschensteiner, Dewey, Freinet e Paulo Freire, já há

algum tempo se referiram ao tema, só agora o território educativo se tornou dominador, omnipresente à identidade da Escola.

Segundo Manuel Matos (1998), o território tornou-se uma coisa preciosa para a escola funcionando como a sua última justificação de identidade. “ (...) *o território oferece tudo aquilo de que a escola precisa para se reabilitar de séculos de inércia e de indiferença: a diversidade geo-cultural, a iniciativa local, a flexibilidade das soluções, o partenariado, o mecenato, em suma, o lugar para a imaginação, para o protagonismo e para a acção.* ” (p.20)

Para Manuel Matos o território não pode ser considerado só como algo do âmbito territorial coberto pela rede escolar local, mas sim, “*o território como referência simbólica da acção, o espaço propriamente dito de intervenção pedagógica, esse espaço sem fronteiras que agora temos pela frente a partir do momento em que o espaço escolar é substituído pelo educativo.* ” (p.20). A acção da escola amplia-se pois, para limites que já não são escolares.

No que se refere à territorialização das escolas Joaquim Azevedo (1995: 101) diz-nos que existem “*bastantes escolas implantadas no território, via carta escolar, todavia há muito menos escolas territorializadas, ou seja, escolas que criaram raízes locais, se articularam em parceria com o seu meio envolvente. Porque este é um processo lento, cheio de encontros e desencontros, repleto de ziguezagues, pleno de diálogos frutíferos, mas também de conflitos, de desentendimentos prolongados*”. Podemos pois concluir que, para este autor, território resulta das relações entre a escola e as outras entidades do meio que com ela promovem parcerias.

Para Carlos Estêvão (1999), a revalorização da territorialização das políticas educativas passa pela gestão estratégica e pelo projecto educativo.

Assim, defende um modelo centrado na escola, que permita uma maior afirmação da mesma transformando-a numa verdadeira plataforma de intervenção cívica.

O projecto educativo por sua vez deve ser um instrumento institucional de organização e gestão de médio e longo prazo, elaborado de forma a assegurar ao mesmo tempo coerência interna e externa. Para tal, devem ser observados os seguintes princípios: elaboração de um diagnóstico interno e externo da situação da Escola; expressar as decisões estratégicas assumidas por todos e os contornos da identidade procurada; definir os fins e objectivos estratégicos da instituição escola.

Segundo Maria Beatriz Canário (1998), num dado território educativo devem existir vários projectos educativos, enquadrados em diferentes níveis, de forma a se poderem congregar diferentes escolas e um conjunto alargado de parceiros na definição e execução de uma política educativa local. Realça contudo que, na definição dessa política educativa local, os intervenientes são muito numerosos, os interesses muito diversificados, as dependências hierárquicas múltiplas o que dá origem a uma negociação muito exigente.

Para a autora, a definição da política educativa local deve passar pela criação do Projecto Educativo Local. Este deve articular as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos e promover a gestão integrada dos recursos numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade.

Considera igualmente que se devem ter em linha de conta no lançamento de um Projecto Educativo Local os seguintes aspectos:

- 1º. A caracterização do meio não se deve basear numa lista de carências e problemas. Devem ser indicadas igualmente potencialidades para que haja consciência do ponto forte sobre o qual ele se pode apoiar.
- 2º. A caracterização não deve funcionar como um mero exercício académico. Caracterizar é, em primeiro lugar, interrogar-se. A visão dos problemas transforma-se a partir do trabalho de caracterização.
- 3º. A identificação dos recursos existentes no meio, que poderão ser rentabilizados em termos educativos, é um elemento essencial na construção do projecto.

A relação com os parceiros deve pautar-se pela igualdade, tendo o mesmo tipo de direitos e responsabilidades na definição e execução do projecto, pelo interesse mútuo na realização da parceria e pela formalização em protocolos que estabeleçam os termos concretos da colaboração.

Para Maria Beatriz Canário (1998) e citando Nóvoa “*não há desenvolvimento sem que as colectividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro*” (p.23).

Segundo a autora devem ser definidos vários projectos com diferentes níveis de englobalização. Partindo deste princípio, podemos pois enumerar os seguintes projectos de carácter pedagógico tendo por base a sua abrangência: Carta Escolar Concelhia;

Projecto Educativo Local; Projecto Educativo de Escola (Agrupamento); Projectos Curriculares de Escola e Projectos Curriculares de Turma.

A Carta Educativa Concelhia é um documento de territorialização educativa que reflecte os modos de fazer e pensar a educação. Este documento é equacionado pelo poder local, de acordo com critérios e limites definidos centralmente. Consideramos que através desse instrumento, as comunidades educativas se consolidam e tornam mais consistentes por estarem vinculadas ao processo de construção local da política educativa, num esforço de cruzamento e análise de um conjunto de medidas afirmadas na atribuição de competências ao poder local e de autonomia às escolas.

Autores como Maria B. Canário, António Nóvoa e Rui Canário, têm de certa forma defendido o Projecto Educativo Local como um instrumento de planeamento organizacional de um território. Apesar de não existir legislação específica que vise a sua aplicação, consideramos, contudo, que existe um espaço para a sua implementação com base nos documentos legais existentes relativos a projectos educativos e à carta educativa concelhia.

Podemos concluir, citando Joaquim Azevedo (1994:287) quando este autor refere que “... *uma escola atenta aos seus alunos e às pessoas que moram nos seus alunos, é uma escola que sabe que não está isolada na sociedade e no seu território (...)* A educação escolar só poderá ser efectivamente parceira no desenvolvimento se se territorializar, se reforçar os laços e as articulações horizontais com as instituições e os agentes locais.”

Na sequência deste ponto, de forma a identificarmos possíveis áreas comuns de trabalho e participação, iremos desenvolver um ponto relacionado com os conceitos de participação e parcerias.

I.1.4. Desenvolvimento, participação e parcerias

Devemos pensar a educação como um fenómeno complexo que diz respeito a diferentes actores económicos e sociais. Os diversos actores pertencentes à comunidade educativa deverão participar de uma forma responsável, permitindo a criação de espaços de negociação flexíveis de forma a promover a orientação e avaliação das políticas educativas.

Em termos educacionais (considerando parceria como um acordo entre entidades, instituições ou pessoas que visa o interesse comum), através de parcerias poderão ser supridas carências de recursos financeiros, materiais e técnicos entre outros.

Uma parceria bem sucedida dá origem a uma maior participação na comunidade, à divisão de responsabilidades, à melhoria de qualidade da educação e a uma maior divulgação dos trabalhos das instituições e da escola.

Margarida Marques (2000) considera que se deve promover o partenariado socio-educativo. Assim, os actores sociais, de uma forma organizada, deverão participar na realização de projectos educativos no campo das relações entre os sistemas educativo, económico e social. O partenariado surge assim como uma parceria entre entidades com fins educativos em que, diferentes organizações e instituições se propõem elaborar uma estratégia comum para a resolução de determinados problemas (a instituição escola recebe e transmuta influências que interferem nas acções dos vários actores). Deste envolvimento comum resultará necessariamente uma reciprocidade de benefícios e de dificuldades.

A autora defende ainda que o projecto educativo da escola deve ser elaborado tendo por base o princípio do partenariado em que se fomente uma cultura de cooperação entre os actores tradicionais do sistema educativo, professores, alunos, técnicos, encarregados de educação, e outros actores sociais como: empresas, autarquias, estruturas culturais, artísticas e colectividades sociais.

Segundo Fernando Serra (1999), existem determinados desafios que se colocam às comunidades educativas e que se prendem com “a sua crescente territorialização; construção da sua identidade através do projecto educativo; a criação de climas desenvolvimentistas e inclusivistas, a flexibilização e diversificação curricular (...). Planificar nestes ambientes organizacionais tem, como ponto de partida e de chegada para as pessoas que nela vivem e trabalham, a assumpção da vontade de assumir e

partilhar responsabilidades, de criar sinergias, de manter estável o equilíbrio entre ganhos pessoais e responsabilidades.”

Consideramos que o espírito de parceria se coaduna com o princípio aqui defendido do assumir e partilhar responsabilidades promovendo sinergias em que todos saem beneficiados.

Para Joaquim Azevedo (1994), a cooperação entre as instituições locais e a escola permite estabelecer um diálogo que permite conferir à educação e ao ensino o sentido da realidade envolvente, ao mesmo tempo que responde cooperativamente à crescente complexidade da missão dos sistemas educativos.

Assim, através da celebração de parcerias, Azevedo (1994:287) defende que “*as escolas podem tecer localmente importantes redes de cooperação interinstitucional, interprojectos e interpessoal.*”

Face aos desafios com que a escola se depara, é forçoso cooperar com outros agentes e entidades uma vez que aquela não detém o exclusivo da intervenção e nem sempre dispõe dos melhores instrumentos de acção. São estas parcerias que devem comandar a qualidade das prestações sociais das escolas.

Podemos concluir que as parcerias, entre outras acções, são essenciais para a promoção da cidadania, desenvolvimento da educação e enriquecimento do currículo escolar.

As escolas podem, pois, ser dinamizadas, melhorando a qualidade de ensino, através da participação de empresas, organizações, pais e outros membros da comunidade. Desta associação poderá resultar um apoio recíproco em que todos irão tirar vantagens.

Com o estabelecimento de parcerias podem ser dadas respostas a nível do ensino especial, da implementação e desenvolvimento de programas especiais entre outras.

A sociedade em geral e a comunidade são responsáveis pela educação. As parcerias podem constituir uma importante estratégia para a realização compartilhada dessa responsabilidade, estabelecendo laços de interacção “produtiva” entre todos.

Seguidamente iremos abordar a questão da educação formal e não formal, sua relação e complementaridade.

I.1.5. Educação formal e educação não formal

No seu sentido amplo, podemos considerar educação como sinónimo de socialização do indivíduo, compreendendo todos os processos institucionalizados ou não, que visam transmitir determinados conhecimentos e padrões de conhecimento a fim de garantir a continuidade da cultura e normas da sociedade.

A educação formal está associada aos processos institucionais com regras bem definidas e com objectivos claros e específicos baseados num currículo nacional, existindo uma estrutura hierárquica e burocrática que fiscaliza a sua aplicação. Na educação não formal, se bem que os seus objectivos também estejam ligados à socialização do indivíduo, actua-se de uma forma mais difusa, menos hierárquica e burocrática.

Do ponto de vista organizativo, a educação formal caracteriza-se pela existência de determinados órgãos, a nível local, regional e nacional, sendo-lhes atribuídas funções específicas. Enquanto a educação não formal se caracteriza principalmente pela inexistência de atribuições específicas. Este facto origina uma procura de equilíbrio entre a anarquia e a ordem (actuação política). Se tivermos em linha de conta a heterogeneidade do seu público, significa que muitas vezes é necessário a existência de uma estrutura interna muito bem organizada, de forma a se poderem dar as melhores respostas às variadas solicitações.

A educação formal caracteriza-se ainda pelas seguintes normas: a existência de ciclos educativos com base na idade cronológica dos alunos; as turmas estão condicionadas a normas de comportamento próprio, horário, conduta salas, etc.; a existência de mecanismos de avaliação que promovem a competição “penalizando” aqueles que não têm uma boa avaliação.

Os educandos geralmente não participam nas actividades por determinação própria, sendo este tipo de educação determinada por enquadramento legal.

Na educação não formal, as actividades funcionam com base no voluntariado, têm uma metodologia própria e está aberta a todas as faixas etárias. Não existe igualmente uma preocupação no processo de avaliação.

Face ao exposto, consideramos que ambos os modelos se complementam no processo educativo. Assim, os dois modelos para além de se compensarem um ao outro permitem igualmente uma ampliação do campo de Aprendizagem.

O Conselho da União Europeia e os representantes dos Governos dos Estados-Membros, através do seu projecto 9600/04 EDUC118 SOC 253, de 10 de Maio de 2004, aprovaram os princípios comuns europeus de identificação e de validação da aprendizagem não formal e informal.

No preâmbulo do mesmo documento é dito: “*No contexto da aprendizagem ao longo da vida, a identificação e a validação da aprendizagem não formal e informal têm por finalidade tornar visível e valorizar todo o leque de conhecimentos e competências detidos por uma pessoa, independentemente do local ou da forma como foram adquiridos. A identificação e a validação da aprendizagem não formal e informal têm lugar dentro e fora do ensino e formação formais, no local de trabalho e na sociedade civil;*”.

De referir, ainda, que na sequência do aprovado pelo Conselho Europeu de Lisboa, de Março de 2000, o ensino, a formação e a empregabilidade, foram reconhecidos como parte integrante das políticas económicas e sociais necessárias para se atingir o objectivo de transformar a economia da Europa na mais dinâmica do mundo tendo por base o conhecimento. Seguiram-se outros documentos relacionados com a temática, de que se destacam:

- “ O Livro Branco da Comissão intitulado “*Um novo impulso à juventude europeia*”(21 de Novembro de 2001), que define um novo quadro para a cooperação europeia em matéria de juventude, e onde se salienta a importância da aprendizagem e da educação não formais e informais”.

- “ A Declaração de Copenhaga (30 de Novembro de 2002) e a Resolução do Conselho (19 de Dezembro de 2002) sobre a promoção de uma cooperação europeia reforçada em matéria de ensino e formação profissionais reconheceu que se deveria dar prioridade ao desenvolvimento de um conjunto de princípios comuns referentes à validação da aprendizagem não formal e informal (...”).

- “ O relatório intercalar conjunto do Conselho e da Comissão (26 de Fevereiro de 2004) para o Conselho Europeu da Primavera, intitulado “*Educação e formação para 2010*” (...) apela expressamente a que se definam princípios comuns europeus para a validação da aprendizagem não formal e informal”.

Face a estes documentos estamos pois em condições para concluir que a União Europeia, não só considera importante as aprendizagens não formais e informais, como considera que as mesmas devem ser alvo de uma identificação e validação de forma a

sustentar “a integração social, a empregabilidade e o desenvolvimento dos recursos humanos em contextos cívicos, sociais e económicos. Satisfazem igualmente as necessidades específicas dos indivíduos que procuram integrar-se ou reintegrar-se no ensino e na formação, no mercado de trabalho e na sociedade”.

Segundo Walo Humacher (1992), os sociólogos consideram que existe uma oposição entre o currículo formal, que engloba os programas e planos de estudo e o currículo real constituído por tudo aquilo que os alunos aprendem através da experiência escolar resultante quer dos conhecimentos adquiridos através do currículo formal, quer das mais diversas interacções e experiências com os vários elementos da comunidade educativa entre outros.

Para o Walo Humacher (1992:48,49) este tipo de aprendizagem, que também é designada por currículo oculto, resulta mais das acções e vivências dos alunos do que das aprendizagens escolares. A escola deve organizar o seu trabalho de forma a incitar os seus alunos “*a desenvolver-se, construindo a sua relação com a realidade, o saber e a aprendizagem no quadro de vida e de experiência, no tecido relacional concreto que constitui a escola que frequentam*” (p. 48 e 49).

Para Hermano Carmo (2001:244), existem “*duas vertentes principais no processo educativo, consoante a aprendizagem de papéis esteja codificada e institucionalizada ou não: a educação formal e a educação não formal.*”

Segundo o autor, a educação formal hoje em dia não se circunscreve à educação inicial que engloba os ensinos pré-escolar, básico, secundário, profissional e superior, engloba igualmente a formação contínua como actualizações, reciclagens, extensão e reconversão na formação profissional e formação contínua superior como pós-graduação e formação avançada.

Contudo, cada vez mais se tem a consciência que a educação institucional não cobre todas as necessidades educativas. Assim, a educação não formal actua a nível da educação cívica, comunitária e da educação para a mudança assumindo-se como “(...) *uma educação que permita às gerações vivas, não só adaptarem-se à mudança acelerada da sociedade contemporânea, mas também aprenderem a geri-la em seu proveito (vide infra). Integram-se neste tipo de preocupações designações como educação ambiental, educação do consumidor, educação para os média, para a saúde, para o género e até para as artes.*” (p.245)

No que diz respeito à educação cívica e comunitária Carmo (2001) considera que: “*um outro conjunto de necessidades de aprendizagens (...) apela para diversas*

competências transversais, tanto ligadas ao desempenho de papéis do foro privado como ao exercício da cidadania. Integram-se nesta designação expressões como educação para a democracia e para a solidariedade, educação familiar e educação intercultural.” (p.245).

Podemos, pois, concluir que os dois modelos se complementam ampliando o campo da aprendizagem. Devemos, ainda, salientar que, nos dias de hoje, a educação deve estar orientada para a inovação atendendo ao ritmo cada vez mais frenético do mundo contemporâneo. Assim, atendendo a uma estratégia global devem ser promovidas as alianças e as sinergias com outras instituições de forma a existir uma concorrência salutar de iniciativas formais e informais de educação numa determinada comunidade.

Por fim, e no último ponto, iremos abordar os conceitos de participação e comunidade, do ponto de vista das relações institucionais e das metodologias participativas (em projectos educativos e comunitários).

I.1.6. Participação e comunidade

A escola é, por definição, parte da comunidade, deve-se a ela e existe em função dela; docentes, funcionários e alunos são ao mesmo tempo agentes escolares e agentes comunitários. Por outro lado, e uma vez que a escola não é a única instituição educativa, deve-se promover a articulação entre as instâncias educativas e o conjunto de instituições pertencentes à comunidade.

Os recursos disponíveis nas várias associações e colectividades do meio, constituem uma importante fonte de informação imprescindível à realização das tarefas que os professores e alunos têm que efectuar no âmbito das várias disciplinas, clubes, actividades de complemento curricular e em especial nas novas áreas curriculares não disciplinares (Formação Cívica e Área de Projecto).

Estas novas áreas pela sua própria natureza transdisciplinar facilitam uma maior ligação ao meio e aos problemas da sociedade, permitindo e incentivando o contacto com instituições, associações ou outras organizações sociais.

Desta forma, pensamos que o estudo territorial e institucional do meio deve ser um dos primeiros passos a serem dados, no sentido de se promover uma educação que pretenda verdadeiramente cumprir um objectivo social de autêntico serviço na comunidade.

Consideramos, ainda, que a interacção escola-comunidade (Associações, Colectividades, Clubes...), facilita a integração dos alunos no meio, em vez de os desenraizar do seu ambiente. Por outro lado, o desenvolvimento das suas actividades com base em elementos que lhes são familiares constitui um suporte eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

Para Paulo Freire (1995), as comunidades são palcos onde se reproduzem os grandes movimentos dos grandes cenários, uma vez que, segundo o autor (1995:25) – “*Antes de tornar-me um cidadão do mundo, fui e sou um cidadão do Recife, a que cheguei a partir do meu quintal, a que se juntaram ruas, bairros, cidades. Quanto mais enraizado na minha localidade, tanto mais possibilidades tenho de me espraiar, me mundializar. Ninguém se torna local a partir do universal. O caminho existencial é inverso. Eu não sou antes brasileiro para depois ser recifense. Sou primeiro recifense, pernambucano, nordestino. Depois brasileiro, latino-americano gente do mundo.*”

Para o autor, a comunidade para além das suas funções tradicionais, económicas, sociais, políticas e de prestação de serviços tem também uma função educativa no sentido de proporcionar formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes.

De acordo com Alcino Vilar (1993:70) “*A escola, devido ao alcance e sentido das funções educativas e sociais que lhe estão atribuídas, desempenha um papel decisivo na qualidade dos processos de interacção com a «Comunidade», através do Currículo que proporciona, porque a interacção é, tal como sustenta Medina (1989:32) “uma co-implicação existencial e social que se estabelece entre os agentes do processo educativo, determinada pelos cenários da sala de aula, Escola e Meio envolvente, pela biografia e as expectativas daqueles e da Comunidade escola, mediante a utilização do código verbal e dos signos não-verbais, para conseguir a formação integral dos alunos”*”. No entanto, apesar desta conjugação ser determinante no trajecto formativo do aluno, existem ainda muitas barreiras que inviabilizam a implementação de modelos que incrementem a referida interacção Escola-Comunidade.

Contudo, a escola fechada sobre si mesma deve dar lugar a uma escola aberta de forma a responder aos desafios de uma educação cada vez mais exigente, quer a nível das respostas educativas e instrutivas adequadas às novas gerações; quer na oferta de possibilidades educativas a todos os membros da comunidade a quem serve.

Segundo João Barroso (1998), tanto as autarquias como as comunidades locais dispõem de determinadas competências no domínio da administração da educação que podem ser exercidas através do seu poder de tutela sobre a escola e através de estruturas de âmbito territorial mais amplo, englobando vários estabelecimentos de ensino da sua zona de influência. A intervenção das autarquias deve fazer-se de uma forma institucional no quadro de uma descentralização territorial (por exemplo através da Carta Educativa Concelhia). Contudo, Barroso não defende uma intervenção directa de elementos da autarquia na gestão da escola. Esta só deve acontecer quando existirem iniciativas concretas que envolvam as escolas e os serviços da autarquia.

Podemos pois concluir que, para Barroso (1998), no domínio da gestão do dia a dia da escola a participação da autarquia se deve situar no âmbito da parceria, no quadro de uma partilha de responsabilidades entre o poder central e local.

Para Adalberto Dias Carvalho (2002), a actividade educativa, deve assumir de um modo crescente a dimensão comunitária, a qual envolve a partilha de projectos e de

acções estrategicamente pertinentes, acarreta a extensão da ideia de competências educativas para além do estrito exercício das funções docentes. Esta será, inclusive, a única forma de se garantir a comunicação efectiva entre actores, ou seja, a sua co-responsabilização, tirando-se mesmo partido da diversidade de papéis sem que se corram os riscos do alheamento ou de cumprimento meramente formal de obrigações.

Na relação comunidade/educação, o potencial que o património culturalmente construído proporciona é transformado em capital educativo. Adalberto Dias de Carvalho (2003), defende a ideia da cidade educadora, segundo a qual educar, sendo uma tarefa específica da escola e da família, é, antes de mais, uma responsabilidade da sociedade no seu todo e na totalidade da sua acção no espaço e no tempo.

A transformação das escolas ao nível das suas componentes humana e física dá origem a uma procura de respostas adequadas às necessidades e exigências crescentes da sociedade actual. Contudo, existem ainda alguns problemas que teremos de ultrapassar uma vez que a escola ainda é uma organização demasiado centralizada, formalizada, pouco flexível e muito fechada ao meio.

Isto verifica-se porque a escola ainda é vista como uma organização específica que trabalhava conteúdos de carácter curricular/ académico. O facto de se “voltar para fora”, pode ser entendido como estando a ultrapassar os limites e as funções que lhe estão cometidas.

Consideramos ser necessário alterar esse ponto de vista no sentido de se dar uma real abertura da escola ao meio. Para tal, a escola deve assumir todas as actividades educativas e culturais da sua comunidade como um conteúdo fundamental da educação integral dos seus alunos.

A escola deve ultrapassar o papel de apenas instruir os membros mais jovens da sua comunidade, devendo assumir-se como instituição dinamizadora da educação e do desenvolvimento cultural da sua comunidade.

Deve, ainda, oferecer possibilidades educativas a todos os membros da comunidade promovendo e dinamizando projectos ou programas extracurriculares de forma a vincular todos os agentes sociais à vida escolar.

Para que os pressupostos enunciados anteriormente possam ser postos em prática, a escola deve promover, na medida das suas possibilidades, uma integração dinâmica com a comunidade, no entendimento de que esta integração dará lugar à potenciação das actividades beneficiando com isso a escola, as autarquias, as associações, as colectividades, os clubes etc.

Assim, a escola deve-se assumir como palco da vida comunitária, permitindo que, para além dos seus alunos, outras pessoas da comunidade participem das actividades curriculares.

Por fim, podemos concluir que o resultado da “symbiose” entre a escola e as outras estruturas da comunidade local é benéfica para todos. Logo, é necessário promover condições que favoreçam a utilização de metodologias participativas no âmbito dos projectos comunitários.

I.2 - Parcerias entre Agrupamentos de Escolas e outras Instituições

- Disposições Legais

Neste ponto, pretendemos identificar e analisar os principais normativos legais que regulamentam o funcionamento das Escolas e das Instituições e que possibilitem o desenvolvimento de projectos comuns.

Iremos igualmente apresentar alguns pontos de vista dos mais diversos autores relativamente aos diplomas em apreciação.

I.2.1- Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei nº 115/97, de 19 de Setembro

Julgamos que a reforma do Sistema Educativo Português resultou de uma necessidade de modificações que permitissem alicerçar uma nova Sociedade num amplo espaço comunitário.

Por outro lado, consideramos igualmente que esta Lei de Bases foi fortemente influenciada pelas directrizes da OCDE (anos 80), segundo as quais existem muitas afinidades entre os efeitos do ensino e a qualidade da vida em sociedade. É de realçar que um dos principais objectivos da OCDE é a promoção de um crescimento regular e equilibrado em todos os países. Segundo Malcolm Skilbeck (1992:20) “ *Em vários países calculou-se que a possibilidade de realizar objectivos tão gerais como a mudança estrutural da economia e a utilização das novas tecnologias, a melhoria do nível de vida e uma melhor qualidade dos serviços sociais, a multiplicação dos empregos e o enriquecimento da cultura, dependia, em grande parte, da qualidade geral do ensino dispensado e de uma definição dos objectivos e das prioridades cuja aplicação prática exigia uma nova reforma no ensino.* ”

Assim, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86, os principais objectivos a atingir são, de uma maneira geral, os seguintes:

- Estimular o desenvolvimento das capacidades afectivas, cognitivas, motoras e relacionais das crianças, adolescentes e jovens, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade e da liberdade social;
- Assegurar a formação cívica e moral das futuras gerações, respeitando a personalidade, os projectos individuais de existência, os valores e culturas;

- Valorizar o nosso património cultural, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre os povos do mundo;
- Proporcionar a aquisição crítica de saberes necessários ao homem, enquanto ser individual, social e ocupacional;
- Garantir a igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao usufruto de bens educacionais;
- Promover a Integração social e a valorização das pessoas na comunidade local, regional e europeia.

Em suma, o que se pretende é formar o indivíduo para a cidadania, atendendo à plena integração europeia e às profundas alterações que se estão a dar no nosso mundo.

Consideremos pois alguns princípios que poderão estar subjacentes a esta política educativa:

Em primeiro lugar, pretende-se dar uma maior autonomia às escolas, de forma a transformá-las progressivamente em comunidades educativas abertas e participadas. Neste sentido, foi criado um novo modelo de Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, visando uma maior participação na administração da escola de diferentes actores, quer da comunidade escolar, quer da própria sociedade. Pretende-se com isto uma maior interligação entre a escola e a comunidade envolvente, bem como uma maior democraticidade, pretensão que está consignado no ponto 2, Artigo 43º da referida Lei, que passamos a transcrever:

“ O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, alunos, das famílias, autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.”

Por outro lado, procedeu-se à alteração curricular dos vários níveis de ensino, procurando apoiar e acompanhar os alunos de forma a promover o sucesso educativo, ao mesmo tempo que se promovem atitudes e valores de vivência em sociedade. Neste sentido, surgiram disciplinas específicas como:

- **Estudo Acompanhado** que visa a apropriação por parte dos alunos de métodos de estudo e de trabalho com o objectivo de se favorecer uma crescente autonomia na realização das suas próprias aprendizagens;

- **Área de Projecto** que tem por objectivo envolver os alunos na concepção, realização e avaliação de projectos. Este tipo de actividade permite-lhe articular saberes de diversas áreas curriculares de forma a dar resposta aos problemas.

- **Formação Cívica**, área curricular em que se pretende promover a educação para a cidadania.

Vejamos agora que correntes pedagógicas poderão ter estado na base da formulação desta Lei de Bases do Sistema Educativo, de acordo com algumas ideias e princípios que lhes estão implícitos.

Segundo António Carrilho (1992), a aprendizagem em situação escolar deve ser entendida cada vez mais como um processo permanente ao longo da vida de cada um, não se circunscrevendo a um tempo determinado nem um lugar privilegiado. Segundo o autor, os objectivos educacionais devem privilegiar, no indivíduo, a aprendizagem e o desenvolvimento de aptidões e competências fundamentais para aprender, proporcionando estímulos e incentivos para continuar a aprender por si próprio. Diz, ainda, que o processo ensino-aprendizagem tenderá a ser cada vez mais individualizado.

Esta posição sobre a reforma educativa dá-nos claramente uma perspectiva da educação e do ensino centrada no indivíduo.

Parece-nos, portanto, que estamos perante uma reforma que tem como princípio básico o Humanismo.

Segundo Filipe Rocha (1998:59), o movimento da Escola Nova, cujo expoente máximo é John Dewey, também pode ter dado um contributo para esta reforma. Senão vejamos:

Dewey [segundo N. Abbagnano e Visalberghi (1957:776)] considera a educação como o método fundamental do progresso e da acção social e o professor empenha-se não só na educação dos indivíduos, mas também na formação da justa vida social.

Dewey, segundo Filipe Rocha (1998:63), a escola é colocada ao serviço da sociedade: "A escola (...) é responsável para com a sociedade; ela é antes de mais criada para (...) a conservação e o aperfeiçoamento da vida social. (...) A educação há-de dar à criança o domínio de si mesma, a independência, a possibilidade de se adaptar às modificações do meio, mas também a de criar e utilizar as modificações necessárias (...) só se aprende democracia, vivendo democraticamente; e só há verdadeira democracia quando todos os membros da comunidade se acharem em condições de igualdade. Pela educação, a distinção de classes deve apagar-se definitivamente." (p.63)

Esta escola de liberdade individual, espírito democrático e pluralista e de ligação estreita com a comunidade está, do nosso ponto de vista, bem patente na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Podemos, pois, concluir que a actual Lei de Bases do Sistema Educativo veio atribuir à escola especiais responsabilidades na promoção do desenvolvimento pessoal e social dos alunos (promovendo, entre outros, os valores da solidariedade e da liberdade social), optando por uma linha democrática de educação para a cidadania, valorizando as pessoas na comunidade local, regional e europeia. De acordo com o espírito da Lei, podemos igualmente concluir que existem espaços que nos permitem promover acordos com outras entidades externas à própria escola.

I.2.2 - Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei nº 24/99 de 22 de Abril)

O presente diploma assume como objectivo central uma nova organização da administração da Educação, tendo por base a descentralização, o desenvolvimento da autonomia das escolas, bem como a identidade de cada instituição escolar, reconhecida no seu projecto educativo e na sua organização pedagógica flexível, no sentido de assegurar mais e melhores aprendizagens para todos os alunos.

Assim, no preâmbulo do referido Decreto-lei podemos constatar que “ (...) *O desenvolvimento da autonomia das escolas exige, porém, que se tenham em consideração as diversas dimensões da escola, quer no tocante à sua organização interna e às relações entre os níveis central, regional e local da Administração, quer assumir pelo poder local de novas competências com adequados meios, quer ainda na constituição de parcerias sócio-educativas que garantam a iniciativa e a participação da sociedade civil.*

A escola, enquanto centro das políticas educativas, tem, assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere. (...).

O artº. 4º do Decreto-lei nº 115-A/98, estabelece que a administração das escolas está subordinada a princípios, dos quais se refere:

- a) *democraticidade e participação de todos os intervenientes no processo educativo (...);*
- b) *primado de critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa;*
- c) *representatividade dos órgãos de administração e gestão da escola, garantida pela eleição democrática de representantes da comunidade educativa;*
- d) *responsabilização do Estado e dos diversos intervenientes no processo educativo;*
- e) *transparência dos actos de administração e gestão;*

e dos quais deve resultar:

- a) *a integração comunitária, através da qual a escola se insere numa realidade social concreta, com características e recursos específicos;*

- b) a iniciativa dos membros da comunidade educativa, na dupla perspectiva de satisfação dos objectivos do sistema educativo e da realidade social em que a escola se insere;*
- c) a diversidade e a flexibilidade de soluções susceptíveis de legitimarem opções organizativas diferenciadas em função do grau de desenvolvimento das realidades escolares.*

Através da autonomia, a administração reconhece à escola o poder de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função dos meios que lhe estão consignados. Para além do projecto educativo, e de acordo com o ponto 2 do artº. 3º do referido Decreto-lei, constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas, o regulamento interno e o plano anual de actividades.

A participação de outros agentes e parceiros sociais, de forma a promover uma articulação da política educativa com outras políticas sociais, está prevista com a criação por parte do município de determinadas estruturas em que esses agentes possam participar¹.

Contudo, o presente diploma já prevê, nos pontos 2 e 3 do Artigo 8º, algumas disposições que prevêem a participação de outras entidades exteriores à escola nos órgãos de administração e gestão das escolas e que passamos a transcrever:

“ 2- A assembleia é o órgão de participação e representação da comunidade educativa, devendo esta salvaguardar na sua composição a participação de representantes dos docentes, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do pessoal não docente e da autarquia local.

3- Por opção da escola, a inserir no respectivo regulamento interno, a assembleia pode ainda integrar representantes das actividades de carácter cultural, artístico, científico, ambiental e económico da respectiva área, com relevo para o projecto educativo da escola.”

Podemos, pois, considerar o projecto educativo como um documento que consagra a orientação educativa da escola, dotando-a de coerência e de uma intencionalidade clara.

¹Falaremos posteriormente no Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, que veio regulamentar o artº. 2 do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio.

Segundo Jorge Costa (1991), o projecto educativo da escola é um documento de carácter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objectivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência e unidade da acção educativa.

Para Maria B. Canário (1998), o projecto educativo define a política da escola, deve focar o desenvolvimento da organização escolar no seu conjunto, expressando a sua identidade como instituição, finalidades que a norteiam, metas e os meios que se propõe pôr em prática para as atingir. Contudo, a autora defende um novo tipo de projecto, de maior amplitude e mais englobante, o Projecto Educativo Local, que deve definir a política de um dado território, promovendo a gestão integrada dos recursos numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade. Na definição deste projecto devem participar os seguintes intervenientes: professores, alunos, pais, funcionários e instituições que colaborem com a escola.

Quanto à implementação, e atendendo à sua amplitude, o processo de negociação será muito exigente uma vez que congrega diferentes escolas e um conjunto alargado de parceiros na definição e execução da política educativa local.

Segundo Maria B. Canário (1998), devemos ter em linha de conta, no lançamento do Projecto Educativo Local, os seguintes aspectos: O reconhecimento das potencialidades próprias de um território; caracterização do mesmo e descoberta dos recursos existentes no meio que possam ser rentabilizados em termos educativos.

Por outro lado, considera que a relação entre parceiros se deve pautar pela igualdade com o mesmo tipo de direitos e responsabilidades. O interesse na realização da parceria deve ser mútuo e deverá ser formalizada através da assinatura de protocolos que estabeleçam os termos concretos da colaboração.

Maria Tripa (1994) considera que é através do projecto educativo que a comunidade educativa estabelece a identidade da escola. Para que isso seja possível é necessário um sistema de ensino descentralizado e uma escola com um grau de autonomia suficiente que lhe permita definir e implementar o seu próprio projecto educativo para que uma comunidade alargada possa participar (professores, alunos, funcionários, pais, representantes da comunidade local, município, associações culturais, económicas, sociais entre outros).

Para Carlinda Leite, Lúcia Gomes e Preciosa Fernandes (2001), o projecto educativo é um instrumento de concretização e de gestão da autonomia da escola, desde que seja concebido e desenvolvido na base do cruzamento de perspectivas e posições diversas (por parte da comunidade educativa e outros agentes da comunidade) que proporcionem a existência de diálogo dentro desta, e da escola com a comunidade, e que enriqueçam a cultura e os saberes escolares com a dimensão social.

Segundo as mesmas autoras e citando C. Leite “*O PEE ao definir as políticas educativas da instituição e ao apontar para ‘perfis de mudança’, implica processos de negociação entre os diversos protagonistas promovendo a participação na expressão dessas opções*”. (2001:12)

Por sua vez, Carlos Estêvão (1999) considera o projecto educativo como um instrumento institucional essencial de organização e gestão de médio e longo prazo. Segundo o autor, o projecto educativo deve incluir o diagnóstico interno e externo da situação da escola, expressar as decisões estratégicas colectivamente assumidas, sintetizar os fins e os objectivos estratégicos da instituição de forma a assegurar coerência interna e externa. O projecto deve emergir como resultado de um processo participativo e negociado entre os diversos intervenientes tendo por base metas, valores, princípios e prioridades.

O projecto educativo pode ainda contribuir para a revalorização da territorialização das políticas educativas, transformando a escola numa verdadeira plataforma de intervenção cívica.

Para João Barroso (2003), desde a publicação em 4 de Maio de 1998, do Decreto-lei nº 115-A/98, muito pouco mudou na gestão escolar para além da alteração formal dos órgãos de gestão e a criação dos agrupamentos de escolas. Esta situação deve-se ao facto de não se terem promovido verdadeiramente os contratos de autonomia que possibilitariam às escolas um aumento efectivo das suas competências e recursos. Para o autor, o reforço da autonomia das escolas não passa só pela definição de um quadro legal que estabeleça as normas e regras formais para a partilha de poderes e distribuição de competências entre os diferentes níveis da administração.

O reforço da autonomia das escolas deve passar pela atribuição de um conjunto de competências e meios próprios que os órgãos de gestão deverão dispor para decidirem sobre matérias relevantes, como a definição de objectivos, a programação de actividades e a gestão de recursos.

Deverão pois ser criadas condições que permitam a construção da autonomia em cada escola, de acordo com as especificidades locais e no respeito pelos princípios e objectivos consignados na lei de bases do sistema educativo.

Após análise da legislação e de alguns pontos de vista expressos pelos vários autores referenciados, podemos chegar à conclusão de que a escola deve ser considerada como uma comunidade educativa democrática, constituída por docentes, discentes, pessoal não docente, pais e encarregados de educação e pela sociedade. Assente em princípios como a interdependência, solidariedade, participação, em que todos os indivíduos que constituem a comunidade partilham um conjunto de ideais e se unem para a elaboração e realização de um projecto educativo.

Por sua vez, o projecto educativo deve funcionar como organizador de toda a vida escolar, dotando-a de coerência e de uma intencionalidade clara. Deve ser construído e executado de forma participada para que as características e recursos da escola se adequem às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.

Relativamente ao plano anual de actividades e ao regulamento interno que são igualmente instrumentos do processo de autonomia das escolas, consideramos o seguinte:

- **O Plano Anual de Actividades** é o instrumento de planificação e gestão pedagógica limitado ao ano escolar. Dele devem constar os objectivos a atingir (sempre identificados com os objectivos definidos no Projecto Educativo), a previsão e a organização das estratégias e os meios e recursos a utilizar no desenvolvimento das actividades.

O Plano Anual de Actividades não deve resultar de um somatório de realizações individuais. Deve resultar sim de uma acção concertada que permita dar resposta aos principais problemas da escola;

- **O Regulamento Interno da Escola** é um instrumento mais estável e normativo do que o Plano de Actividades, tendo um período de vigência mais lato.

É elaborado pela comunidade educativa, que define as regras e os preceitos respeitantes à estrutura organizacional da escola, forma de funcionamento e de articulação entre os diversos sectores e serviços escolares. Deve ser amplamente divulgado junto de todos os intervenientes no processo educativo.

I.2.3- Regime de Autonomia das Escolas (Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro)

Como já vimos, a Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece, como princípio, que o sistema educativo se deve organizar de modo a contribuir para o desenvolvimento do espírito e da prática democrática, através da criação de estruturas e de processos participativos na definição da política educativa.

A concretização deste princípio implicou o redimensionamento do perfil da escola, bem como o estabelecimento de uma nova relação desta com a sociedade.

A escola deve assumir-se como uma comunidade educativa, como uma entidade decisiva na rede de estruturas do sistema educativo e centro de desenvolvimento comunitário local.

De forma a dar resposta a esta nova organização da educação foi necessário criar algumas condições que passaram pela atribuição de um regime de autonomia à escola e a descentralização administrativa.

O princípio da autonomia das escolas emerge, portanto da Lei de Bases do Sistema Educativo. Mais tarde foram desenvolvidos diplomas legais sobre a matéria em causa como o Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, (abordado anteriormente) e o Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro.

Assim, no seu preâmbulo, o Decreto-lei nº 43/89, começa por referir que:

“No contexto de uma mais ampla desconcentração de poderes assume particular relevância a escola (...), como entidade decisiva na rede de estruturas do sistema educativo.

Pretende-se redimensionar o perfil e a actuação dessas escolas nos planos cultural, pedagógico, administrativo e financeiro, alargando, simultaneamente, a sua capacidade de diálogo com a comunidade em que se inserem.”

No que diz respeito à autonomia da escola considera que a mesma se deve concretizar a partir da “elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.”

O referido Decreto-Lei, esclarece, ainda, que a autonomia da escola se desenvolve nos planos cultural, pedagógico, administrativo e financeiro.

No plano cultural a autonomia define-se pelas competências para “... *organizar ou participar em acções de extensão educativa, difusão cultural e animação sócio -comunitária*”.

Esta autonomia manifesta-se por iniciativa própria da escola ou em colaboração com entidades locais como as autarquias, colectividades ou associações que tenham competências para organizar ou participar nas referidas acções.

No plano pedagógico, a autonomia é exercida “através de competências próprias nos domínios da organização e funcionamento pedagógicos, designadamente da gestão dos currículos, programas e actividades educativas, da avaliação, da orientação e acompanhamento dos alunos, da gestão dos espaços e tempos escolares e da formação e gestão do pessoal docente.

No plano administrativo, a autonomia da escola é exercida através do exercício de um vasto leque de actos administrativos próprios de que destacamos, por exemplo, no âmbito das matrículas, transferências, exames, concessão de equivalências; na área do apoio sócio-educativo dos alunos, elabora o respectivo plano de acção, podendo explorar ou dar a explorar o serviço de bufete, cantina e papelaria.

No plano financeiro, compete à escola elaborar a proposta de orçamento, a ser ratificada pelos serviços do ministério da Educação, e gerir, de acordo com as disposições aplicáveis, a execução da gestão financeira. Nesta, devem ser tidos em consideração os princípios da gestão por actividades, devendo orientar-se pelos seguintes instrumentos de previsão económica: Plano Financeiro Anual e Orçamento Privativo.

No que diz respeito a este diploma legal, Natália Alves, Belmiro Cabrito, Rui Canário e Rui Gomes (1996), consideram que a extensão real da autonomia, que a referida lei concede às escolas, não é mais que uma competência residual. Isto porque as escolas públicas não têm qualquer poder relativamente à contratação de professores e funcionários, tendo apenas uma pequena margem quanto à afectação e controlo dos tempos curriculares e da orientação dos ritmos da organização escolar. Em relação aos recursos económicos e financeiros a gestão escolar é bastante limitada por um conjunto de normativos e regulamentos que leva a que a autonomia se exerça num contexto marcado pela centralidade e imposição das políticas da administração central.

Consideram contudo, que apesar da centralidade do Estado, a autonomia criou um quadro jurídico mais favorável à intervenção das escolas: as escolas passam a distinguir-se pela capacidade de obtenção de recursos suplementares, pela capacidade

de impor os seus pontos de vista à administração com base nas necessidades locais, pelos novos espaços de intervenção a nível da oferta de cursos à população escolar e pela forma como criam os referenciais internos necessários à elaboração do projecto educativo.

Para João Formosinho (2000: 47), a importância deste diploma advém: “*(...) da sua concepção pluridimensional de escola, que, coerentemente com a Lei de Bases do Sistema Educativo, se associa a uma intencionalidade de intervenção substantiva da comunidade local na definição e contextualização das políticas educativas, baseada nos princípios da democraticidade, da participação, da integração comunitária e da autonomia da escola corporizada no seu projecto educativo.*”

Contudo, o mesmo autor (2000:56) considera que, para se implementar a autonomia das escolas, é necessário promover “*mecanismos indispensáveis para a sua concretização, como a alocação de professores a um determinado território, considerado como unidade organizacional com órgãos próprios, capaz de formular uma vontade colectiva e projectos consistentes e dotado de um suporte material e administrativo para a sua implementação. Só assim estarão criadas condições essenciais para a implementação local de redes e parcerias educativas com vista à diversificação e contextualização das respostas educativas da escola.*”

Licínio Lima (1999) considera que a autonomia permite aos actores escolares uma margem de manobra nas práticas de gestão. Assim, será possível a produção de novas regras e a intervenção em áreas que antes apenas estavam reservadas aos decisores centrais.

Por sua vez, Berta Macedo (1991) diz-nos que a autonomia das escolas constrói-se na possibilidade e capacidade de os seus actores se organizarem na concepção, elaboração e realização de um projecto educativo que corresponda à opção por uma lógica de funcionamento. Projecto que lhes permita distinguirem-se e ao mesmo tempo dependerem de outros sistemas com quem estabelecem trocas necessárias à construção e desenvolvimento da autonomia.

Para Manuel Jacinto Sarmento (1993:39), “*A autonomia está no coração do novo paradigma de escola, dado que ela é dirigida pelos seus membros e pela comunidade em que se insere – e, por isso, a autonomia é expressiva, constitui um valor em si mesma - , mas também porque a autonomia é instrumental para adaptação estrutural e tecnológica da escola aos seus alunos, aos seus contextos e às suas*

contigências. Esta nova escola supõe a possibilidade da singularidade e da variação entre estabelecimentos de ensino.”

Face ao exposto, consideramos que a lógica descentralizadora e a participação são exigências da actual Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ao nível da escola, as tendências que marcam a evolução da administração do sistema educativo, apontam para um maior envolvimento dos pais e comunidade em geral e para um reforço da autonomia, através da possibilidade de aprovar e executar um projecto educativo próprio, que contemple a especificidade da comunidade escolar e permita flexibilizar o sistema nacional de ensino no sentido da promoção de uma maior preocupação com a eficácia e qualidade.

A autonomia da escola terá que contribuir de forma determinante para o fortalecimento do sentido da escola como comunidade escolar aberta à comunidade local.

I.2.4 - Reorganização Curricular do Ensino Básico (Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação nº 4-A/2001, de 28 de Fevereiro e Decreto – Lei nº 209/2002 de 17 de Outubro)

De acordo com a legislação em vigor, é propósito essencial da reorganização curricular do Ensino Básico criar condições para se concretizar uma formação de base para todos com qualidade.

Com a reorganização procurou-se contribuir para a construção de uma escola para todos, mais humana, criativa e inteligente, que vise a formação integral de todas as crianças e jovens e a promoção de aprendizagens realmente significativas.

Assim, nesta perspectiva de escola, não basta adquirir conhecimentos, mas também é necessário compreender e saber usar o que se aprende.

Esta proposta deu igualmente origem a uma nova visão do currículo. O currículo nacional estabelece as principais aprendizagens, competências e experiências educativas que devem ser proporcionadas aos alunos. A sua concretização é um processo flexível que procura as respostas adequadas e frequentemente diferenciadas às diversas necessidades e características de cada aluno, grupo de alunos, escola ou região.

Respeitando as orientações do currículo nacional, cabe à escola, no quadro da respectiva autonomia e através dos seus órgãos próprios, a responsabilidade de organizar e conduzir o processo de ensino-aprendizagem de modo adequado aos seus alunos. No preâmbulo do Decreto-Lei nº 6/2001, é dito que *“No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão o qual deverá ser desenvolvido em função do contexto de cada turma (projecto curricular de turma), concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.”*

No âmbito da organização curricular, há aprendizagens que atravessam todas as disciplinas e áreas curriculares, que são a educação para a Cidadania e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Para além das áreas curriculares disciplinares, o diploma determina a criação de três áreas curriculares não disciplinares.

- O Estudo Acompanhado;

- A Área de Projecto;
- A Formação Cívica.

As escolas, no âmbito do seu projecto educativo, deverão, ainda, proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo nos mais diversos domínios de acordo com os seus recursos.

Para Maria Mendes (2001:11), constituem áreas do currículo, para além daquelas que têm um carácter estritamente disciplinar, novas áreas de natureza transversal e integradora, nos termos do Decreto-Lei 6/2001: a Área de Projecto, o Estudo Acompanhado e a Formação Cívica. Além disso, as actividades de enriquecimento curricular, não sendo obrigatorias, integram o currículo dos alunos que nelas estão envolvidos e, para estes, correspondem a oportunidades de aprendizagem que devem ser articuladas com todas as outras.

Maria do Céu Roldão (1999), considera que o conceito de currículo é passível de várias interpretações, quer a nível do seu conteúdo, quer atendendo à forma como se constrói e desenvolve. Contudo, a autora considera que se o procurarmos definir diacronicamente, no quadro histórico-cultural da relação da escola com a sociedade, o currículo escolar é o conjunto de aprendizagens que, por se considerarem socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar.

Bravo Nico (2000), referindo-se a Simões, relativamente ao conceito de currículo e à forma como o mesmo tem evoluído, apresentou-nos algumas reflexões que consideramos importantes em virtude de virem ao encontro do nosso conceito de currículo e da forma como a comunidade local, pode participar na definição e elaboração do mesmo.

Assim, segundo o autor (p:176) “ (...) o currículo assenta numa concepção multidimensional e permanente da educação. Colocamo-nos, pois inteiramente identificados com a perspectiva de Simões (1992), quando se refere ao currículo da seguinte forma: (...) uma concepção alargada e flexível de um currículo parece mais consentânea com a teoria da educação permanente. Primeiro, porque segundo esta perspectiva, é a própria noção de conteúdos, que é inadequada, se apenas se referir aos de natureza formal (escolar), e não se estender aos de índole informal (da escola paralela) e não formal (extra-escolar). Em segundo lugar, porque, se sublinha que as influências educativas se exercem, inconscientemente, não menos que intencionalmente, necessário se torna considerar os «conteúdos latentes» ou implícitos da educação (aqueles que são comunicados pela própria qualidade da vida escolar). Finalmente,

porque, e os aspectos substantivos do ensino não devem sobrepor-se aos aspectos metodológicos (aprendizagens de metodologias de acesso ao conhecimento, sejam elas explícitas transmitidas formalmente – ou implícitas - baseadas no modelo de ensino), então a consideração dos métodos deverá ser integrada, na própria noção de currículo.”

Segundo Carlinda Leite, L. Gomes e P. Fernandes (2001:15) “*A concepção de currículo não se esgota nos conteúdos a ensinar e a aprender, na dimensão do saber, mas que se amplia às dimensões do ser, do formar-se do transformar-se, do decidir, do intervir e do viver e conviver com os outros (Leite, C. 2001:2)*”.

Consideramos pois que um currículo uniforme para todos não pode dar resposta às especificidades e expectativas das crianças e dos jovens de todo o nosso território nacional. A escola é capaz de construir um currículo que se adeque às necessidades específicas dos alunos e no qual se incorporem os seus interesses, valores e saberes.

Com os projectos curriculares de escola e de turma pretende-se pois adequar o currículo nacional à especificidade da escola e dos alunos. Contudo, enquanto o projecto curricular de escola se define em função do currículo nacional e do projecto educativo de escola (prioridades da escola, competências essenciais, transversais e conteúdos), o projecto curricular de turma baseia-se no projecto curricular de escola e é elaborado para dar resposta às especificidades da turma respeitando a individualidade de cada aluno e à articulação dos diversos professores dessa turma (2º e 3º ciclo).

I.2.5 - Conselhos Municipais de Educação e Elaboração de Cartas Educativas

(Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, alterado pela lei nº 41/2003 de 22 de Agosto)

O Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, como é dito no seu preâmbulo tem por objecto “ (...) a concretização da transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, reconhecendo que os municípios constituem o núcleo essencial da estratégia de subsidiariedade (...) na área da educação e do ensino não superior.”

Os Conselhos Municipais de Educação foram criados para permitir a transferência de competências da administração central, para a administração local no que respeita ao ensino não superior. A transferência diz respeito nomeadamente à elaboração da Carta Educativa, um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município. O presente diploma regulamenta igualmente competências na área da realização de investimentos, por parte dos municípios, nos domínios da construção apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação dos ensinos Pré-escolar e do Ensino Básico e refere-se ainda à gestão do pessoal não docente.

Os Conselhos Municipais de Educação são uma instância de coordenação e consulta que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados e fazendo propostas adequadas ao aumento da eficácia do sistema, como é dito no Art. 3º do referido Decreto-Lei.

No que diz respeito às competências, ao Conselho Municipal de Educação compete deliberar, em especial, nas seguintes matérias:

- Coordenação e articulação da política educativa com políticas sociais como as da área da saúde, formação e emprego;
- Acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa;
- Apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município;
- Participação na negociação e execução de contratos de autonomia;

- Tomada de medidas de desenvolvimento educativo no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar e do apoio a iniciativas de cariz cultural, desportivo ou ambiental;
- Realização de programas de prevenção e segurança dos espaços escolares e respectivos acessos; intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar.

Compete ainda aos Conselhos Municipais de Educação analisar o funcionamento das escolas, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, o desempenho dos professores e pessoal não docente, o sucesso escolar, a assiduidade dos alunos, a eficácia e eficiência do sistema educativo.

Para João Barroso (1998), a intervenção das autarquias no processo educativo deve fazer-se institucionalmente no quadro de uma descentralização territorial. Contudo, considera o autor que a participação da autarquia se deve situar no âmbito da parceria. Relativamente aos representantes dos interesses económicos e culturais, considera que não faz sentido impor administrativamente a sua presença nos órgãos de gestão da escola, se ela não corresponder a uma prática efectiva de cooperação de determinadas instituições no funcionamento regular da mesma. A participação só se justifica numa perspectiva de parceria em que os elementos da sociedade local se co-responsabilizam com a escola no seu funcionamento e na concretização dos seus objectivos.

António Sousa Fernandes (1999) considera que os municípios são uma das instituições locais mais solicitadas a trabalhar no campo educativo. Essa relevância faz com que o município não se possa ausentar da acção educativa, e que conjuntamente com outros parceiros institucionais do território, conjugue esforços de forma a participar nos processos educativos anteriormente apenas assumidos pela escola e outros parceiros isolados.

Refere ainda que se deve atribuir ao município um maior papel dentro do sistema público de ensino principalmente nos domínios onde já tem uma determinada experiência acumulada. Contudo, há que reforçar financeiramente o mesmo de forma a não ficar numa situação de fragilidade e dependência perante outros organismos quer sejam públicos ou privados.

O Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, tem sido alvo de algumas críticas, principalmente das estruturas sindicais que argumentam, entre outros motivos, que foram transferidas matérias para os Conselhos Municipais de Educação que são da exclusiva responsabilidade das escolas como: analisar o funcionamento dos estabelecimentos; o desempenho do pessoal docente; participação na negociação e execução dos contratos de autonomia; apreciar os projectos educativos entre outros.

Consideram igualmente que na composição dos Conselhos Municipais de Educação a representação do pessoal docente é muito baixa, uma vez que se faz representar por três elementos, dos dezoito que compõem o mesmo. No que diz respeito à autonomia da escola consideram igualmente, que com a publicação do presente diploma se deu um significativo recuo nos tímidos caminhos da autonomia².

Nós consideramos que a autarquia deve ser um parceiro educativo que participe com sensibilidade, colaboração e cooperação na definição e desenvolvimento da política educativa de forma a se promover o sucesso educativo numa cultura de responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa.

Consideramos igualmente importante a descentralização da administração educativa de forma a transferir competências efectivas do nível central para o nível local e para as escolas, condição essencial para a construção da autonomia.

² in “Municipalização da Educação” - Jornal da Fenprof, Dez 2004

I.2.6 - Estatuto do Mecenato (Decreto-Lei nº 74/1999 de 16 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 160/1999, de 14 de Setembro; nº 176-A/1999, de 31 de Dezembro; nº 3-B/2000, de 4 de Abril e nº 30-C/2000, de 29 de Dezembro; Declaração de Rectificação 7/2001, de 12 de Março; Lei nº 109-B/2001 de 27 de Dezembro e Lei nº 107-B/2003 de 31 de Dezembro)

A participação das instituições na vida activa da comunidade educativa é por si só importantíssima do ponto de vista social e cultural. Contudo, do ponto de vista económico, existe legislação que prevê alguns benefícios fiscais às instituições privadas. Esta disposição vem, de certa forma, promover e facilitar parcerias entre a escola e outras estruturas da comunidade.

Podemos considerar mecenato como “*uma prática de atribuição de donativos em dinheiro ou em espécie, concedidos sem concessão de contrapartidas de carácter pecuniário ou comercial por parte das entidades beneficiárias, cuja actividade consista predominantemente na realização de iniciativas na área social, cultural, ambiental, científica ou tecnológica, desportiva e educacional. Os donativos ao abrigo da Lei do Mecenato proporcionam benefícios fiscais à pessoa ou instituição que os afecta.*”³

Como podemos constatar, mecenato pode ser considerado uma espécie de protecção a determinadas instituições, a título meramente filantrópico, para o qual existe um conjunto de incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos.

No Estatuto do Mecenato, nomeadamente no ponto 1 do Artº 3º - Mecenato cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional - pode ler-se:

“*São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 6/1000 do volume de vendas ou serviços prestados os donativos atribuídos às seguintes entidades:*

(...)

e) Mediatecas, centros de divulgação, escolas e órgãos de comunicação social que se dediquem à promoção da cultura científica e tecnológica;”

Como podemos verificar a lei do mecenato é um instrumento que, de certa forma, também vem fomentar a colaboração e participação das várias instituições nos projectos desenvolvidos pela comunidade educativa.

³ In “*Mecenato e as ONGD Em Portugal*” – Plataforma Portuguesa das ONGD, Ficha Formativa nº 10, Outubro de 2004

I.2.7 - Conclusão

Após a análise da legislação que consideramos mais pertinente e atendendo ao objecto em estudo neste capítulo, podemos chegar às seguintes conclusões:

1. A Lei de Bases do Sistema educativo prevê a participação na administração da escola de diferentes actores, quer da comunidade escolar, quer da própria sociedade;
2. Pretende dar-se uma maior autonomia às escolas de forma a transformá-las progressivamente em comunidades educativas abertas e participadas;
3. Prevê-se a constituição de parcerias sócio-educativas que garantam a iniciativa e a participação da sociedade civil;
4. O projecto educativo deve ser constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e da adequação a características e recursos da escola, às solicitações e apoios da comunidade em que se insere;
5. A escola pode promover uma forte relação com a comunidade em que está inserida com base na reorganização curricular;
6. Que os Conselhos Municipais de Educação têm por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, fazendo propostas adequadas ao aumento da eficácia do sistema;
7. O mecenato é uma espécie de protecção a determinadas instituições, a título meramente filantrópico, para o qual existe um conjunto de incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos. Através da lei do mecenato, pode-se fomentar a colaboração e participação das várias instituições nos projectos desenvolvidos pela comunidade educativa.

Finalmente, concluímos que do ponto de vista legal existem diplomas que promovem a participação de instituições, de uma determinada comunidade, na definição e elaboração de projectos de carácter educativo conjuntamente com a escola.

II – CAPÍTULO SEGUNDO

Metodología

II.1 - Metodologia

O trabalho de investigação foi subdividido em duas partes distintas de forma a podermos dar resposta aos objectivos propostos.

Assim, numa primeira parte caracterizámos o Concelho de Moura e efectuámos a Cartografia institucional do mesmo. Com base nos elementos recolhidos, pretendemos dar resposta aos seguintes objectivos:

- Identificar as instituições existentes;
- Caracterizar as instituições;

Por outro lado, os mesmos dados irão servir de base ao estudo a efectuar na segunda parte da investigação de forma a atingir os objectivos que se seguem:

- Identificar domínios onde possam ser promovidas parcerias;
- Identificar os recursos existentes numa dada comunidade;
- Obter informações preliminares, que possam dar origem a outras investigações.

Seguidamente, iremos descrever as várias etapas metodológicas adoptadas, quer de uma forma geral, quer a nível particular em cada uma das duas fases da investigação.

II.1.1- Metodologia e as técnicas utilizadas

II.1.1.1 - Investigação Descritiva

Atendendo aos objectivos deste trabalho, cujo produto se pretende que tenha uma natureza descritiva e interpretativa, optámos por uma metodologia integrada em que as abordagens qualitativas e quantitativas se apresentam como complementares uma da outra.

Para Luís Nunes (2001: 4), as investigações descritivas são investigações que “*têm por objectivo central caracterizar o estado actual de um determinado objecto de investigação. Podem utilizar-se hipóteses ou não, dependendo da robustez da evidência empírica ou teórica que se possui sobre o fenômeno.*”

De acordo com H. Carmo e M. Ferreira (1998: 213), a investigação descritiva é uma área de investigação que implica “*estudar, compreender e explicar a situação do objecto de investigação. Inclui a recolha de dados para testar hipóteses ou responder a questões que lhe digam respeito. Os dados numa investigação descritiva são normalmente recolhidos mediante a administração de um questionário, a realização de entrevistas ou recorrendo à observação da situação real.*”

O paradigma qualitativo surgiu inicialmente no seio da Antropologia e da Sociologia, tendo ganho, nos últimos anos, espaço em áreas como a Psicologia e a Educação.

De acordo com Maria Cohen (S/D p: 65), a investigação em educação tem vindo a sofrer modificações. Assim, “*um campo que era dominado pelas questões da medição, das definições operacionais, das variáveis, da testagem de hipóteses e da estatística.*”

Bogdan e Biklen (1994: 47) referem-se à abordagem qualitativa como “ (...) *uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a intuição, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais*”.

A designação investigação qualitativa é utilizada como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação. Segundo os autores acima referenciados, podemos destacar cinco características da investigação qualitativa, a saber:

1^a - A fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo-se o investigador um instrumento fundamental. Os dados são recolhidos no terreno e complementados pela informação que se obtém através do contacto directo. “*Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado*”, Bogdan, R. e Biklen, S., (1994: 48);

2^a - A investigação é descritiva. Os investigadores tentam analisar os dados, respeitando a forma em que foram registados. A palavra assume particular importância. As narrativas não são reduzidas a dados numéricos, sendo analisadas em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma como foram registados ou transcritos. Os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados, tendo em vista ilustrar e substanciar a apresentação;

3^a - Os investigadores interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos, preocupando-se com a história natural da actividade ou dos acontecimentos que se pretendem estudar, expectativas, procedimentos e interacções diárias;

4º- Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva, não os recolhendo com o objectivo de confirmar ou infirmar hipóteses formuladas previamente. Para um investigador que planeie elaborar uma teoria fundamentada sobre o objecto de estudo, a direcção desta só se começa a estabelecer após a recolha de dados e o contacto directo com os sujeitos.

Segundo Grawitz (1979), a maior preocupação do investigador não se prende com a confirmação de hipóteses previamente definidas, mas sim com a interpretação/compreensão do fenómeno em estudo; assim, os dados são sobretudo recolhidos a partir dos discursos/percepções da qualidade dos intervenientes no processo, e não numericamente, como no paradigma quantitativo.

Para a autora, o paradigma interpretativo valoriza a compreensão e a explicação.

5º- O significado é de vital importância na abordagem qualitativa. Os investigadores que fazem uso da abordagem qualitativa estão interessados no modo como as diferentes pessoas dão sentido às suas vidas, preocupando-se com as diferentes perspectivas participantes. São tomadas em consideração as experiências do ponto de vista do informador. Existe uma preocupação em compreender o significado que os acontecimentos e interacções têm para o sujeito em determinado contexto.

II.1.1.1.1 - Limitações da Investigação Qualitativa

Tal como o paradigma quantitativo apresenta algumas limitações, também o paradigma qualitativo as evidencia, nomeadamente no que diz respeito à objectividade, na medida em que as observações poderão traduzir, de alguma forma, as convicções do investigador. Também o tempo requerido por este tipo de investigação nem sempre é exequível em termos práticos e/ou financeiros. Pode, igualmente, actuar como condicionante o envolvimento do investigador com os sujeitos sob investigação, na medida em que estes últimos se podem aperceber das expectativas do investigador.

II.1.1.1.2 - Potencialidades da Investigação Qualitativa

Uma das vantagens da investigação qualitativa prende-se com a possibilidade de gerar boas hipóteses de investigação, atendendo às metodologias e instrumentos utilizados.

Godoy, citado por Bogdan e Biklen (1994), aponta a existência de, pelo menos, três abordagens possíveis no âmbito da investigação qualitativa: a pesquisa documental, a etnografia e o estudo de caso.

II.1.1.2 – Instrumentos de Recolha de Dados

Os investigadores usam questionários e as entrevistas para transformar a informação directamente comunicada pelo sujeito. Esta informação pode ser transformada em números ou dados quantitativos, utilizando técnicas de escalas de atitudes e escalas de avaliação (Bruce Tuckman, 1994: 307,308).

Segundo Hermano Carmo e M. Ferreira (1998), a construção de um novo instrumento, para obtermos a informação, tem por base geralmente, instrumentos já utilizados anteriormente, devendo este ser testado e corrigido aos sujeitos que constituem a amostra. Os autores consideram ainda que é possível utilizar um instrumento já existente, desde que este se revele adequado

Neste contexto Luís Nunes (2001:10) “*(...) é aconselhável recorrer, sempre que possível, a instrumentos padronizados em anteriores investigações, desde que os mesmos satisfaçam os critérios normais de validade e que permitam medir as variáveis relevantes para a nossa investigação. No entanto, a adequação ao campo de estudo exige, normalmente, a realização de um estudo exploratório que possibilite um melhor domínio dos instrumentos em causa.*”

Atendendo às características do estudo e às questões que pretendemos dar resposta (na segunda parte da investigação), utilizámos o questionário aplicado por Bravo Nico (2002), após algumas adaptações, uma vez que o mesmo correspondia às nossas necessidades.

II.1.2 – 1ª Parte da Investigação – Caracterização e Cartografia Institucional do Concelho de Moura

De forma a identificar as mais diversas instituições existentes no território que constitui o Concelho de Moura, foi efectuada uma cartografia institucional do mesmo, com o objectivo de termos uma imagem institucional dos vários sectores de actividade.

Foi feita igualmente uma caracterização do Concelho com base em indicadores que considerámos mais pertinentes atendendo ao objecto de estudo do presente trabalho.

II.1.2.1 - Metodologia e técnicas utilizadas

Tendo em vista alcançar, com alguma solidez, o objectivo anteriormente referido, foram utilizados recursos técnicos (bases de dados em suporte electrónico, tabelas para recolha de informação e tratamento informático dos dados) que considerámos minimamente adequados à recolha e tratamento da informação.

II.1.2.2 - Identificação das várias fases do processo

II.1.2.2.1 – Recolha de dados

Foi efectuada uma recolha de elementos junto das seguintes entidades, que têm base de dados referentes às instituições do Concelho:

- Câmara Municipal de Moura;
- Juntas de Freguesia do Concelho de Moura;
- Repartição de Finanças de Moura;
- ADCMoura (associação de desenvolvimento local).

II.1.2.2.2 – Tratamento dos dados

Os dados recolhidos foram tratados da seguinte forma:

- 1º- Foram cruzadas todas as informações provenientes das fontes acima referenciadas;
- 2º - Foi elaborada uma listagem com todas as instituições;
- 3º - Os dados foram rectificados por parte de membros das Juntas de Freguesia, uma vez que estes têm um melhor conhecimento do seu território;
- 4º - Dessa rectificação resultou a listagem final, que não foi alterada desde Dezembro de 2004;
- 5º - Foram elaboradas listagens a nível do Concelho (Anexo I) e das Freguesias (Anexos II a VIII)

II.1.2.2.3 – Classificação das Instituições de acordo com os Sectores de Actividade Económica.

De forma a agruparmos as mais diversas instituições, com base nos sectores de actividade económica, foi constituída uma tabela de classificação.

Esta foi elaborada com base nos sectores de actividade identificados pela Organização Internacional do Trabalho⁴, tendo sido adaptada à realidade do Concelho de Moura.

Este tipo de tratamento de dados, para além de nos ajudar a caracterizar o Concelho do ponto de vista das suas actividades sectoriais, permitiu-nos igualmente identificar as instituições que iriam ser alvo da amostra que iremos utilizar no sentido de darmos resposta aos outros objectivos propostos.

Com a recolha dos elementos anteriormente descritos foi criada a seguinte tabela:

**Tabela 1- Sectores de Actividade
(Adaptada da Classificação de OIT)**

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações; outros sectores rurais	
II – Alimentação, bebidas e tabaco	
III – Construção	
IV – Indústrias Químicas	
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	
VIII – Material de transporte	
IX – Indústria extractiva	
X - Refinaria de petróleo e gás	
XI – Produção de metais básicos	
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	
XIII – Educação	
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	
XVI– Serviços de saúde	
XVII– Serviços colectivos, sociais e culturais	
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	
XIX- Serviços profissionais e outros	
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	
XX I– Serviços Públicos	
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	

⁴ Elementos recolhidos em: <http://www.ilo.org/public/spnnish/dialogue/sector/sectors.htm>

Com base nos elementos constantes nesta tabela iremos classificar todas as instituições do concelho identificadas.

É de salientar que irão constar nas tabelas de classificação (Anexos I a VII) os seguintes elementos identificativos:

Coluna 1 – Nome da Instituição;

Coluna 2 – Localização da sede da mesma (Freguesia);

Coluna 3 – Actividade (breve resumo da actividade desenvolvida);

Coluna 4 – Sector de Actividade (classificação com base na tabela 23).

Estes foram os princípios metodológicos adoptados na primeira fase da investigação.

II.1.3 – 2^a Parte da Investigação – Parcerias entre Escolas e outras Instituições

II.1.3.1 – Adaptação do Questionário

Para Bruce Tuckman (1994), é sempre desejável fazer um teste-piloto sobre o questionário e revê-lo com base nos resultados desse teste, de forma a determinar se os itens do questionário possuem qualidades inerentes à medição e a discriminabilidade.

Assim, a primeira versão do Questionário (Anexo IX) foi testada por representantes de quatro instituições, com o objectivo de verificar:

- Compreensão das questões por parte dos inquiridos;
- Adequação das questões;
- Falta de questões relevantes;
- Extensão e dificuldades do questionário

Solicitou-se igualmente que dessem sugestões no sentido de melhorar o referido instrumento.

Com este estudo exploratório foi possível reconstruir um instrumento mais adequado ao campo de estudo.

A versão final do Questionário (anexo X), foi a resultante da intervenção acima descrita.

II.1.3.2 – Aplicação do Questionário

No âmbito da aplicação do questionário foi elaborado um protocolo (Anexo XI) com a Câmara Municipal de Moura, tendo esta disponibilizado uma equipa para aplicar o mesmo, no âmbito da Rede Social, que tem exactamente como objectivo e metodologia de trabalho as parcerias inter-institucionais.

A equipa foi constituída por uma Socióloga e duas colaboradoras: uma a frequentar o ensino superior e outra com o 12º ano de escolaridade.

II .1.3.3 – Preparação das Aplicadoras

A tarefa das aplicadoras é de grande responsabilidade, tanto na forma como conduzem a aplicação do questionário, como na vontade em obedecer às instruções previas. Daí a importância de se seleccionarem entrevistadores/aplicadores que estivessem treinadas e tivessem alguma experiência.

No sentido de se uniformizarem critérios de aplicação, a socióloga e o mestrandos promoveram diversas reuniões com as duas aplicadoras, nas quais foram dadas instruções e formação para que as suas próprias características, não afectassem os dados, minimizando assim os erros de recolha

II 1.3.4 – A Amostra

Atendendo ao objecto de estudo, e de acordo com as informações provenientes do quadro conceptual, foram seleccionadas as instituições relacionadas com os seguintes sectores de actividade:

- **XIII – Educação** – Em virtude do objecto destas instituições estarem na base da presente investigação;
- **XVII – Serviços Colectivos e Culturais** – Pelo facto de existirem muitas afinidades funcionais com as escolas, sendo por isso parceiros privilegiados;

- XXI – Serviços Públicos - Deste sector apenas foram consideradas as Autarquias locais atendendo à sua missão e ao facto de terem algumas competências a nível da educação;

- Restantes Sectores – Do ponto de vista dos restantes sectores identificados, foi seleccionada uma pequena amostra por indicação da AMPEAI (Associação dos Micro e Pequenos Empresários do Alentejo Interior), conforme descrição que se segue.

A amostra foi constituída de acordo com o seguinte plano:

Tabela 2 - Plano de Amostragem

Instituições	Universo	Amostra	Observações
XIII – Educação	7	7	Considerou-se pertinente efectuar o estudo junto de todos os estabelecimentos de ensino do Concelho.
XVII – Serviços Colectivos e Culturais	64	64	As actividades promovidas e o próprio funcionamento permitem que sejam parceiros privilegiados das escolas.
XXI – Serviços Públicos	19	9	Correspondentes às autarquias existentes no Concelho.
Restantes sectores	957	10	Pelo facto de se considerarem pouco relevantes tendo em atenção o objecto de estudo.

A constituição do presente universo, para além de ir ao encontro do objecto em estudo (uma vez que o questionário foi aplicado principalmente junto dos sectores de actividade cujo funcionamento está mais próximo da actividade desenvolvida nas escolas dos agrupamentos), também revela preocupação com a representatividade da amostra.

Este plano foi elaborado de forma a garantir a representatividade de todas as freguesias do Concelho. No que diz respeito à amostra dos outros sectores, e uma vez que entram neste estudo de uma forma pontual, foi solicitado ao representante da AMPEAI que nos fornecesse uma relação com dez instituições empresariais, de forma a aplicarmos o presente questionário.

III – CAPÍTULO TERCEIRO

Caracterização e Cartografia Institucional do Concelho de Moura - Resultados

III.1. Caracterização do Concelho de Moura

Face aos objectivos que pretendemos atingir com este trabalho, considerámos de extrema importância efectuar uma caracterização do concelho com base em indicadores pertinentes para o enquadramento do mesmo.

III. 1.1- Geografia

O município de Moura está localizado na Região Alentejo e situa-se no Distrito de Beja. Ocupando uma área de 958 Km² da Margem Esquerda do Guadiana, faz fronteira com os concelhos de Reguengos de Monsaraz, Portel, Vidigueira, Mourão, Barrancos e Serpa. Faz igualmente fronteira com Espanha.

Relativamente aos principais centros urbanos, Moura dista 210 Km de Lisboa, 180 Km de Sevilha, 80 Km de Évora e 60 Km de Beja.

O concelho divide-se em oito freguesias, duas das quais na sua sede – Santo Agostinho e S. João Baptista – e seis rurais, respectivamente Póvoa de S. Miguel (que inclui a aldeia da Estrela), Amareleja, Safara, Santo Amador, Sobral da Adiça e Santo Aleixo da Restauração.

III.1.2-Demografia

Tendo ascendido ao título de cidade em 1988, Moura é o segundo núcleo urbano do Baixo Alentejo, possuindo mais de nove mil habitantes. Relativamente ao número total de residentes (16 590), segundo os resultados definitivos dos CENSOS 2001, ao que corresponde uma densidade demográfica de 17 habitantes por Km².

Se procedermos à distribuição da população pelas freguesias do concelho, obtemos a seguinte tabela.

Tabela 3 - Distribuição da população por freguesias (1991-2001)

Freguesias	1991	2001
Moura (cidade)	8 643	9 222
Amareleja	3 237	2 763
Póvoa de São Miguel	1 218	1 094
Safara	1 287	1 167
Santo Aleixo da Restauração	1 086	842
Santo Amador	717	456
Sobral da Adiça	1361	1046
Total	17 549	16 590

Fonte: INE, Censos 2001

De acordo com os dados relativos à distribuição da população pelas freguesias do concelho, verificamos uma maior concentração populacional nas freguesias urbanas de Santo Agostinho e São João Baptista (cidade de Moura), seguidas de Amareleja. Das restantes freguesias rurais, aquela que apresenta um maior número de habitantes é Safara (1167) e a que possui menor população é Santo Amador (456). Saliente-se ainda a tendência de decréscimo populacional entre 1981 e 2001.

Relativamente aos grupos etários, verificamos que no concelho se tem registado um decréscimo contínuo na população, desde 1960, nos grupos localizados nas faixas etárias dos 0 e os 14 anos e dos 15 aos 64 anos (população activa), por oposição ao aumento progressivo da população com mais de 65 anos.

As principais características da evolução demográfica são partilhadas tanto pela sede do concelho como pelas respectivas freguesias rurais, onde se destaca um contínuo envelhecimento da população. Deste fenómeno demográfico salienta-se a década de 90, quando se tornou evidente o facto de a percentagem de idosos ultrapassar a de jovens existentes no concelho.

Associado directamente ao envelhecimento existe o factor – migração da população activa do concelho para os grandes centros urbanos e/ou litoral e das freguesias rurais para o núcleo urbano - o que está a provocar o despovoamento progressivo das freguesias rurais.

III.1.3 -Emprego

Quanto ao emprego, existe no concelho o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Centro de Emprego de Moura que abrange quatro concelhos no

que concerne à intervenção na área do emprego e formação profissional, que são Moura, Serpa, Barrancos e Mourão.

Relativamente à população empregada no concelho de Moura, em 1991, esta correspondia a 33,2% da população residente. Das 5826 pessoas empregadas, a grande maioria (4152) era do sexo masculino, correspondendo a uma percentagem de 71,3%. Este aspecto caracterizava a mão-de-obra de Moura como predominantemente masculina.

De acordo com os dados recolhidos em 2001, pelo Instituto Nacional de Estatística, a população empregada no concelho é de 6045 pessoas, correspondendo a uma percentagem de 36,4% da população residente. A maioria (3988) continua a ser do sexo masculino, correspondendo a uma percentagem de 65,9%. Apesar da mão-de-obra se caracterizar como predominantemente masculina, verificamos que, relativamente aos dados de 1991, houve um ligeiro incremento da mão-de-obra feminina.

Tabela 4 – Taxas de actividade

	1991		2001	
	Alentejo	Moura	Alentejo	Moura
Taxa de actividade	42%	39,2%	45,4%	42,7%
Taxa de actividade masculina	53,7%	52,7%	52,4%	51,9%
Taxa de actividade feminina	30,8%	26,3%	38,8%	33,3%

Fonte: INE, Censos 2001

Comparando as taxas de actividade verificadas em 1991 e 2001, na região do Alentejo e no concelho de Moura, constatamos que o último apresenta valores inferiores em relação à região onde se enquadra.

III.1.4-Desemprego

Uma das grandes problemáticas do concelho de Moura prende-se com o elevado índice de desemprego existente.

Tabela 5 – Taxas de desemprego

	1991		2001	
	Alentejo	Moura	Alentejo	Moura
Taxa de desemprego	9,2%	15,1%	8,4%	14,6%
Taxa de desemprego masculina	4,7%	7,9%	5,3%	7,9%
Taxa de desemprego feminina	16,8%	29,1%	12,5%	25%

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente às taxas de desemprego verificamos uma grande disparidade entre os dados regionais e os obtidos no concelho de Moura. Registamos contudo uma evolução positiva no que diz respeito à taxa de desemprego feminina.

III.1.5 -Estrutura Económica

Apesar da sua localização geográfica, políticas e modelos de agricultura, a estrutura económica do concelho de Moura baseia-se principalmente no sector terciário, sendo este a principal fonte de emprego no concelho.

Tabela 6 – População Activa por Sector de Actividade

	1991		2001	
	Alentejo	Moura	Alentejo	Moura
Sector Primário	23,2%	35,9%	12%	19,8%
Sector Secundário	25,9%	19,6%	28%	28%
Sector Terciário	50,8%	44,5%	60%	52,2%

Fonte: INE, Censos 2001

Através dos dados apresentados na presente Tabela 6, podemos constatar algumas transformações na estrutura da população activa local, no período compreendido entre 1991 e 2001, designadamente um decréscimo acentuado do sector primário e um incremento nos sectores secundário e terciário. Esta terciarização da economia relaciona-se directamente com o aumento da importância da administração pública, dos serviços financeiros, dos relacionados com o ensino, do comércio e da restauração. É ainda de salientar que relativamente à taxa de emprego no sector

secundário já está ao mesmo nível da taxa da região Alentejo, na qual o concelho se insere.

III.1.5.1 - População empregada segundo grupos de profissões

No que se refere à economia do concelho, importa fazer referência aos grupos de profissões, de modo a percebermos a tendência de desenvolvimento nas mais diversas áreas. Os grupos profissionais identificados estão descritos na Classificação Nacional de Profissões⁵.

Tabela 7 – População empregada segundo grupos de profissões

Grupos de Profissões	2001	
	Moura	
Grupo 1 C.N.P – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	307	5,1%
Grupo 2 C.N.P – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	278	4,6%
Grupo 3 C.N.P – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	368	6,1%
Grupo 4 C.N.P – Pessoal Administrativo e Similares	422	7%
Grupo 5 C.N.P – Pessoal dos Serviços e Vendedores	872	14,5%
Grupo 6 C.N.P – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	532	8,8%
Grupo 7 C.N.P – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1271	21,1%
Grupo 8 C.N.P – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem	362	6%
Grupo 9 C.N.P – Trabalhadores não Qualificados	1577	26,1%
Grupo 0 C.N.P – Membros das Forças Armadas	38	0,6%

Fonte: INE, Censos 2001

III.1.6 - Educação

A educação é um dos direitos sociais fundamentais dos cidadãos portugueses e para que a oferta educativa seja possível é necessário um conjunto variado de condições objectivas que assentam numa multiplicidade de equipamentos educativos e recursos humanos.

⁵ Departamento de Certificação, Direcção de Serviços de Avaliação e Certificação (2001), *Classificação Nacional de Profissões -1994*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Elo-Publicidade, Artes Gráficas, Lda.

No concelho de Moura, uma das suas grandes problemáticas prende-se com elevados indicadores de insucesso e abandono escolar, como da elevada taxa de analfabetismo.

Tabela 8 – Instrução da população residente do concelho

Níveis de Instrução	1991		2001	
	Alentejo	Moura	Alentejo	Moura
Sem Instrução	26,7%	29,2%	19,8%	23,1%
Ensino Básico	62,5%	62,5%	57,7%	59,8%
Ensino Secundário	7%	5,4%	14,2%	11,4%
Ensino Médio/Superior	3,8%	2,8%	8,3%	5,7%
Taxa de Analfabetismo	20,2%	24,2%	15,9%	19,1%

Fonte: INE, Censos 2001

Com base nestes dados, o concelho de Moura apresenta valores preocupantes relativamente às percentagens comparativas com a região Alentejo, na medida em que apresenta taxas mais elevadas a nível da população sem instrução e analfabeta. Apresenta igualmente valores mais baixos no que diz respeito à população detentora de habilitações a nível do ensino secundário e médio/superior. Este aspecto poderá estar relacionado com a elevada taxa de envelhecimento e emigração.

III.1.6.1 - Agrupamento Vertical de Escolas de Moura

Em termos de respostas de âmbito educacional, o concelho de Moura oferece respostas a vários níveis, desde a educação pré-escolar, ao ensino secundário, existe igualmente o ensino profissional e recorrente.

O Agrupamento Vertical de Escolas de Moura entrou em funcionamento no ano lectivo de 2002/2003 e tem como estabelecimento sede a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Moura. Fazem parte deste agrupamento os seguintes estabelecimentos de ensino:

Tabela 9 – Agrupamento Vertical de Escolas de Moura

Estabelecimentos	Nível de Ensino Leccionado
Escola Básica dos 2º e 3ºs Ciclos de Moura	2º e 3ºs ciclos
EB1/JI do Fojo (Moura)	Pré-escolar e 1º Ciclo
EB1 da Porta Nova (Moura)	1º Ciclo
EB1/JI dos Bombeiros (Moura)	Pré-escolar e 1º Ciclo
EB1 Bairro 25 de Abril (Moura)	1º Ciclo
EB1 Sete e Meio (Moura)	1º Ciclo
JI Sete e Meio (Moura)	Pré-escolar
EB1/JI de Santo Amador	Pré-escolar
EB1 de Sobral da Adiça	1º Ciclo
JI de Sobral da Adiça	Pré-escolar

Fonte: Agrupamento Vertical das Escolas de Moura

O Território Educativo deste agrupamento abrange as duas freguesias urbanas da cidade, São João Baptista e Santo Agostinho e as freguesias rurais de Santo Amador e Sobral da Adiça.

Frequentaram este agrupamento os seguinte número de alunos, no ano lectivo de 2003/2004:

**Tabela 10 - Número de alunos por nível de ensino e sexo
Ano lectivo de 2003/2004**

Nível de Ensino	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
Ensino Pré-Escolar	9	94	106	200
1º Ciclo	25	275	237	512
2º Ciclo	12	155	92	247
3º Ciclo	10	94	111	205
Total	56	618	546	1164

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Moura

Frequentaram este agrupamento o seguinte número de alunos no ano lectivo de 2003/2004:

**Tabela 13 -Número de alunos por nível de ensino e sexo
Ano lectivo de 2003/2004**

Nível de Ensino	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
Ensino Pré-Escolar	8	68	70	138
1º Ciclo	15	131	122	253
2º Ciclo	7	80	60	140
3º Ciclo	10	88	98	186
Total	40	367	350	717

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Amareleja

No ano lectivo de 2004/2005 a frequência é a que se encontra inscrita na Tabela 11

**Tabela 11 -Número de alunos por nível de ensino e sexo
Ano lectivo de 2004/2005**

Nível de Ensino	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
Ensino Pré-Escolar	9	97	87	184
1º Ciclo	26	278	252	530
2º Ciclo	11	135	107	242
3º Ciclo	9	102	86	188
Total	55	612	532	1144

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Moura

Em 2004/2005 a frequência é a seguinte:

**Tabela 14 -Número de alunos por nível de ensino e sexo
Ano lectivo de 2004/2005**

Nível de Ensino	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
Ensino Pré-Escolar	8	84	68	152
1º Ciclo	13	111	107	218
2º Ciclo	7	83	71	154
3º Ciclo	9	74	80	154
Total	37	352	326	678

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Amareleja

Da análise dos dados provenientes dos dois agrupamentos verticais de escolas existentes no concelho de Moura, verificamos uma diminuição de turmas de alunos do ano lectivo de 2003/2004 para o ano lectivo de 2004/05. Esta diminuição é mais acentuada no agrupamento de escolas da Amareleja, facto que pode dever-se a uma diminuição mais significativa da população nas freguesias rurais e ao envelhecimento da mesma.

III.1.6.2 - Agrupamento Vertical de Escolas da Amareleja

O Agrupamento de Escolas da Amareleja encontra-se em funcionamento desde o ano lectivo de 1999/2000 e tem a sua sede na Escola Básica Integrada da Amareleja. O seu Território Educativo, para além da freguesia da Amareleja, é composto pelas freguesias de Póvoa de São Miguel (à qual pertence o lugar da Estrela), Santo Aleixo da Restauração e Safara.

Fazem parte do Agrupamento Vertical das Escolas de Amareleja os seguintes estabelecimentos de ensino:

Tabela 12 – Agrupamento Vertical de Escolas de Amareleja

Estabelecimentos	Nível de Ensino Leccionado
Escola Básica Integrada da Amareleja	Pré- Escolar 1º,2º e 3ºs ciclos
EB1 de Santo Aleixo da Restauração	1º Ciclo
EB1 de Póvoa de São Miguel	1º Ciclo
EB1 de Safara	1º Ciclo
JI de Santo Aleixo da Restauração	Pré-escolar
JI de Póvoa de São Miguel	Pré-escolar
JI de Safara	Pré-escolar

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Amareleja

III.1.6.3 - Escola Secundária com 3ºCiclo de Moura

A Escola Secundária com 3º Ciclo de Moura está sedeadas nesta cidade e o seu território educativo coincide com o território do próprio concelho. Para além do 3º ciclo são ministrados neste estabelecimento o ensino secundário, o ensino recorrente e o ensino recorrente secundário.

No ano lectivo de 2003/2004, frequentaram esta escola o seguinte número de alunos:

**Tabela 15 -Número de alunos por nível de ensino e sexo
Ano lectivo de 2003/2004**

Nível de Ensino	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
3º Ciclo	7	77	41	118
Secundário (10º e 11º)	11	87	151	238
Secundário (12º)	6	36	76	112
ER	1	19	25	44
ER- Secundário	1	49	82	131
Total	26	268	235	643

Fonte: Escola Secundária com 3º Ciclo de Moura

No presente ano lectivo de 2004/2005, regista-se a seguinte frequência:

**Tabela 16 -Número de alunos por nível de ensino e sexo
Ano lectivo de 2003/2004**

Nível de Ensino	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
3º Ciclo	7	90	44	134
Secundário (10º e 11º)	10	82	111	193
Secundário (12º)	6	46	78	124
ER	1	16	22	38
ER- Secundário	1	37	65	102
Total	25	271	320	591

Fonte: Escola Secundária com 3º Ciclo de Moura

Com base nos dados recolhidos junto dos Agrupamentos e da Escola Secundária com 3º Ciclo de Moura, podemos desde já concluir:

1. Verificou-se uma diminuição de 111 alunos no ano lectivo de 2004/2005 em relação ao ano lectivo de 2003/2004;

2. Deu-se igualmente uma diminuição no número de turmas;
3. Verificamos que a frequência por parte de alunos do sexo feminino é superior ao nível do ensino secundário. Com base nestes elementos podemos chegar à conclusão que os alunos do sexo masculino ingressam mais cedo no mundo laboral, dando origem a mão-de-obra menos qualificada.

III.1.6.4 - Ensino Profissional

Relativamente ao ensino profissional, existem no concelho duas entidades que o ministram: o IEFP, onde funciona um pólo do Centro de Formação Profissional de Beja e a Escola Profissional de Moura.

No pólo a funcionar no IEFP de Moura é ministrada uma formação que visa qualificar candidatos ao primeiro emprego, de forma a facilitar a sua integração na vida activa, através de perfis de formação que contemplam uma tripla valência: reforço das competências académicas, pessoais, sociais, e relacionais, aquisição de saberes no domínio científico-tecnológico e uma sólida experiência na empresa. Os diplomados obtêm uma certificação profissional relativa a uma formação de nível I, II, ou III, associada a uma progressão escolar, com equivalência ao 2º e ao 3º Ciclos do Ensino Básico ou ao Ensino Secundário⁶.

Tabela 17 -Número de alunos, por nível de ensino, sexo e curso, no Pólo do Centro de Formação Profissional de Beja a funcionar no IEFP de Moura (ano de 2004)

Curso	Nível UE	Nº de turmas	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total de alunos
Técnico de Contabilidade e Gestão	III	1	5	10	15
Mecânica Auto	II	1	7	0	7
Reparadores de Carroçarias	II	1	12	0	12
Total		3	24	10	34

Fonte: IEFP de Moura

⁶ In, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Delegação Regional do Alentejo – Oferta Formativa 2004-12-29

No ano de 2005, regista-se a seguinte frequência:

Tabela 18 - Número de alunos, por nível de ensino, sexo e curso, no Pólo do Centro de Formação Profissional de Beja a funcionar no IEFP de Moura (ano de 2005)

Curso	Nível UE	Nº de turmas	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total de alunos
Técnico de Contabilidade e Gestão	III	1	5	9	14
Serralharia Civil	II	1	15	0	15
Reparadores de Carroçarias	II	1	12	0	12
Total		3	32	9	41

Fonte: IEFP de Moura

A Escola Profissional de Moura, em funcionamento desde 2000, forma os jovens em áreas profissionais muito específicas. Faculta-lhes a possibilidade de adquirirem equivalência ao 12º ano de escolaridade e atribui-lhes um diploma profissional de nível III. Relativamente às áreas existentes na Escola Profissional, estas relacionam-se com a exploração das riquezas naturais do concelho e com desenvolvimento turístico.

Tabela 19 -Número de alunos, por nível de ensino, sexo, curso, na Escola Profissional de Moura - Ano lectivo de 2003/2004

Curso	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
1ºano- Técnico de Informática/Gestão	1	12	11	23
1ºano- Técnico de Mecânica/Energias Alternativas	1	17	6	23
2ºano -Técnico de Turismo/Profissionais de Informação e Animação Turística	1	2	19	21
2ºano – Técnico de Gestão do Ambiente	1	10	9	19
Total	4	41	45	86

Fonte: Escola Profissional de Moura

No ano lectivo de 2004/2005, regista-se a seguinte frequência:

Tabela 20 -Número de alunos, por nível de ensino, sexo, curso na Escola Profissional de Moura - Ano lectivo de 2004/2005

Nível de Ensino	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total de alunos
1ºano- Técnico de Mecânica/Energias Alternativas	1	13	11	24
1ºano- Técnico Auxiliar de Infância	1	0	22	22
2ºano- Técnico de Informática/Gestão	1	12	10	22
2ºano- Técnico de Mecânica/Energias Alternativas	1	14	6	20
3ºano -Técnico de Turismo/Profissionais de Informação e Animação Turística	1	2	19	21
3ºano – Técnico de Gestão do Ambiente	1	10	9	19
Total	6	51	77	128

Fonte: Escola Profissional de Moura

III.1.6.5 - Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar

Existe em Moura uma delegação concelhia do ensino recorrente e educação extra-escolar, que, para além do próprio concelho incide a sua acção também no concelho vizinho de Barrancos.

Através do ensino recorrente, é possível a obtenção de certificados e diplomas conferidos pelo ensino regular, distinguindo-se pela flexibilidade e diversidade das formas de organização e concretização e pela descontinuidade no tempo e alternância dos espaços. O ensino recorrente organiza-se de forma autónoma, com condições de acesso, currículos, programas e avaliação específicos. Esta diferenciação permite adequar-se a grupos etários diferentes, com experiências de vida e conhecimentos adquiridos entretanto. Tem valências ao nível dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Tabela 21 – Cursos do 1º Ciclo do Ensino Recorrente realizados no Concelho de Moura no Ano Lectivo de 2003/2004

Localidade	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Amareleja	1	9	2	11
Moura – São João Baptista	1	0	10	10
Moura – Santo Agostinho	1	16	0	16
Santo Aleixo da Restauração	1	1	9	10
Sobral da Adiça	1	10	0	10
Total	5	36	21	57

Fonte: Delegação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar de Moura e Barrancos

É de salientar uma grande frequência destes cursos por parte de formandos de etnia cigana. Assim, o curso da Amareleja foi frequentado por 9 indivíduos do sexo masculino da referida etnia, o curso de Santo Agostinho de Moura por 16 e o de Sobral da Adiça por 10 formandos. Uma outra característica a registar é que todos os formandos da etnia cigana são do sexo masculino.

Tabela 22 – Cursos do 1º Ciclo do Ensino Recorrente Realizados no Concelho de Moura no Ano Lectivo de 2004/2005

Localidade	Nº de turmas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Amareleja	1	10	0	10
Moura – São João Baptista	1	3	7	10
Moura – Santo Agostinho	1	16	0	16
Póvoa de São Miguel	1	7	4	11
Sobral da Adiça	1	11	0	11
Total	5	47	11	58

Fonte: Delegação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar de Moura e Barrancos

Relativamente às turmas que estão a ser leccionadas no presente ano lectivo há a salientar que os formandos masculinos continuam a provir da etnia cigana.

Assim, à excepção do curso promovido na freguesia de São João Baptista – Moura, todos os elementos masculinos das outras turmas são originários da referida etnia. Nenhum elemento do sexo feminino é da etnia cigana.

Para além dos cursos do 1º Ciclo foram ainda promovidos os seguintes cursos de Educação Extra-Escolar:

Tabela 23 – Cursos de Educação Extra-Escolar ano lectivo de 2003/2004

Curso/Localidade	Nº de turmas	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total
Atelier de Pintura - Amareleja	1	0	15	15
Artes Decorativas - Safari	1	0	15	15
Artes Decorativas - Moura	2	0	30	30
Educação para a Saúde - Amareleja	1	5	19	24
Animação Sócio Cultural Literatura Oral -Moura	1	2	14	16
Animação Sócio Cultural Alegria de Viver - Moura	1	2	14	16
Animação Sócio Cultural Memória Viva – Stº.	1	4	13	17
Aleixo da Restauração				
Animação Sócio Cultural – Sobral da Adiça	1	3	11	14
Educação para a Saúde – Santo Amador	1	0	15	15
Bordados à Mão - Amareleja	1	0	17	17
Bordados à Máquina - Moura	1	0	15	15
Corte e Costura – Moura	1	0	15	15
Artes Decorativas – Stº. Aleixo da Restauração	1	0	15	15
Lavores – Moura	1	0	15	15
Pintura em Tecido – Sobral da Adiça	1	0	15	15
Tapeçaria de Arraiolos – Amareleja	1	0	21	21
Tapeçaria de Arraiolos – Moura	1	0	15	15
Tapeçaria de Arraiolos – Santo Amador	1	0	16	16
Total	19	16	290	306

Fonte: Delegação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar de Moura e Barrancos

Relativamente à Educação Extra-Escolar, podemos constatar que a taxa de frequência dos cursos por parte dos elementos do sexo feminino se situa nos 95%. Este facto deve-se à pouca apetência por parte das pessoas do sexo masculino para este tipo de formação e à temática dos próprios cursos. Não podemos, ainda, esquecer que a maior taxa de desemprego neste concelho incide sobre a população feminina.

Tabela 24 – Cursos de Educação Extra-Escolar ano lectivo de 2004/2005

Curso/Localidade	Nº de turmas	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total
Artes Decorativas - Moura	1	0	15	15
Educação para a Saúde - Santo Amador	1	0	16	16
Animação Sócio Cultural - Safara	1	0	16	16
Animação Sócio Cultural – Stº. A. da Restauração	1	5	10	15
Educação para a Saúde – Amareleja	1	8	24	32
Bordados à Mão - Moura	1	0	15	15
Corte e Costura – Moura	1	0	15	15
Lavores – Moura	1	0	15	15
Bordados à Mão - Amareleja	1	0	20	20
Tapeçaria de Arraiolos – Amareleja	1	0	16	16
Pintura em Barro – Moura	1	0	15	15
Total	11	13	177	190

Fonte: Delegação Concelhia do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar de Moura e Barrancos

No ano lectivo de 2004/05, apesar de se verificar um pequeno aumento (percentual) da frequência por parte dos elementos do sexo masculino, a grande maioria dos frequentadores continua a ser do sexo feminino.

Nesta caracterização do concelho de Moura, consideramos serem estas as áreas mais pertinentes atendendo ao objecto do trabalho em curso.

No ponto seguinte iremos apresentar a cartografia institucional do Concelho de Moura.

III.2 - Cartografia das instituições do Concelho de Moura

Devido à necessidade de identificar as mais diversas instituições existentes no território que constitui o Concelho de Moura - de forma a identificarmos as instituições existentes - elaboramos uma tabela na qual estão referenciadas “todas” as estruturas produtivas, culturais, desportivas, educacionais e sociais entre outras, que constituem o tecido institucional deste Concelho.

Pretendemos com isto, por um lado, ter uma imagem institucional a nível dos sectores de actividade e por outro, identificar instituições que possam promover possíveis parcerias com as Escolas do Concelho de forma a identificar soluções que visem melhorar a colaboração e a maximização dos recursos materiais e humanos existentes no território identificado.

A metodologia, técnicas utilizadas e a identificação das várias fases do processo de investigação, foram descritas no capítulo II – Metodologia, do presente trabalho.

III. 2. 1 - Análise dos dados relativos às instituições do Concelho de Moura

Na sequência da aplicação dos instrumentos anteriormente referidos obtivemos a nível do concelho os resultados que a seguir se descrevem:

Tabela 25 – Número de instituições com base nos sectores de actividade no Concelho de Moura

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais	80
II – Alimentação, bebidas e tabaco	48
III – Construção	80
IV – Indústrias Químicas	1
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	1
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	20
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	4
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	374
XIII – Educação	7
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	193
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	7
XVI– Serviços de saúde	9
XVII– Serviços colectivos, sociais e culturais	64
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	40
XIX- Serviços profissionais e outros	74
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	6
XX I- Serviços Públicos	19
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	12
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	8

Fonte: Elementos constantes no Anexo I

A estrutura económica do Concelho de Moura no passado, por diversos motivos como a sua localização geográfica, políticas e modelos de agricultura, assentou essencialmente no sector primário.

Contudo, e através dos dados apresentados na Tabela 25, podemos constatar uma transformação significativa no que diz respeito ao peso dos vários sectores. Assim, verificamos que se está a dar uma terciarização da economia, representando o sector terciário 77,7% das instituições a nível do concelho, e o sector primário e secundário 22,3% das instituições. Este facto tem a ver com o aumento de importância da administração pública, dos serviços financeiros, os relacionados com o ensino (é de

realçar que no presente estudo os estabelecimentos de ensino estão contabilizados tendo por base orgânica o agrupamento de escolas), o comércio e a restauração, entre outros.

Consideramos que, com base na actual conjuntura económica, em especial com o incremento turístico, o sector terciário terá tendência a reforçar o seu peso na economia local.

III.2.1.1- Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia da Amareleja

Tabela 26 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia da Amareleja

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais	35
II – Alimentação, bebidas e tabaco	12
III – Construção	11
IV – Indústrias Químicas	0
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	0
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	2
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	0
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	64
XIII – Educação	1
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	32
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	0
XVI– Serviços de saúde	0
XVII– Serviços colectivos, sociais e culturais	3
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	4
XIX- Serviços profissionais e outros	9
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	1
XX I– Serviços Públicos	2
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	0
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	1

Fonte: Elementos constantes no Anexo III

Relativamente à Freguesia da Amareleja podemos verificar que o sector terciário também é aquele que maior peso detém representando 70%, enquanto os sectores primários e secundários apenas representam 30%. Este facto deve-se ao elevado número

de população existente nesta freguesia (este número só é superado pelas duas freguesias urbanas). Esta população permite a viabilidade económica de muitos serviços públicos e privados. É de salientar igualmente a existência da sede de um agrupamento vertical de escolas nesta vila, que por si só garante trabalho a um elevado número de pessoas.

Contudo, e fazendo um paralelismo com a média concelhia, verificamos que o sector terciário tem menos 7,7% e que os sectores primário e secundário têm mais 7,7%.

III.2.1.2 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Póvoa de São Miguel

Tabela 27 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Póvoa de São Miguel

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações; outros sectores rurais	7
II – Alimentação, bebidas e tabaco	5
III – Construção	4
IV – Indústrias Químicas	0
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	0
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	2
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	0
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	19
XIII – Educação	0
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	9
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	0
XVI – Serviços de saúde	0
XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais	0
XVIII – Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	3
XIX – Serviços profissionais e outros	5
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	0
XX I – Serviços Públicos	1
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	2
XXIII – Utilidades (água, gás, electricidade)	0

Fonte: Elementos constantes no Anexo IV

No que diz respeito à freguesia de Póvoa de São Miguel, podemos verificar que os dados obtidos são idênticos aos da Amareleja. Ou seja, 30% para os sectores primário e secundário e 70% para o terciário. No entanto, existe uma diferença significativa no tecido institucional das duas freguesias. Esta diferença tem a ver especialmente com o tipo de explorações agrícolas existentes nestas freguesias.

Assim, enquanto na Amareleja existem mais propriedades de menor extensão (o que provoca um aumento percentual de actividade no sector primário), as empresas agrícolas na freguesia da Póvoa de São Miguel são menos e com maior superfície, daí a disparidade dos resultados.

III.2.1.3 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Safara

Tabela 28 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Safara

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais	6
II – Alimentação, bebidas e tabaco	6
III – Construção	11
IV – Indústrias Químicas	0
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	0
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	4
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	0
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	27
XIII – Educação	0
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	16
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	0
XVI– Serviços de saúde	0
XVII– Serviços colectivos, sociais e culturais	6
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	0
XIX- Serviços profissionais e outros	4
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	1
XX I– Serviços Públicos	2
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	0
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	0

Fonte: Elementos constantes no Anexo V

Safara é uma freguesia rural a quarta em termos de população, e apresenta valores idênticos aos verificados nas freguesias da Amareleja e Póvoa de São Miguel, ou seja 30% de instituições relacionadas com o sector primário e secundário e 70% relacionadas com o sector terciário.

III.2.1.4 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Santo Amador

Tabela 29 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Santo Amador

Industria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais	0
II – Alimentação, bebidas e tabaco	2
III – Construção	1
IV – Indústrias Químicas	0
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	0
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	0
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	0
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Servicos Públicos e Privados	
XII – Comércio	8
XIII – Educação	0
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	6
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	0
XVI– Serviços de saúde	0
XVII– Serviços colectivos, sociais e culturais	8
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	0
XIX- Serviços profissionais e outros	1
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	1
XX I– Serviços Públicos	1
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	0
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	0

Fonte: Elementos constantes no Anexo VI

A Freguesia de Santo Amador é a freguesia rural com menor número de habitantes do concelho de Moura. Verifica-se uma grande diminuição de população nestes últimos anos (como podemos verificar nos dados fornecidos pelos censos de 1991 e 2001 em que se registou uma evolução negativa da população passando esta de 717 habitantes para 456).

As instituições relacionadas com os sectores primários e secundário representam apenas 13% e o sector terciário 87%. Esta é uma situação anómala que consideramos dever-se aos seguintes factores: em primeiro lugar um grande número de empresas agrícolas a funcionar no território desta freguesia têm as suas sedes nas freguesias urbanas, dada a sua proximidade; em segundo lugar, existe um certo dinamismo na freguesia no que diz respeito ao associativismo. Assim, têm vindo a ser criadas instituições de carácter cultural, desportivo e social que contribuem para o aumento de entidades relacionadas com o sector terciário.

III.2.1.5 -Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Santo Aleixo da Restauração

Tabela 30 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Santo Aleixo da Restauração

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais	9
II – Alimentação, bebidas e tabaco	0
III – Construção	1
IV – Indústrias Químicas	0
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	0
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	1
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	0
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	17
XIII – Educação	0
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	10
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	0
XVI- Serviços de saúde	0
XVII- Serviços colectivos, sociais e culturais	4
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	0
XIX- Serviços profissionais e outros	1
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	1
XX I- Serviços Públicos	2
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	0
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	0

Fonte: Elementos constantes no Anexo VII

Na freguesia de Santo Aleixo verificam-se as seguintes percentagem por sector de actividade: Sector primário e secundário 24%; Sector terciário 76%.

Os valores são idênticos aos observados nas freguesias anteriores, sendo o sector terciário largamente maioritário.

III.2.1.6 - Análise dos dados relativos às instituições da Freguesia de Sobral da Adiça

Tabela 31 – Número de instituições com base nos sectores de actividade na Freguesia de Sobral da Adiça

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais	11
II – Alimentação, bebidas e tabaco	3
III – Construção	9
IV – Indústrias Químicas	0
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	0
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	3
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	1
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	15
XIII – Educação	0
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	11
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	0
XVI– Serviços de saúde	0
XVII– Serviços colectivos, sociais e culturais	8
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	1
XIX- Serviços profissionais e outros	0
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	1
XX I– Serviços Públicos	2
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	0
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	0

Fonte: Elementos constantes no Anexo VIII

Ao analisarmos os dados referentes a esta freguesia, verificamos que as instituições associadas ao sector primário e secundário ainda representam 42%, representando o sector terciário 58%. Estes valores estão um pouco afastados daqueles

registados em termos médios no concelho. Com base nestes dados, consideramos que o factor terciarização está ainda a encontrar alguma resistência nesta freguesia rural.

III.2.1.7- Análise dos dados relativos às instituições das Freguesias Urbanas

Tabela 32 – Número de instituições com base nos sectores de actividade nas Freguesias de Santo Agostinho e São João Baptista (urbanas)

Indústria e Agricultura	
I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais	12
II – Alimentação, bebidas e tabaco	20
III – Construção	43
IV – Indústrias Químicas	1
V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado	0
VI – Engenharia mecânica e eléctrica	1
VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel	8
VIII – Material de transporte	0
IX – Indústria extractiva	3
X - Refinaria de petróleo e gás	0
XI – Produção de metais básicos	0
Serviços Públicos e Privados	
XII – Comércio	224
XIII – Educação	6
XIV – Hotelaria, restauração e turismo	109
XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos	7
XVI– Serviços de saúde	9
XVII– Serviços colectivos, sociais e culturais	35
XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários	32
XIX- Serviços profissionais e outros	54
XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação	1
XX I- Serviços Públicos	9
XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)	10
XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)	7

Fonte: Elementos constantes no Anexo II

Nas freguesias urbanas de Santo Agostinho e São João Baptista reside mais de 50% dos habitantes do Concelho. Ao fazer a análise dos dados verificamos que o sector terciário representa 85% das instituições, só superado por Santo Amador devidos aos factores indicados anteriormente. Este factor deve-se à concentração de serviços públicos e privados na sede do concelho, como se verifica noutras centros urbanos com estas características.

Devido ao elevado peso que estas duas freguesias têm no cômputo geral, influenciam grandemente a percentagem que o sector terciário tem em termos médios no concelho.

Por sua vez o sector primário e secundário só representam 15%, um dos valores mais baixos registados no concelho. O decréscimo destes sectores é natural e proporcional ao aumento da população e da oferta de serviços na sede do concelho.

III.2.2- Conclusão

Face aos dados observados e analisados podemos concluir que:

1. A estrutura económica no concelho de Moura assenta cada vez mais no sector terciário;
2. Nas freguesias urbanas regista-se a maior percentagem de instituições identificadas com o sector terciário. Atendendo à sua representatividade, estas influenciam grandemente os resultados a nível do concelho;
3. Nas restantes freguesias, o sector primário e secundário apresentam valores em média, superiores aos verificados nas freguesias urbanas.
4. Existem indicadores, como o previsível desenvolvimento turístico, que irão contribuir cada vez mais para uma maior terciarização da economia local.
5. Os valores a que chegamos com este estudo são secundados, pelos dados constantes nos Censos de 2001, relativos à população activa por sector de actividade⁷, atendendo a que a taxa de empregados no sector terciário é de 52,2%, no sector primário e de 19,8% e no secundário 28%.

⁷ Os dados indicados podem ser observados na Tabela nº4 integrada neste trabalho

III.3 - Parcerias entre Escolas e outras Instituições – Investigação

Através da presente investigação tentaremos dar resposta aos seguintes objectivos propostos:

- Identificar domínios onde possam ser promovidas parcerias;
- Identificar os recursos existentes numa dada comunidade;
- Obter informações preliminares, que possam dar origem a outras investigações.

Irão servir de suporte a esta investigação os elementos recolhidos aquando da elaboração da cartografia institucional do Concelho de Moura.

III. 3.1 - Recolha de Dados

A recolha de dados obedeceu a cuidados especiais de modo a minimizarem-se os erros e enviesamentos, garantido assim a sua fiabilidade. De forma a prevenir estes erros, foi dada formação aos elementos que aplicaram o questionário.

Por outro lado, as instituições objecto de recolha de informação foram informadas que os dados são confidenciais e que a sua divulgação seria sempre anónima, sendo o tratamento dos dados realizado de forma agregada.

Para a apresentação dos dados recorremos ao programa SPSS – Statistic Program of Social Sciences. Assim, com base em instruções fornecidas por Maria Helena Pestana e João Nunes Gageiro (2000), efectuámos sinopses para cada uma das questões identificando categorias, subcategorias e indicadores de forma a criar uma base de dados.

De acordo com o objectivo 2 – Identificar e caracterizar os recursos existentes numa dada comunidade, obtivemos os seguintes dados.



III.3.1.1 – Freguesias

Tabela 33 – Distribuição das instituições por freguesias

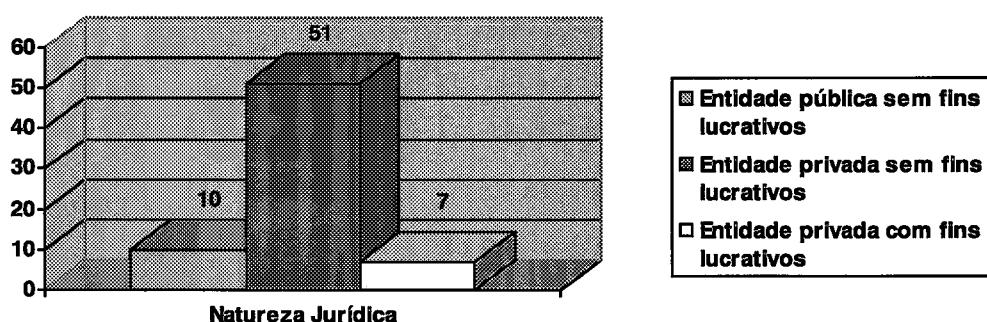
Freguesias	N.º	%
S. João Batista (urbana)	21	30,4
St. Agostinho (urbana)	18	26,1
St. Amador	8	11,6
Safara	4	5,8
Amareleja	4	5,8
Sobral da Adiça	4	5,8
St. Aleixo da Restauração	3	4,3
Póvoa de S. Miguel	2	2,9
Não responde	5	7,2
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

De acordo com a Tabela 33, referente à distribuição por freguesias das instituições alvo do questionário, é perceptível uma clara concentração na cidade de Moura, tendo a freguesia de S. João Batista maior expressão (30,4%) em relação a Santo Agostinho (26,1%). No entanto, a contrariar a concentração populacional por freguesias, Santo Amador apresenta valores superiores (11,6%) às restantes freguesias rurais do concelho, demonstrando uma maior vitalidade na área do associativismo.

III.3.1.2 – Natureza/Objecto Social

Gráfico 1 – Natureza Jurídica



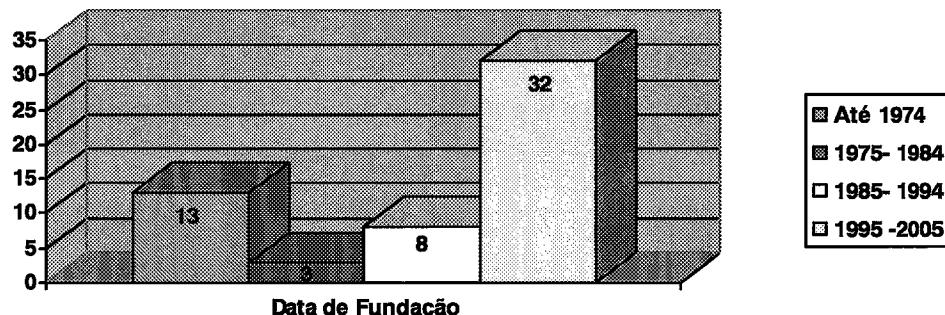
Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Quanto à natureza jurídica das instituições que responderam ao questionário, importa salientar a predominância das entidades privadas sem fins lucrativos (51) e a

sua disponibilidade na colaboração da presente investigação. Ressalva-se ainda o número de empresas (7) que fizeram parte da amostra do estudo.

III.3.1.3 – Data da Fundação das Instituições

Gráfico 2 – Data da Fundação das Instituições



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Em relação à data de fundação das instituições abordadas, é notoriamente visível o gradual aumento de fundação de entidades após o período da Revolução do 25 de Abril, existindo uma adaptação inicial ao contexto social e político instalado e uma dinâmica reforçada a partir de meados da década de 90, relacionada com a participação e mobilização da sociedade civil.

III.3.1.4 - Número de Associados

Tabela 34 – Número de Associados das Instituições

N.º de Associados	N.º	%
Até 50	14	20,3
51 a 100	7	10,1
101 a 150	10	14,5
201 a 300	2	2,9
301 a 500	3	4,3
501 e +	14	20,3
Não aplicável	9	13,0
Não responde	10	14,5
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

A Tabela 34 permite-nos ter uma visão global do número de associados no concelho de Moura. Assim, denota-se uma concentração bipartida entre associações

com um número diminuto de sócios (14 instituições) e outras que apresentam um número elevado, com mais de 500 sócios (14 instituições). No que se refere ao primeiro caso, estes dados poderão estar relacionados com o surgimento recente de algumas entidades e, na segunda situação, com instituições criadas antes de 1974 e cujos sócios poderão ter já uma idade mais avançada (de acordo com a tendência de envelhecimento da população do concelho de Moura). Outro indicador elevado na tabela diz respeito às instituições com um número entre os 101 e os 150 sócios (10 instituições).

III.3.1.5 – Organização Administrativa; Formação e Gestão de Pessoal; Funcionamento Quotidiano; Projectos e Formalidades de Natureza Burocrática e Contabilística

Tabela 35 – Actividades das Instituições

Actividades das Instituições	N.º	%
Nenhuma	48	69,6
Formação	10	14,5
Actividades desportivas	3	4,3
Serviços de contabilidade	1	1,4
Estágios profissionais	1	1,4
Projectos	6	8,7
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Face à existência das instituições no concelho, foram colocadas questões relacionadas com as suas áreas de intervenção, assim como das actividades que desenvolvem. Preocupante é o facto da grande maioria das respostas assumir uma inércia por parte dessas mesmas entidades, já que 69,6% refere que não promove qualquer tipo de actividades. Somente 21 instituições apresentam actividades, tendo a maioria (10) intervenção na área da formação. Seis entidades trabalham com projectos, três promovem actividades de carácter desportivo, uma na área da contabilidade e uma com estágios profissionais.

Tabela 36 - Actividades Pontuais

Actividades Pontuais	N.º	%
Inexistente	23	33,3
Eventos desportivos	9	13,0
Feiras e colóquios	5	7,2
Épocas festivas	3	4,3
Actuações	3	4,3
Festivais	3	4,3
Acampamentos	2	2,9
Festas escolares	2	2,9
Competências parentais	2	2,9
Eventos gastronómicos	1	1,4
Acções sócio-educativas	1	1,4
Marchas populares	1	1,4
Viagem anual	1	1,4
Não aplicável	1	1,4
Não resposta	12	17,4
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Para além das principais áreas de intervenção, as instituições promovem actividades pontuais que importa também aqui fazer referência. Assim, para além das entidades sem actividades pontuais (33,3%) e de instituições que não responderam à presente questão (17,4%), nove realizam eventos desportivos, cinco intervêm em feiras e colóquios, tendo as restantes actividades dispersas, tais como actuações, eventos gastronómicos, competências parentais, acções sócio-educativas, marchas populares, festivais, acampamentos, festas escolares ou outras épocas festivas.

Tabela 37 – Funcionamento das Instituições

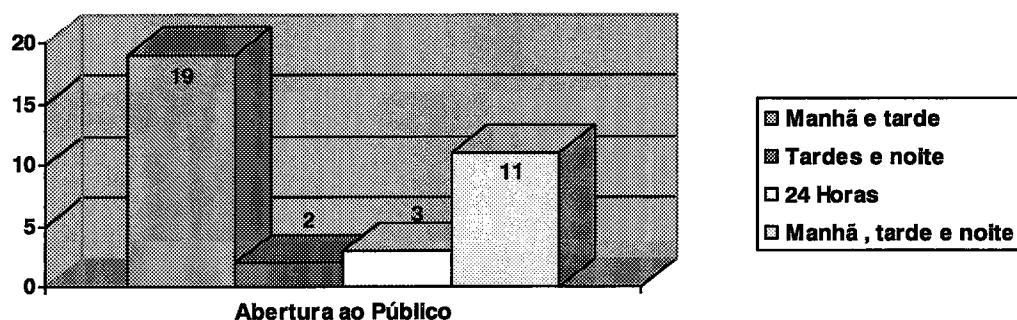
Funcionamento das Instituições	N.º	%
Não abertura ao público	15	21,7
Diário	24	34,8
6 Dias semanais	2	2,9
Toda a semana	16	23,2
Sempre que necessário	2	2,9
Não aplicável	1	1,4
Não resposta	9	13,0
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Quanto ao funcionamento, pode-se constatar duas tendências distintas. A primeira refere-se ao funcionamento diário de 24 instituições e durante toda a semana (16 instituições) ou 6 dias semanais (2 entidades). Existe, ainda, um funcionamento mais pontual, já que duas instituições estão em funcionamento e em contacto com o

público “sempre que necessário”. A segunda tendência é a “não abertura ao público”, em que quinze instituições não têm um funcionamento assíduo. Este factor poderá estar relacionado com dados anteriormente abordados, nomeadamente a própria inexistência de actividades promovidas por um número alargado de entidades.

Gráfico 3 – Abertura ao Público



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Das instituições que têm contacto com o público e se encontram em funcionamento, a maioria delas (19) apresentam um horário que abrange a manhã e a tarde. Salienta-se também o número de entidades com horário permanente, na medida em que onze funcionam durante a manhã, tarde e noite e três funcionam permanentemente (durante 24 horas).

Tabela 38 – Reuniões com o Pessoal

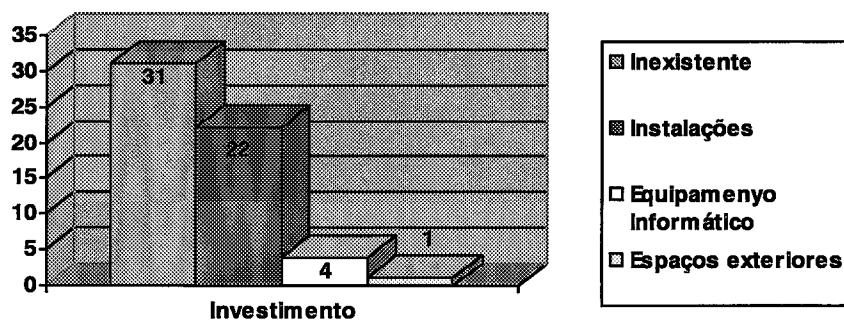
Reuniões com Pessoal	N.º	%
Inexistente	35	50,7
Diárias	2	2,9
Semanais	5	7,2
Quinzenais	1	1,4
Mensais	5	7,2
Trimestrais	1	1,4
Ocasionalmente	5	7,2
Regulares	6	8,7
Não aplicável	1	1,4
Não resposta	8	11,6
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Ainda na área da organização institucional, a Tabela 38 faz referência à periodicidade da realização de reuniões com o pessoal, existindo uma clara evidência

para a inexistência desse tipo de organização (50,7%), o que denota uma fraca consciencialização para a importância da gestão dos recursos humanos e/ou a falta desse mesmo recurso. No entanto, são apontadas reuniões regulares (8,7%), semanais, mensais e ocasionais (cada uma com 7,2%), diárias (2,9%) e quinzenais e trimestrais (1,4%).

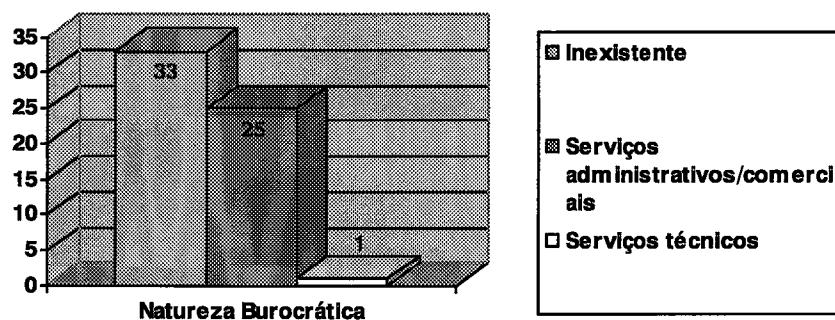
Gráfico 4 – Investimento



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Na área dos investimentos, a inexistência dos mesmos vem reforçar a falta de recursos das diversas instituições do concelho de Moura. Deste modo, a maioria das entidades (31) não apresenta qualquer tipo de investimento, seguida de um investimento na área das instalações (22 entidades), muitas vezes articulado com apoios comunitários (Leader +) e da própria Autarquia (GAMA – Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo). Existem ainda algumas referências a investimentos na área da informatização (4 instituições) e nos espaços exteriores (1 entidade).

Gráfico 5 – Natureza Burocrática



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

No que concerne à natureza burocrática, a maioria das instituições (33) refere que é inexistente. No entanto, 25 instituições salientam nesta área a organização dos seus serviços administrativos e comerciais, havendo uma única instituição que faz referência a serviços técnicos.

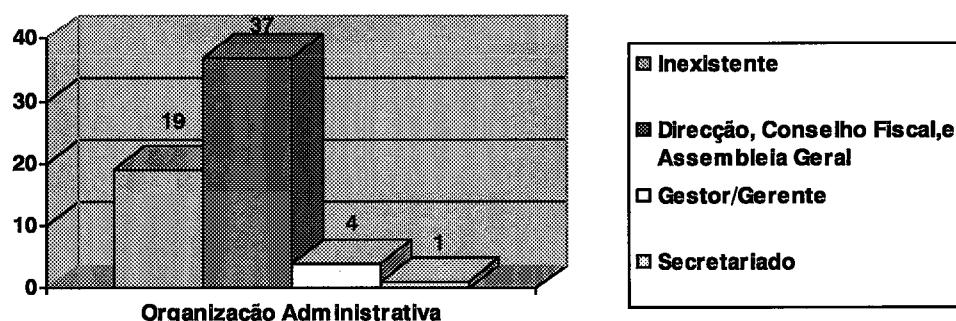
Tabela 39 – Gestão do Pessoal

Gestão do Pessoal	N.º	%
Inexistente	21	30,4
Direcção	32	46,4
Gestor / Gerente	4	5,8
Secretariado	2	2,9
Técnico Superior	1	1,4
Não aplicável	1	1,4
Não resposta	8	11,6
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

A gestão do pessoal da instituição, como já foi anteriormente referido, em muitas instituições não é feita. Há, apesar de tudo, 46,4% de entidades cuja direcção tem preocupações nessa área. As restantes instituições com intervenção na gestão dos recursos humanos referem o gestor/gerente (5,8%), o secretariado (2,9%) ou o técnico superior (1,4%) como responsáveis por essa componente da instituição.

Gráfico 6 - Organização Administrativa



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

O gráfico 14 faz referência à organização administrativa das instituições, existindo um número elevado (19) que refere a inexistência deste critério na sua instituição. 37 entidades assumem a sua organização administrativa na existência de

Direcção, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, havendo 4 instituições com gestor/gerente e 1 com secretariado responsáveis nesta área.

Tabela 40 – Contabilidade

Contabilidade	N.º	%
Inexistente	13	18,8
Contabilidade organizada	18	26,1
Própria (não organizada)	15	21,7
POCAL	6	8,7
AEP	1	1,4
POCE	3	4,3
Não aplicável	1	1,4
Não resposta	12	17,4
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Em termos da organização contabilística, a maioria das instituições possuem contabilidade organizada (26,1%), seguida de 21,7% de entidades com contabilidade própria (não organizada). Ainda de referir 10 entidades com programas específicos de contabilidade inerentes à sua natureza jurídica e respectiva área de intervenção (POCAL, AEP e POCE). Houve ainda um número considerável de não respostas, o que poderá implicar o próprio desconhecimento nesta área.

**III.3.1.6 – Actividades que tivessem necessidade de aprendizagens
Específicas desenvolvidas nos últimos 12 meses**

Tabela 41 – Projectos de Formação

Projectos de Formação	N.º	%
Inexistente	18	26,1
Electricidade	1	1,4
Desportiva	6	8,7
Informática	6	8,7
Teatro / Música	6	8,7
Contabilidade	5	7,2
Escutismo	2	2,9
Agentes de acção educativa	2	2,9
Envolvimento parental	2	2,9
Agrícola	2	2,9
Mediação	1	1,4
Atendimento	1	1,4
Higiene e segurança social	1	1,4
Tutores	1	1,4
1.º Socorros	1	1,4
Geriatria	1	1,4
Não resposta	13	18,8
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Respondendo às necessidades das próprias instituições ou de outras entidades, são promovidos projectos de formação diferenciados. Deste modo, a diversidade da formação é visível, existindo, no entanto, maior expressão na formação desportiva, informática e na área do teatro / música (6 formações cada), assim como na área da contabilidade (5). Para além destas, muitas outras são realizadas com valores menos relevantes (com 2 ou 1 projectos formativos), nomeadamente na área agrícola, escutismo, agentes de acção educativa e envolvimento parental (2 cada) e electricidade, mediação, atendimento, higiene e segurança, tutores, primeiros socorros e geriatria (1 cada).

Tendo em conta a importância da formação no contexto concelhio, importa também fazer uma análise dos projectos formativos face ao tipo de formação ministrada pelas entidades, assim como às actividades com terceiros e às actividades em parceria com as escolas.

Tabela 42 – Tipos de Formação Ministrada

Formação Ministrada	N.º	%
Inexistente	30	43,5
Teatro / Ballet / Música	6	8,7
Contabilidade	5	7,2
Desportiva	5	7,2
Agrícola	2	2,9
Informática	2	2,9
Higiene e segurança no trabalho	1	1,4
Tutores para a iniciativa empresarial	1	1,4
Escotismo	1	1,4
Geriatria	1	1,4
Não aplicável	2	2,9
Não resposta	13	18,8
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Apesar de 30 instituições referirem que não desenvolvem formação, existem (26) que realizam projectos formativos, nomeadamente na área do teatro, ballet e música (6), desportiva e de contabilidade (5 instituições cada), para além das áreas diversas que apresentam menor expressão como a agrícola e informática (2 entidades cada) e higiene e segurança, tutores para a iniciativa empresarial, escutismo e geriatria (1 instituição cada).

Tabela 43 – Actividades com Terceiros

Actividades com Terceiros	N.º	%
Nenhuma	49	71,0
Formação	11	15,9
Actividades culturais	2	2,9
Projectos	2	2,9
Auditória	1	1,4
Participação Conselhos Municipais	1	1,4
Protocolos	1	1,4
Não responde	2	2,9
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Cerca de três quartos das instituições não desenvolvem actividades com terceiros, aspecto que pode indicar o fraco índice de parcerias. Existem, no entanto, 20 instituições que promovem actividades com outras entidades, tendo a formação maior expressão (15,9%), aspecto que poderá estar relacionado com os projectos

desenvolvidos ao abrigo dos fundos comunitários. Também outras actividades são desenvolvidas, nomeadamente na área cultural e outros projectos (2,9% cada) e auditorias, participação em estruturas como os Conselhos Municipais e estabelecimento de protocolos, com 1,4% cada das entidades representadas.

Tabela 44 – Actividades em Parceria com as Escolas

Actividades em Parceria com as Escolas	N.º	%
Nenhuma	42	60,9
Comemorações festivas	8	11,6
Actividades culturais	6	8,7
Projectos	4	5,8
Intervenção escolar	3	4,3
Planos de intervenção	2	2,9
Patrocínios e apoio financeiro	1	1,4
Actividades desportivas	1	1,4
ATL	1	1,4
Não responde	1	1,4
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Para além dessas actividades, importava saber qual o grau de articulação com as escolas que se desenvolve actualmente no concelho de Moura. Assim, as parcerias demonstram um carácter recreativo e lúdico significativo, na medida em que 8 entidades participam nas comemorações festivas das escolas, 6 instituições em actividades culturais, 4 em projectos diversos, 3 em intervenção escolar, 2 em planos de intervenção e 2 repartem-se em actividades desportivas e de actividades de tempos livres (ATL).

III.3.1.7– Identificação de recursos

A identificação dos recursos foi efectuada em três tranches, uma vez que se solicitou a priorização dos mesmos (identificação primária, secundária e terciária).

III.3.1.7.1 – Recursos Existentes na Instituição

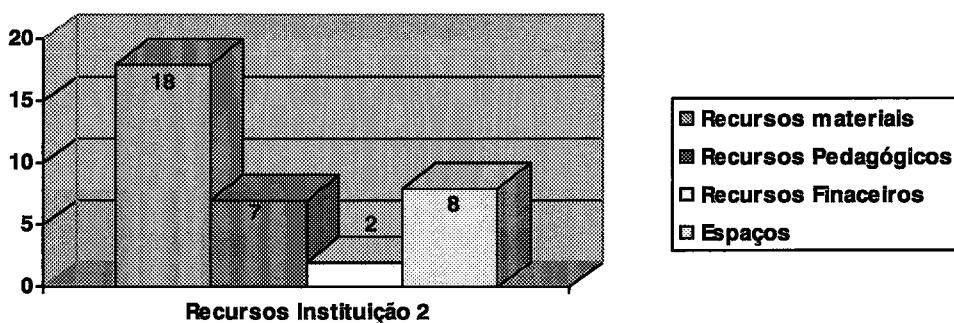
Tabela 45 – Recursos Instituição 1

Recursos 1 Instituição	N.º	%
Recursos Humanos	31	44,9
Recursos Materiais	6	8,7
Espaços	6	8,7
Recursos Pedagógicos	5	7,2
Todos	5	7,2
Nenhum	13	18,8
Não aplicável	3	4,3
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

No processo de identificação dos recursos existentes nas instituições inquiridas que poderão ser alvo de parceria com as escolas, denota-se uma priorização dos recursos humanos com 44,9% das instituições, seguida da referência de inexistência de recursos com 18,8%. Para além dos já referidos. Foram também identificados recursos materiais e os espaços com 8,7% cada, assim como recursos pedagógicos com 7,2%. Referido, ainda, também foi o facto de 7,2% das instituições disponibilizarem todos os recursos para a efectivação de parcerias com as escolas.

Gráfico 7 - Recursos Instituição 2



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Como identificação secundária, foram apontados os recursos materiais (18 instituições), espaços (8), recursos pedagógicos (7) e recursos financeiros (2).

Tabela 46 – Recursos Instituição 3

Recursos 3 Instituição	N.º	%
Recursos Pedagógicos	8	11,6
Recursos Financeiros	2	2,9
Espaços	11	15,9
Não aplicável	48	69,6
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

A tabela 46 faz referência a uma identificação terciária de recursos existentes nas instituições para canalizar na efectivação de parcerias com as escolas. Deste modo, os espaços (15,9%), os recursos pedagógicos (11,6%) e os recursos financeiros (2,9%) são os destacados pelas instituições abordadas.

III.3.1.8 – Recursos Existentes nas Escolas

Foi também efectuado o levantamento e identificação prioritária de recursos existentes nas escolas que podem ser utilizados pelas instituições através de parcerias.

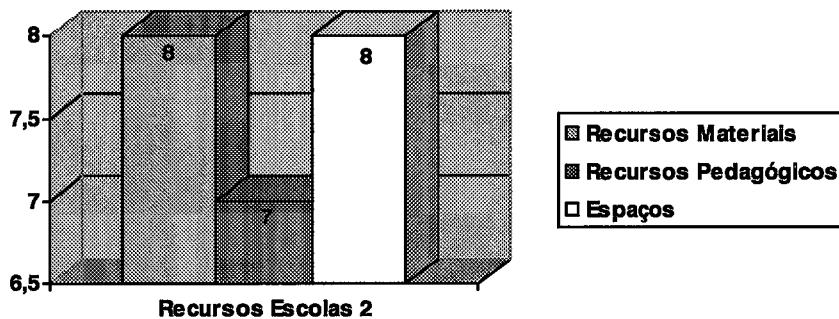
Tabela 47 – Recursos Escolas 1

Recursos 1 Escolas	N.º	%
Recursos Humanos	21	30,4
Todos	8	11,6
Espaços	7	10,1
Recursos Pedagógicos	5	7,2
Recursos Materiais	2	2,9
Nenhum	24	34,8
Não aplicável	2	2,9
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Da leitura da Tabela 47 verificámos que existe predominância sobre os recursos humanos. Assim, 21 entidades consideraram estes como sendo os mais importantes na promoção de parcerias com as escolas. Também referidos foram os espaços (7 entidades), recursos pedagógicos (5 instituições) e recursos materiais (2 entidades). De salientar são, ainda, os valores elevados referentes a “nenhum” recurso (24 instituições), o que denota pouca abertura para a utilização partilhada dos recursos existentes na escola. Por outro lado, há a registar o facto de 8 entidades considerarem como prioritários todos os recursos.

Gráfico 8 - Recursos Escolas 2



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Também numa lógica de identificação secundária de recursos, foram apontados como recursos existentes nas escolas, com potencial de articulação, os recursos materiais e espaços com 8 instituições cada e os recursos pedagógicos por 7 entidades.

Tabela 48 – Outros Recursos Escolares

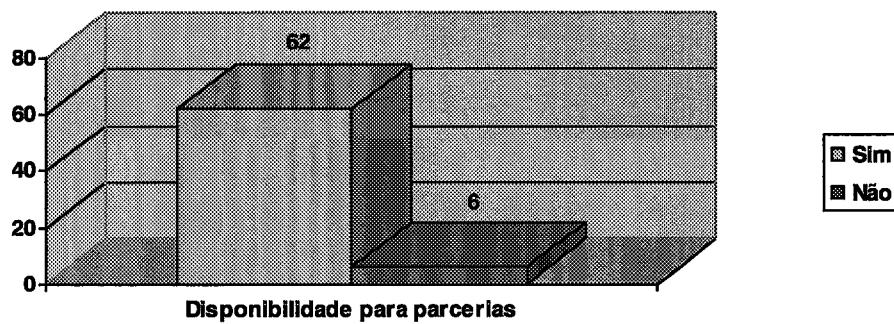
Outros Recursos Escolares	N.º	%
Não aplicável	63	91,3
Disponibilidade de participação jovens	1	1,4
Festas escolares	1	1,4
Financeiros	1	1,4
Intercâmbios culturais	1	1,4
Mat. informático e audio-visual	1	1,4
Troca de experiências	1	1,4
Total	69	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Relativamente à identificação terciária de recursos foram apontadas uma diversidade de potencialidades (maioritariamente não físicas/materiais) nas escolas, tais como a disponibilidade de participação dos jovens, as festas escolares, os recursos financeiros, os intercâmbios culturais, o material informático e audiovisual e a troca de experiências com 1 referência cada.

III.3.1.9 – Disponibilidade por parte da instituição para formalizar parcerias com as Escolas

Gráfico 9 - Disponibilidade para promover parcerias com as escolas



Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2005)

Quando as instituições foram questionadas acerca do seu interesse e disponibilidade no estabelecimento de parcerias com as escolas do concelho de Moura, a larga maioria (62 instituições) surpreendeu positivamente e referiu que, de facto, está interessada na efectivação dessas parcerias. No entanto, não deixa de ser preocupante o facto de 6 entidades referirem que não possuem qualquer tipo de interesse no estreitamento de relações com as escolas do concelho.

Desta forma, e tendo em conta as características mais verificadas nas diversas instituições, poderíamos avançar com um perfil institucional:

- Freguesia: S. João Batista;
- Entidade Privada Sem Fins Lucrativos;
- Fundação entre 1995 e 2005;
- Com um n.º de sócios diminuto ou elevado: até 50 associados ou 501 ou mais;
- Sem actividades da instituição referidas, ou mesmo actividades pontuais;
- Funcionamento diário;
- Abertura ao público de manhã e de tarde;
- Sem reuniões de pessoal;
- Sem investimento;
- Sem natureza burocrática referida;
- Gestão de pessoal feita pela Direcção;
- Organização administrativa: Direcção, Conselho Fiscal e Assembleia Geral;
- Contabilidade organizada;
- Sem projectos de formação;
- Tipo de formação ministrada: Teatro / Ballet / Música;
- Sem actividades com terceiros;
- Sem parcerias com escolas;
- Com disponibilidade em estabelecer parcerias com as escolas.

III.4 - Análise dos Dados

III.4.1 -Domínios onde possam ser promovidas parcerias

No sentido de se dar uma resposta à presente questão, iremos basear-nos nos dados recolhidos através dos seguintes pontos do questionário aplicado:

- Ponto 6 – Actividades que tivessem necessitado de aprendizagens específicas desenvolvidas no últimos 12 meses tendo em conta a formação e projectos.

- Ponto 7.3 – Existe disponibilidade por parte da instituição para formalizar parcerias com as escolas?

Assim, com base nas informações constantes nos pontos acima referenciados podemos chegar à seguinte conclusão:

1º - Com base nos resultados do ponto 7.3 – podemos concluir que as instituições estão abertas à promoção de parcerias com as escolas, uma vez que 90% (correspondendo a 62 instituições) dos inquiridos manifestam disponibilidade para tal.

2º - No que diz respeito aos domínios onde podem ser promovidas parcerias foram identificados os seguintes, de acordo com a sua relevância:

- Formação na área dos serviços (contabilidade, secretariado);
- Projectos culturais e pedagógicos (actividades desportivas, teatros, música);
- Área Social (formação de pessoal, relacional).

Podemos, igualmente, concluir que não existe de momento uma “tradição” de se promoverem parcerias com as escolas, uma vez que 61% das instituições revelam não ter qualquer parceria com estas.

Face a este resultado, consideramos que deve ser planeada uma grande acção no sentido de se promover a “real” integração das instituições escolares na comunidade onde estão inseridas.

III. 4.2 - Recursos existentes na comunidade

De forma a identificar os recursos existentes na comunidade, por um lado foram identificados os recursos existentes nas instituições em geral, e recursos existentes nas escolas.

No sentido de se dar uma resposta à presente questão, iremos utilizar os dados recolhidos através do seguinte ponto do questionário aplicado:

- Ponto 7 – Identificação de recursos existentes nas instituições e nas escolas.

III.4.2.1 - Recursos a disponibilizar pelas instituições

- Com um total de 31 indicações (primeira indicação), os **Recursos Humanos** são aqueles que as instituições consideram mais importantes na efectivação de parcerias. O que corresponde, em termos de 1ª indicação, a 45% dos inquiridos;
- Os **Recursos Materiais** surgem em segundo plano com um total de 18 indicações em primeiro lugar, a que corresponde 26%, e 6 indicações em posições secundárias a que corresponde cerca de 9%;
- Os **Recursos Pedagógicos** surgem em 3º lugar com 8 citações em primeiro lugar a que corresponde a cerca de 12%, e 12 citações em lugares secundários às quais correspondem uma percentagem de 17%;
- Os **Espaços** surgem em quarto lugar com 30 situações secundárias a que corresponde a 43%.

Todos os outros recursos (actuações, estágios, seminários, formação) disponibilizados representam uma percentagem marginal.

III.4.2.2- Recursos a Disponibilizar pelas Escolas

- Com um total de 21 indicações (primeira indicação), representando 30%, os **Recursos Humanos** são aqueles que as instituições consideram mais importantes a disponibilizar pelas escolas.
- Em segundo lugar com 8 citações em 1º lugar e 2 em lugar secundário, surgem os **Recursos Materiais**, correspondendo às seguintes percentagens respectivamente, 12% e 3%;

- Os **Recursos Pedagógicos** surgem na terceira posição com 5 indicações em primeira escolha que corresponde a 7% das indicações e com 12 indicações secundárias a que corresponde 17% das preferências;
- Em quarto lugar surgem os **Espaços** considerados como muito importantes com uma citação em 1º lugar e 21 secundárias, às quais corresponde uma percentagem de 30%.

Todos os outros recursos apresentados (disponibilidade de participação dos jovens, festas escolares, intercâmbios, material informático e audiovisual) não ultrapassam 1,4% de representatividade, pelo que não são grandemente pertinentes neste estudo.

Face a estes resultados podemos concluir que, relativamente às instituições, existe uma simultaneidade e reciprocidade no que diz respeito à utilização dos seus recursos e da escola

IV – CAPÍTULO QUARTO

Parcerias entre Escolas e outras Instituições – Conclusões e Recomendações

IV.1. Conclusões

Com base nas questões colocadas, (p: 91,101) podemos chegar às seguintes conclusões:

a) **Relativamente à identificação das instituições existentes**, podemos concluir que:

- Do ponto de vista institucional, todo o Concelho de Moura foi cartografado tendo sido identificadas instituições existentes no mesmo.

Através desta cartografia institucional foi possível identificar o tecido empresarial, cultural, educacional e social do concelho.

Ao relacionarmos a cartografia com a caracterização do concelho, do ponto de vista da sua geografia, demografia, emprego, estrutura económica e educação, foi possível, identificar possíveis parceiros em projectos que envolvam a comunidade educativa de forma a promover a participação, maximização de recursos materiais, físicos e humanos existentes neste território. Por outro lado, essa análise permitiu identificar com maior precisão o universo sobre o qual incidiu a presente investigação.

Se atendermos ao facto de se prever, nomeadamente no Despacho Normativo nº 27/97, de 2 de Junho, que a escola deve estar inserida na comunidade e que devem ser desenvolvidas dinâmicas locais integradoras dos recursos disponíveis, a cartografia do território é fundamental para uma melhor articulação entre a escola e as outras instituições na definição das políticas educativas locais.

Como atrás foi dito, segundo Manuel Matos (1998), nos pressupostos teóricos (p:30), o território oferece tudo aquilo que a escola precisa.

Face à presente cartografia (e de acordo como os elementos constantes no Anexo I), podemos concluir que o sector terciário, com 77,7% das instituições, é predominante, enquanto o sector primário e secundário representam apenas 27,3% das instituições do concelho.

Se atendermos à actual conjuntura económica, em que se prevê um incremento na área do turismo, o sector terciário tenderá a reforçar o seu peso na economia local. O sector primário, no qual assentou a estrutura económica do concelho de Moura, no passado, está pois a perder consideravelmente terreno para o terciário acompanhando, assim, o que se prevê em termos de macroeconomia para o país.

Devido ao ciclo de evolução das próprias instituições, com o surgimento de novas e o encerramento de outras, os dados constantes na presente cartografia poderão vir a ser alvo de alterações a curto prazo, porém, atendendo à extensão do registo as alterações estruturais, não deverão ser relevantes.

b) Relativamente à caracterização das instituições, foram caracterizadas “todas” as instituições referenciadas de acordo com o seu sector de actividade.

Assim, de forma a agruparmos as instituições de acordo com o seu sector de actividade, foram identificados dois grandes grupos: o primeiro englobou todos os sectores relacionados com a indústria e a agricultura (sectores primário e secundário), que por sua vez foi subdividido em onze áreas mais específicas; o segundo englobou os serviços públicos e privados (sector terciário), no qual foram identificados doze áreas de actividade.

Através desta investigação, foi possível criar uma base de dados a nível do concelho e das freguesias, que nos irá permitir identificar com maior facilidade as entidades com as quais se podem vir a promover possíveis parcerias em futuros projectos educativos.

Pode, ainda, servir para ajudar os docentes na planificação de visitas às instituições, identificadas, de acordo com os conteúdos programáticos das suas disciplinas.

Face a este dados podemos concluir que a estrutura económica assenta cada vez mais no sector terciário. A maior parte das instituições, identificadas com o sector terciário, localizam-se nas freguesias urbanas, sendo que nas freguesias rurais, os sectores primário e secundário apresentam valores médios superiores aos verificados nas freguesias urbanas.

Estas conclusões são secundadas pelos elementos/dados constantes nos Censos de 2001 no que diz respeito à população activa por sector de actividades (Tabela 4), na qual se demonstra que a taxa de empregados no sector terciário, no concelho, é de 52,2%, enquanto no sector secundário e primário é, respectivamente, de 28% e 19,2%.

c) Concluímos, igualmente, que existe disponibilidade por parte das instituições e das escolas para a promoção de parcerias. Foram, igualmente, identificados como domínios prioritários, na promoção de parcerias, os relacionados com a cultura e com a formação.

Essa “vontade” de trabalho em parceria está patente na identificação por parte das entidades de recursos próprios passíveis de serem utilizados no âmbito comum como se

pode ver nas Tabelas nºs 45 e 46 e no Gráfico nº7. Por outro lado, identificaram igualmente recursos existentes nas escolas que podem vir a ser utilizados em futuros acordos, Tabelas nºs 47 e 48 e Gráfico nº 8.

Assim, os recursos existentes nas colectividades, associações e autarquias do meio constituem uma fonte imprescindível para que a escola possa realizar as suas tarefas e projectos. Por outro lado, ela também dispõe de recursos únicos que podem ser colocados ao serviço da comunidade.

É de realçar, que existe legislação publicada que prevê esta interligação de facto a própria Lei de Bases do Sistema Educativo refere que: “*O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, alunos, das famílias, autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.*” Também as disposições legais mais específicas como as referentes ao Regime de Autonomia; Administração e Gestão dos Estabelecimentos; Reorganização Curricular; Conselhos Municipais de Educação; Estatuto do Mecenato dão abertura para que as parcerias sejam uma realidade efectiva.

Desta forma, vamos de encontro ao defendido anteriormente por autores como Maria Beatriz Canário (1998), que propõem a existência de um Projecto Educativo Local, onde se possam articular as ofertas educativas entre diversas entidades, no sentido de se promover uma gestão integrada dos recursos numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade.

Outros autores, como António Nóvoa (1992) e Rui Canário (citado por Maria Canário-1998), têm defendido o Projecto Educativo Local como instrumento de planificação e organização local de um território.

Joaquim Azevedo (1995), neste campo, considera que a cooperação entre as instituições locais e a escola permite conferir à educação e ao ensino o sentido da realidade envolvente, ao mesmo tempo que responde cooperativamente à crescente complexidade da missão dos sistemas educativos.

No processo educacional existem outros instrumentos que são facilitadores na promoção de parcerias, como o próprio Currículo do Ensino Básico. Assim, na selecção e organização dos conteúdos trabalhados nas escolas, há uma abertura para que a componente “comunidade” possa fazer parte integrante das opções a ter em conta no processo de selecção e organização dos conteúdos.

Contudo, existem determinados desafios que se colocam para que a promoção das parcerias seja uma realidade, como os referentes aos modelos de gestão escolar e a autonomia por parte da escola, e a participação das instituições locais nos processos educativos. Apesar de uma grande maioria das instituições se manifestarem com disponibilidade para efectivarem parcerias (62 instituições demonstraram disponibilidade para efectivarem parcerias, contra 6 que não possuem qualquer interesse no estreitamento de relações com as escolas do concelho) e, segundo podemos observar no Gráfico nº 9, não existe de momento uma “tradição” de promover parcerias com as escolas, uma vez que 61% das instituições, conforme Tabela 44 revela, não tem qualquer parceria com estas e um pequeno número refere mesmo que não possui qualquer tipo de interesse no estreitamento de relações com as escolas do concelho.

d) Foram identificados recursos que poderão vir a ser partilhados entre as escolas e as várias instituições, promovendo assim a maximização e rentabilização dos mesmos.

Os recursos disponíveis nas várias instituições do meio constituem uma importante fonte de meios imprescindíveis à realização de actividades de carácter pedagógico.

Assim, de acordo com os dados constantes nas Tabelas nºs 45 e 46 e no Gráfico nº 17, foram identificados os recursos Humanos, Materiais, Pedagógicos e os Espaços como sendo susceptíveis de serem partilhados.

Foram, igualmente, identificados recursos existentes a nível de escola (Tabela nº 47 e Gráfico nº 8) que poderão vir a ser utilizados pelas instituições com base em parcerias, dos quais se destacam os recursos humanos, pedagógicos e dos espaços.

A escola deve assumir-se como um palco da vida comunitária, permitindo que, para além dos seus alunos, outras pessoas possam participar nas actividades curriculares.

Do ponto de vista da educação formal e não formal, podemos considerar que a partilha de recursos poderá possibilitar uma complementaridade no processo educativo, dando origem a uma ampliação no campo da aprendizagem. Através deste trabalho foram igualmente identificadas áreas prioritárias de intervenção indicadas pelas instituições de que destacamos:

- Formação na área dos serviços (contabilidade, secretariado);
- Projectos culturais e pedagógicos (actividades desportivas, teatros, música);
- Na área social (formação de pessoal, relacional).

De um ponto de vista global, podemos considerar que todos os nossos objectivos foram atingidos. Porém, devemos realçar que apesar de todas as diligências efectuadas, com o objectivo de eliminar as interferências que pudessem vir a influenciar o resultado final, existem sempre limitações na investigação que poderão interferir nesse mesmo resultado.

V. 2. Recomendações

Com base no trabalho desenvolvido e nos dados recolhidos é possível obter informações preliminares, que poderão dar origem a outras investigações. Assim destacamos as seguintes propostas:

- a) Identificação de métodos utilizados na Educação não Formal;
- b) Criação na escola de uma entidade / estrutura que credenciasse o saber informal (centros RVCC);
- c) Identificação de áreas de formação comuns (escola/instituições) e promover os cursos;
- d) Promover a adaptação do currículo nacional à realidade da comunidade envolvendo diversos parceiros;
- e) Potenciar a criação de um Projecto Educativo de âmbito local.

Consideramos, ainda, que com base no resultado obtido neste trabalho, estão criadas as condições mínimas para a implementação no terreno de algumas parcerias.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Referenciada – Livros e Artigos

Abbagnano, N/ Visalbeghi, A .(1957) – *História da Pedagogia*, Lisboa, 1981
Horizonte.

Afonso, N. (1995) - A Administração Escolar Reflexões e Confronto(mesa redonda), Berta Macedo (Mod.), in “*INOVAÇÃO*”, vol. 8, 1-2, pp. 14-15;19-20; 26- 27; 30-31; 39-40.

Alves, Natália *et alli* (1996) – *A Escola e o Espaço Local: Políticas e Autores*, Lisboa, IIE.

Aple, M. (2000) - Repensando ideologia e currículo, in Moreira,A. E Silva,T. da “*Curriculum, cultura e sociedade*”, 4^a ed. São Paulo

Azevedo, J. (1994) - *Avenidas de Liberdade*, 1^aed, Porto, ASA

Azevedo, J. (1995) - Educação e comunidade local, in “*Educação, Comunidade e Poder local e sociedade*”, Actas do Seminário, Lisboa, CNE/ME

Barroso, J. (1995) - A Administração Escolar Reflexões e Confronto(mesa redonda), Berta Macedo (Mod.), in “*INOVAÇÃO*”, vol. 8, 1-2, pp. 11-13;18-19; 21- 24; 35-39.

Barroso, João (1998) – *Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola*– Cadernos de Organização e Gestão Escolar nº 1, Instituto de Inovação Educacional

Barroso, João (2003) – *Autonomia das Escolas cinco anos e cinco ministros depois* – in Educação e Matemática, nº 73 Maio/Junho, Lisboa, Gráfica Torreana

Benavente, Ana (2000) - *Reorganização Curricular - Educação Integração Cidadania*, ME, DEB

Bogdan R./ Biklen, S.(1994) – *Investigaçao Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Porto, Porto Editora

Canário, Maria B. (1998) – *Construir o Projecto Educativo Local* – Cadernos de Organização e Gestão Escolar nº 10, Instituto de Inovação Educacional

Carmo, H./Ferreira, M. (1998) - *Metodologia de Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta

Carmo, Hermano (org.) (2001) - *Problemas Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Universidade Aberta

Carvalho, A.D. (2002) - Educação e competências éticas, in “*A Página da Educação*”, Ano 11, nº 114, Junho 2002, p 6

Carvalho, A.D. (2003) - Carta de princípios de uma cidade educadora, in “*A Página da Educação*”, Ano 12, nº 129, Dezembro 2003, p 33

Cohen, M (S/D) – *Metodologia da Investigação Social*, I.S.C.E, Lisboa, Policopiado

Clímaco, M. (1988) - A Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Superior – Análise de modelos e das práticas de Gestão, in “*A Gestão do Sistema Escolar*”, Comissão de Reforma do Sistema Educativo, Lisboa, GEP/ME

Estevão, C.V. (1998) - *Redescobrir a escola privada portuguesa como Organização, na fronteira da sua complexidade organizacional*”, Braga, Centro de estudos em Educação e psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho

Estevão, C.V. (1999) - *Gestão Estratégica nas Escolas*, Cadernos de Organização e Gestão Escolar nº 9, Instituto de Inovação Educacional

Fernandes, António S. (1999) – *Descentralização Educativa e Intervenção Municipal*– in revista NOESIS nº 50 Abr/Jun 1999, IIE Edições

Fonseca, P. (1995) - A Administração Escolar Reflexões e Confronto(mesa redonda), Berta Macedo (Mod.), in “*INOVAÇÃO*”, vol. 8, 1-2, pp. 13-16;24-26; 29- 30.

Formosinho, João; et alli (2000) – *políticas Educativas e Autonomia das Escolas*, Porto Edições ASA

Freire, P. (1992) - *A sombra desta Mangueira*.2^a ed. São Paulo,Olho D'água

Goodson, I. (1996) - *A construção social do currículo*, Lisboa, Educa

Grawitz,, M. (1979) - *Méthodes de Sciences Sociales*, 4^a ed Paris, Dalloz

Leite, Carlinda / Gomes,L./Fernandes,P. (2001) – *Projectos Curriculares de Turma e Escola- Conceber gerir e avaliar*, Porto, Edições ASA

Hutmacher, Walo (1992) - A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento, in “*As organizações Escolares em Análise*” Coord. António Nóvoa, Lisboa, Publicações Dom Quixote

Lima, L. (1995) - A Administração Escolar Reflexões e Confronto(mesa redonda), Berta Macedo (Mod.), in “*INOVAÇÃO*”, vol. 8, 1-2, pp. 8-11;16-18; 20- 21; 27-28; 31-35; 39- 40.

Lima, L. (1999) – *Construindo modelos de gestão* – Cadernos de

Organização e Gestão Escolar nº 4, Instituto de Inovação Educacional

Macedo, Berta (1991) – *Projecto Educativo de Escola - do porquê construí-lo à génesis da construção* – in “Inovação” nº 2-3

Marques, Margarida (2000) - *O Partenariado na escola*, Cadernos de Organização e Gestão Escolar nº 5, Instituto de Inovação Educacional

Matos, M. (1998) - O meu fascínio pelo território educativo, in *Jornal a Página da Educação*, ano 7, nº75 Dezembro, pp 20

Mendes, Maria (org.) (2001) – *Curriculum Nacional do Ensino Básico Competência Essenciais* – Lisboa, ME- DEB

Moreira, A. e Silva, T. (2000) - *Curriculum, cultura e sociedade*, 4^a ed. São Paulo, Cortez

Nico, Bravo (2000) – *Tornar-se Estudante Universitário(a): contributo do Conforto Académico na definição de uma estratégia curricular de sucesso* – Évora, EU (policopiado)

Nico, Bravo (2002) – *Cartografia educacional das freguesias de S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede e Torre de Coelheiro* – Évora EU (policopiado)

Nóvoa, A. (1992) - *As Organizações Escolares em Análise*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Nunes, L. (2001) - *Normas de Elaboração de uma Tese de Mestrado*, Lisboa, IDEG/ISCTE.

Pestana, M/ Gageiro, J.(2000) - *Análise de dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS* , 2^a ed., Lisboa, Edições Sílabo

Ribeiro, António C. (1992) –*Reflexões sobre a Reforma Educativa*, Lisboa,

Texto Editora.

Rocha, Filipe. (1988) – *Correntes Pedagógicas Contemporâneas*, Aveiro, Estante.

Roldão, Maria do C. (1999) – *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*, Lisboa, DEB/ME

Sacristán, J. G. (1998) - *O Currículo: uma reflexão sob a prática*, 3^a ed., Porto Alegre, Artes Médicas

Santos, L. e Moreira, F. (1996) -*Currículo: questões de selecção e organização do conhecimento*, in: cadernos Ideias. Nº26, FDE, São Paulo

Sarmento, Manuel (1993) – *A Escola e as Autonomias* – Cadernos Pedagógicos nº 9, Porto, Edições ASA

Sarmento, M. (org.) (1999) - “*Autonomia das escolas. Políticas e práticas*”, Porto, ASA

Skilbeck, Malcon /OCDE (1992) – *A Reforma dos Programas Escolares*, Rio Tinto, Edições ASA.

Silva, T. (1995) - *Territórios contestados*, Petrópolis,Vozes

Silva, T. (2000) - *Teoria cultural e educação: um vocabulário critico*, Belo Horizonte, Autêntica

Tripa, M. (1994) – *O novo modelo de gestão das escolas básicas e secundárias*, Rio Tinto, Edições ASA

Vilar, A., (1993) – *Inovação e Mudança na Reforma Educativa*, Rio Tinto, Edições ASA.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei nº 115/97, de 19 de Setembro - Alteração à Lei nº 46/86, de 14 de Outubro

Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro - Regime de Autonomia das Escolas

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio - Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e secundário

Lei nº 24/99 de 22 de Abril - Alteração ao Decreto-lei nº 115-A/98, de 4 de Maio

Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro - Reorganização Curricular do Ensino Básico

Declaração de Rectificação nº 4-A/2001, de 28 de Fevereiro - relativamente ao Decreto-Lei nº 6/2001

Decreto-Lei nº 209/2002 de 17 de Outubro - Alteração ao Decreto-Lei nº 6/2001

Decreto-lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro - Conselhos Municipais de Educação e Elaboração de Cartas Educativas

Lei nº 41/2003 de 22 de Agosto – Alteração ao Decreto-lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro

Decreto-Lei nº 74/1999 de 16 de Março - Estatuto do Mecenato

Lei nº 160/1999, de 14 de Setembro - Alteração ao Estatuto do Mecenato

Lei nº 176-A/1999, de 31 de Dezembro - Alteração ao Estatuto do Mecenato

Lei nº 3-B/2000, de 4 de Abril - Alteração ao Estatuto do Mecenato

Lei nº 30-C/2000, de 29 de Dezembro - Alteração ao Estatuto do Mecenato

Declaração de Rectificação 7/2001, de 12 de Março - Alteração ao Estatuto do Mecenato

Lei nº 109-B/2001, de 27 de Dezembro - Alteração ao Estatuto do Mecenato

Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro - Alteração ao Estatuto do Mecenato

Despacho Normativo nº 27/97, de 2 de Junho - Regulamenta o reordenamento da rede escolar

Conselho da União Europeia- Projecto 9600/04 EDUC118 SOC 253, de 10 de Maio de 2004,

ANEXOS

Anexo I

Cartografia Institucional do Concelho de Moura

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
A.I.L.Y- Aperitivos e Batatas Fritas, Lda	Amareleja	Revendedor de produtos alimentares	XII
A Casinha dos Doces de Moura	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
A Económica (loja dos Chineses)	Moura	Produtos de decoração, brinquedos e vestuário	XII
A Italiana	Moura	Residencial	XIV
A Loja da Maria	Moura	Mercearia , venda de produtos diversos	XII
A Lojinha	Moura	Produtos de Decoração	XII
A Reparadora	Moura	Oficina auto	XIX
A.B.E.C	Moura	Higiene e limpeza	XIX
Abilio José Pinto Manito	Moura	Construção civil	III
Abrigo de Santo António	Sobral da Adiça	Lar de idosos	XVII
ADANSIL – Est. e Projectos de Eng., Ld	Moura	Engenharia	XIX
Adega Bar	Amareleja	Bar	XII
ADEMO- Assoc. de Desenvol. Municípios Olivícolas Portugueses	Moura	Promoção do Património Oleícola	XVII
Agência Funerária de Gato & Barreiros Lda	Moura	Serviços funerários	XIX
Agência Funerária Ramos	Moura	Serviços funerários	XIX
Agente de seguros Alliance – Ana Manuela Correia	Póvoa de São Miguel	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Bonança – José Aresta	Póvoa de São Miguel	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Fidelidade – Manuel Salgueiro	Amareleja	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Fidelidade – Francisco Ramalho	Póvoa de São Miguel	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Global Seguros – António Valadas	Amareleja	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Tranquilidade – Joaquim Condeça	Póvoa de São Miguel	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agostinha Maria Martins Caeiro	Amareleja	Mercearia/ venda de gás	XII
Agostinho Balola	Amareleja	Artesanato – relógios e monumentos em xisto	XII
Agostinho Luís Moreira Alfaiate	Amareleja	Fabrico de queijos de cabra	II
Agostinho Raimundo Afonso	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
Agostinho Raimundo Afonso	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
Agostinho Ramos Barradas	Amareleja	Produtor de passas	II
Agro Amarelejense, Lda.	Amareleja	Comércio de Produtos Agrícolas	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Agro-conta	Moura	Contabilidade	XVIII
Agro Peças Moura – Comércio de Peças, Lda.	Moura	Comércio de Peças	XII
Agro Pecuária de La Mancha, SA	Amareleja	Produção Agrícola e Alimentar	I
Agro Pecuária de Safara, Lda	Safara	Agricultura Pecuária, produção Animal	I
Agro- Ramalho, Lda	Moura	Venda de equipamentos agrícolas	XII
Agro Reparadora Safarense, Lda	Safara	Serralharia civil e reparação de alfaias agrícolas	XIX
Agrupamento Vertical de Amareleja	Amareleja	Educação	XIII
Agrupamento Vertical de Moura	Moura	Educação	XIII
AJA – Associação Jovens Adiça	Sobral da Adiça	Actividades culturais e de apoio aos jovens	XVII
Alementomoura Supermercados, Lda	Moura	Comércio a retalho	XII
Alementoner- Reciclagem de consumíveis informáticos Unip, Lda.	Moura	Reciclagem de desperdícios	IV
Alexandra & Filhos, Fabrica Tradicional de Enchidos, Lda	Amareleja	Transformação de produtos alimentares	II
Almacacer – Manutenção e Rep. Electromecânica e const. Civil Soc. Uni, Lda.	Amareleja	Fabrico de Máquinas	XIX
ALFA Hipervideo clube	Moura	Serviços, aluguer de filmes	XII
ALLIANZ – João Alfaiaate	Moura	Serviços- seguros	XVIII
Alquevamar, Lda	Moura	Venda de peixe congelado	XII
AMARBIO	Amareleja	Agricultura Biológica	I
Amareleja Sport – Artigos de Pesca e Desporto	Amareleja	Venda de artigos de Desporto	XII
Amper – Act. Múltiplas Produção de energias renováveis	Moura	Produção de Electricidade	VI
Ana Correia	Póvoa de São Miguel	Mercearia venda de produtos alimentares	XII
Ana Guerreiro Seita Fachadas	Santo Amador	Fabrico de bolos tradicionais	II
Ana Isabel Oliveira Agulhas	Amareleja	Artesanato	XII
Ana Maria P.R. Infante – Estufa de Flores	Moura	Florista	XII
António Beato	Moura	Construção civil	III
António Calado Simões	Amareleja	Venda de materiais de construção civil	XII
António Carlos	Sobral da Adiça	Construção Civil	III
António Cipriano	Santo Aleixo da Restauração	Apicultor	I
António Coelho	Moura	Pintor de Construção Civil	III
António Francisco Ferreira Silva	Amareleja	Produtor de Carvão	I
António G. Racha	Safara	Construção civil	III
António Gorrão	Safara	Serralharia civil	III

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
António José Martins Baltazar	Amareleja	Oficina de Serralharia Civil	XIX
António José Monteiro Tereno	Amareleja	Apicultor	I
António José P. Colorado	Amareleja	Comercio de Bebidas	XII
António Lobato Rodrigues	Moura	Serviços contabilidade	XVIII
António Lopes Bandeira	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
António Lúcio	Safara	Venda de vedações e cercas	XII
António Manuel Rato	Moura	Construção civil	III
António Manuel Simões Barradas	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
António Maria Condeça Machado, Lda	Moura	Oficina auto	XIX
António Mendes Caminho	Póvoa de São Miguel	Apicultor	I
António Miguel Pereira Inácio, Lda	Moura	Oficina auto	XIX
António Nunes Narra	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
António Perfeito	Safara	Construção civil	III
António Seita & Joaquina Tubal	Sobral da Adiça	Pintores de construção civil	III
António Silva Ferreira	Amareleja	Produtor de carvão	I
António Rações	Amareleja	Produtor de Azeitona Pisada	II
Aquateste – Análises e tratamento de Águas, Lda	Moura	Análises e tratamento de Águas	XIX
Armandauto- Oficina de Reparações de Automóveis	Moura	Oficina auto	XIX
ARMAX	Moura	Venda de artigos de pesca e caça	XII
AR MOTOS	Moura	Oficina auto	XIX
AROMAS – Carla branco	Moura	Perfumaria	XII
ARROM BAR	Moura	Café/bar	XIV
Arsénio Balola & Abel Ferreira, Lda	Moura	Construção civil	III
ARTIS	Moura	Produtos de decoração	XII
Aruciauto- Representante. Aut. Lda	Moura	Comercio grosso de Máquinas e equipamentos agrícolas	XII
Associação Amizade Moura-Bissau	Moura	Ajuda Humanitária	XVII
Associação Bombeiros Voluntários de Moura	Moura	Prestação de serviços à comunidade	XVII
Associação de Caçadores da Póvoa de São Miguel	Póvoa de São Miguel	Caça	I
Associação Columbófila	Sobral da Adiça	Concursos columbófilos	XVII
Associação Defesa do Património Cultural e Ambiental de Santo Amador	Santo Amador	Divulgação, defesa do património de Santo Amador	XVII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura- ADCMoura	Moura	Apoio, Promoção e desenvolvimento do Concelho de Moura	XVII
Associação para o Desenvolvimento Margem Esquerda do Guadiana- AMMEG	Moura	Elaboração de projectos e planos	XVII
Associação de Pais e Encarregados de educação da Escola Secundária de Moura	Moura	Apoio aos alunos e à instituição	XVII
Associação de Estudantes da Escola Secundária de Moura	Moura	Associativismo juvenil	XVII
Associação de Escuteiros de Portugal- Grupo 28	Moura	Associativismo juvenil, ocupação de tempos livres	XVII
Associação Jovens Agricultores de Moura- AJAM	Moura	Prestação de serviços aos associados	XVII
Associação de Jovens da Estrela	Estrela/ Póvoa de São Miguel	Cooperação e solidariedade para com os jovens	XVII
Associação de Moradores da Estrela	Estrela/ Póvoa de São Miguel	Apoio à comunidade	XVII
Associação Portuguesa de Karaté – Joaquim Alberto Rodrigues Moreira	Moura	Desporto	XVII
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Def. Mental- Moura – APPACDM- Moura	Moura	Educação Especial	XIII
Associação para a Promoção dos Direitos da Cidadania - APPDC	Moura	Acção social, apoio à comunidade	XVII
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Moura - ARPICM	Moura	Apoio aos idosos, reformados e pensionistas	XVII
Associação Sobralense de Apoio a Idosos	Sobral da Adiça	Apoio aos idosos	XVII
Associação SOS dos Animais	Moura	Protecção dos animais	XVII
Associação Técnica de Olivicultores Moura - ATOM	Moura	Assistência Técnica aos associados	XVII
Atelier de Restauro de Móveis	Santo Amador	Restauro de Móveis e Pintura Alentejana	XIX
Atneu Mourense	Moura	Serviços Recreativos	XVII
Audi Moura –Auditoria e contabilidade, Lda.	Moura	Prestação de Serviços de contabilidade	XVIII
Auto Apolo – Peças e Acessórios para todas as Marcas	Moura	Venda de acessórios auto	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Auto Dalu	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Auto Dalu	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Auto Geral de Moura, lda	Moura	Comércio e reparação de automóveis	XII
Auto Limpo	Moura	Oficina auto	XIX
Auto Narra Pisa	Moura	Oficina auto	XIX
Auto Valadas	Moura	Oficina auto	XIX
Automecânica Mourense	Moura	Oficina auto	XIX
Avíario Oliveira Portuguesa	Moura	Criação de aves	I
Bagdad Pub	Amareleja	Bar	XIV
Baleizão & Morgado	Amareleja	Venda de fazendas	XII
Baleizão & Morgado	Amareleja	Venda Gás BP	XII
Bandarra Construções, Lda.	Moura	Construção Civil	III
Bar – “o Atneu”	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar a Cabana	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Corte Velha	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar da Casa do Povo	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar da Casa do Povo	Póvoa de São Miguel	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar da Casa do Povo	Santo Amador	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar - Eduardo Silva	Safara	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar da Música	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar do Mercado	Amareleja	Café, venda de bebidas	XIV
Bar “ Mozart”	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Nosso Bar	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar – Paula/Terror	Safara	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Pub “ Taranta”	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar – Rui Ferreira Silva	Safara	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar “ O Terreiro”	Sobral da Adiça	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar da Sociedade Recreativa Amarelejense	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Restaurante a Rampa	Moura	Restaurante bar	XIV
BCP - Millennium - Agência	Moura	Operações bancárias	XVIII
Banco Espírito Santo- Agência	Moura	Operações bancárias	XVIII
BPI – Banco Português de Investimento	Moura	Operações bancárias	XVIII
Barão & Chibito	Moura	Redes eléctricas e canalizações	XXIII
Barbearia Mamede	Moura	Barbearia	XII
Barbearia Rôla	Moura	Barbearia	XII
Barrinha	Moura	Comércio de electrodomésticos	XII
Barbearia Ralinho	Amareleja	Corte de cabelo e barba	XII
Bazar Mourense	Moura	Venda de artigos de decoração	XII
BEJINFOR – Contabilidade Informática e Projectos de Gestão	Moura	Contabilidade e serviços	XVIII
Bem Me Quer – Boutique/lingerie	Moura	Venda de vestuário	XII
Bentinha	Moura	Venda de vestuário	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Beneluz-Soc.Com.Perfumaria,Lda.	Moura	Venda de artigos de perfumaria	XII
BIJU'S	Moura	Boutique acessórios	XII
Bilores, Queijos Artesanais, Lda.	Moura	Fabrico e comercialização de Queijos	II
Boeiras, Gestão de Rec. Naturais, Lda.	Moura	Gestão de recursos naturais	I
Botaenergia - Projectos e montagens de Instalações Electricas e tel. Unip.Lda	Amareleja	Instalações de redes eléctricas e telefonicas	XXIII
Boutique Dina	Moura	Venda de vestuário	XII
Boutique Girl's	Moura	Venda de vestuário	XII
Boutique Helou	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique Maria Madalena R. Neves	Póvoa de São Miguel	Pronto a vestir	XII
Boutique Maria's	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique Musa	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique New Look	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique Nova Hera	Póvoa de São Miguel	Pronto a vestir	XII
Boutique Sonho Azul	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique Tic-Tac	Amareleja	Venda de roupa	XII
Boutique X's L	Moura	Pronto a vestir	XII
Brásio & Santana	Póvoa de São Miguel	Construção civil	III
Brazão Pastelarias	Moura	Fabrico e venda de bolos	II
Brinde Maria- Comércio de Brindes Unip.Lda.	Moura	Comércio a retalho	XII
Cabeleireira – Assunção Campaniço	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Diamantina Monteiro	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Francisca Sabino	Amareleja	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Jacinta	Amareleja	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Leonor Galamba	Sobral da Adiça	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Lucília Perfeito	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Maria de Jesus	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Marisa Lúcio	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Zulmira	Amareleja	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireiro – José Carlos	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireiros – Cidália Linhas Roxas	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireiros Anny	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Café a Roda	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Alzira Valente	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café António Janeiro	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Café 18	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café A Toca do Coelho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Alvorada	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Bancaleiro	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café dos Barnabé	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café dos Barranquinhos	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Baixinho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Bom Dia	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Boa Vista	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Bonito	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café o Caçador	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café o Camarão	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cantos João Mendes	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Catrino	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Central	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Central	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cervejaria o Molho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cervejaria Romeisa	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cervejaria Solar do Poço	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Coelhinho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Estrela	Póvoa de São Miguel - Estrela	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Farias	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café e Mercearia Pôr do Sol	Santo Aleixo da Resaturação	Venda de bebidas e petiscos e produtos alimentares	XIV
Café o Gato	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Ginja	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Jaime Pato	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café João Rainha	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café José Santiago	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Lela	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Luís de Serpa	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Malagarta	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Manuel Lopes	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Monteiro	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Moreira	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Muleta Negra	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Nova Avenida	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Lago	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Rocha	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Safarenho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Santa Maria	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Telheiro	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Palmeira	Santo Aleixo da restauração	Venda de bebidas e petiscos e bolos	XIV
Café Pastelaria "O Estádio"	Moura	Venda de bebidas e petiscos e bolos	XIV
Café Pastelaria Negrita	Moura	Venda de bebidas e petiscos e bolos	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Café Pita	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Pinto	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café " Renascer"	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Restaurante EIRL	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante – O Patinho	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante – O Terreiro	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café " O Latôa"	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Pastelaria O Júnior	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Pastelaria Ramos-Bar	Amareleja	Café e pastelaria	XIV
Café Pastelaria O Tijolo	Santo Aleixo da Restauração	Café e pastelaria	XIV
Café Por do Sol	Santo Aleixo da Restauração	Café	XIV
Café Restaurante " A Rampa"	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante " O Calua"	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante Carlos Mestre	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante O Béu	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante José R. Pires	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante O Juncalinho	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante O Terreiro	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante O Trilho	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante Típico	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Rocha	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Salúquia – Av Salúquia	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Salúquia – R. Do Forte	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Srª. Pedrógão	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café SnacK – Bar " Lanterna Verde"	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café SnacK-Bar " O Central"	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Sol Nascente	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Tropicália	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Moura	Moura	Operações bancárias	XVIII
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Moura - Amareleja	Amareleja	Operações bancárias	XVIII
Caixa Geral de Depósitos Agência	Moura	Operações bancárias	XVIII
Caixa Geral de Depósitos Agência	Sobral da Adiça	Operações bancárias	XVIII
Caixistur	Amareleja	Oficina - Caixilharia de Alumínios	III

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Caprixus	Moura	Bar , venda de bebidas e gelados	XIV
Câmara Municipal de Moura	Moura	Serviços Públicos Administração Local	XXI
Canudopec – Comércio de Produtos agrícolas, Lda	Moura	Comércio a retalho de produtos para agricultura	XII
Carapinha & Carapinha, Lda	Moura	Terraplanagens	III
Cardopec	Moura	Comércio de produtos para agricultura	XII
Carla Cabeleireiros	Moura	Serviços de Cabeleireira	XII
Carlos Carlos Manuel Fernandes Cruz	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Carlos & Faria Lda	Moura	Oficina Auto	XIX
Carlos M. Ramos Pinto	Moura	Serralharia Civil	III
Carlos Manuel Garradas Garrido	Moura	Construção Civil	III
Carlos Mestre/ Paula	Safra	Turismo Rural	XIV
Carmodal- Carpintaria Móveis e decoração, Lda	Moura	Construção de móveis e outros trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Alexandre Fraústo Mestre	Sobral da Adiça	Fabrico e restauro de móveis	VII
Carpintaria Augusto Caçador	Safara	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Amandia G. Ganhão Serrano	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Balancho	Santo Aleixo da Restauração	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Domingos dos Santos Calado	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria João Pato	Safara	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria José C. Gançalves	Safara	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria José Francisco Honrado	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria José Tiago Trigo	Sobral da Adiça	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Lopes	Amareleja	Carpintaria e venda de artigos de caça e pesca	XII
Carpintaria Marcenaria Domingos Martins Amante	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Mecânica	Moura	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria e Móveis Alto da Vila	Póvoa de São Miguel	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Pato	Moura	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Ti Maria	Póvoa de São Miguel	Trabalhos de carpintaria	VII
Casa Abibi	Amareleja	Café	XIV
Casa Agrícola Santos Jorge, S.A.	Moura	Produtos Agrícolas , produção de vinhos	II
Casa Amarela	Amareleja	Venda de artesanato	XII
Casa de Aluguer para Casamentos de Francisco C. da Mendes	Amareleja	Prestação de serviços - restauração	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Casa Barão – Mercearias Diversas	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Casa Bébé	Amareleja	Confecções para homem, senhora e bebé	XII
Casa do Benfica	Moura	Actividades culturais e desportivas	XVII
Casa Cavalheiro	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Casa de Desporto – Rosário Tereno	Amareleja	Venda de artigos de desporto	XII
Casa Divina Providência e M . Auxiliadora	Safara	Acção social para idosos	XVII
Casa da Moura – Sociedade de Turismo, Lda	Moura	Hotelaria	XIV
Casa de Móveis “ Japa”	Moura	Venda de móveis	XII
Casa das Novidades	Amareleja	Venda de confecções, tecidos e calçados	XII
Casa Florinda	Moura	Venda de Vestuário	XII
Casa Infante – Produtos Regionais	Moura	Mercearia, venda de produtos alimentares e outros	XII
Casa Janeiro	Moura	Mercearia, venda de produtos alimentares e outros	XII
Casa Júlião – Com. De Confecções, Lda	Moura	Venda de vestuário	XII
Casa Moita	Moura	Fabrico de enchidos	XII
Casa Mouraflor	Moura	Florista	XII
Casa Palma	Moura	Venda de electrodomésticos	XII
Casa Pelixa	Moura	Venda de vestuário	XII
Casa do Pessoal da CCAM Guadiana Interior	Moura	Actividades culturais	XVII
Casa do Povo de Amareleja	Amareleja	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Casa do Povo da Póvoa de São Miguel	Póvoa de São Miguel	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Casa do Povo de Safara	Safara	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração	Santo Aleixo da Restauração	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Casa do Povo de Santo Amador	Santo Amador	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Casa do Povo do Sobral da Adiça	Sobral da Adiça	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Casa Sardinha	Moura	Venda de vestuário	XII
Casa Silva	Moura	Venda de vestuário	XII
Casa Victória	Sobral da Adiça	Venda de vestuário	XII
Catarina Gorjão Garcia	Santo Aleixo da Restauração	Comércio a retalho de produtos alimentares	XII
Centro Ciclista de Moura	Moura	Venda de motos e bicicletas	XII
Centro de Estudo e promoção do Azeite do Alentejo	Moura	Análise e promoção do azeite alentejano	XVII
Centro de Lavagem Auto	Moura	Lavagem de carros e estação de serviço	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Centro de Medicina Física e Recuperação de Moura	Moura	Serviços de saúde- medicina Física	XVI
Centro Paroquial e Social	Santo Aleixo da Restauração	Acção social	XVII
Centro Recreativo Amadores de Música – “Os Leões”	Moura	Actividades culturais e de recreio	XVII
Centro Social e Comunitário	Santo Amador	Acção social	XVII
Centro Social da Amareleja	Amareleja	Lar para idosos	XVII
Centro de Emprego de Moura- Instituto de Emprego e Formação Profissional	Moura	Emprego e formação profissional	XXI
Centro de Saúde	Moura	Serviços médicos e de enfermagem	XXI
CEPEGAL	Amareleja	Estação de serviço	XII
Certa- Certidão Alimentar Lda	Moura	Análise ,ensaios e certificação de alimentos	XIX
Cervejaria “ A Colmeia”	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Cervejaria Pera	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Charcutaria Lurdinhas	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Chez Vouz Cabeleireiro’s	Moura	Serviços de cabeleireiro	XII
Churrasqueira “ Bomba”	Amareleja	Venda de refeições	XIV
Churrasqueira Ramalhinho	Moura	Venda de refeições	XIV
Churrasqueira Salúquia	Moura	Venda de refeições	XIV
Círculo Artístico Musical Safarense	Safara	Actividades culturais	XVII
Climoura- Clínica de Serviços Médicos	Moura	Serviços médicos e de enfermagem	XVI
Círculo Artístico Musical Safarense	Safara	Actividades culturais	XVII
Clínica Dentária – Vanessa Brasileiro	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clínica Dentária de Moura	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clínica Dentária Dr. Marcelo Nicoluzzi, Lda	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clínica Dentária do Monte	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clinica Veterinária S. João de Deus	Moura	Serviços veterinários	XIX
Clube Mourense	Moura	Actividades culturais	XVII
Clube Mourense Amadores da Pesca e Caça Desportiva	Moura	Caça e pesca	I
Clube de Natação H2O	Moura	Actividades desportivas-natação	XVII
Clube Safarense	Safara	Actividades culturais	XVII
Clube de Ténis de Moura	Moura	Actividades desportivas - ténis	XVII
Codauto	Moura	Comercio de automóveis	XII
Cocktail Agro Pecuária, Lda	Sobral da Adiça	Produção Agrícola	I

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Coisas e Loisas – Quadros e Artigos de Decoração	Moura	Materiais de decoração	XII
Comércio de Materiais Eléctricos e Instalações Eléctricas, Lda	Moura	Venda e instalações de materiais eléctricos	XII
Comarca de Moura	Moura	Justiça	XXI
Comissão de Gestão Zona de Caça Social dos Lameiros	Safara	Caça	I
Comissão Sindical do STAL	Moura	Actividades sindicais	XIX
Comissão de Touradas de Sobral “ Amigos do Touro”.	Sobral da Adiça	Espectáculos tauromáquicos	XVII
COMOPREL – Cooperativa Mourense de Interesse Público e responsabilidade limitada	Moura	Prestação de serviços e desenvolvimento local	XIX
Comunicasul- Instalações Electricas e Electrónicas	Moura	Comércio	XII
Conceição Maria Sena Pataca - Mercearias	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Confecções Domingos	Moura	Pronto a vestir	XII
Confraria dos Gastrónomos do Distrito de Beja	Moura	Promoção do património gastronómico	XVII
Constribrinca	Moura	Brinquedos de Madeira, material didáctico e equipamento escolar	XII
Cooperativa Agrícola de Moura E Barrancos	Moura	Comercio e transformação de Produtos Agrícolas	II
Cooperativa Agrícola de Moura E Barrancos (delegação)	Sobral da Adiça	Comercio e transformação de Produtos Agrícolas	II
Cooperativa Agrícola de Safara	Safara	Comercio e transformação de Produtos Agrícolas	II
Correios e Telecomunicações de Amareleja	Amareleja	Serviços e telecomunicações	XX
Correios e Telecomunicações de Moura	Moura	Serviços e telecomunicações	XX
Correios e Telecomunicações de Moura	Safara	Serviços e telecomunicações	XX
Correios e Telecomunicações de Moura	Santo Aleixo da Restauração	Serviços e telecomunicações	XX

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Correios e Telecomunicações (posto)	Santo Amador	Serviços e telecomunicações	XX
Correios e Telecomunicações Sobral da Adiça	Sobral da Adiça	Serviços e telecomunicações	XX
Corte e Quina	Amareleja	Serralharia civil	III
Cozinha da Tia	Moura	Venda de refeições	XIV
Cozlira – Cozinhas e Equipamentos, Lda	Moura	Venda e montagem de cozinhas	XII
Crédito Predial Português- Agência	Moura	Operações Bancárias	XVIII
CPU – Controlo de Pragas Urbanas, Lda	Moura	Serviços de desinfestação	XIX
Desbravadores da Igreja Adventista do 7º Dia	Moura	Actividades religiosas e lúdicas	XVII
Destacamento Territorial da GNR	Moura	Segurança Administração Interna	XXI
DN- Comércio Automóvel Lda	Moura	Venda de veículos	XII
DARS – Domingos Augusto Reis Santos	Moura	Armazenista e revendedor de produtos alimentares	XII
Decorações M.M. Portela	Moura	Produtos de decoração	XII
Deolinda Franco	Amareleja	Mercearia	XII
Desportiva Nova Era	Moura	Venda de produtos desportivos	XII
Diversos – Maria Iria Santos	Moura	Venda de vestuário	XII
Dom Paco	Moura	Pizaria	XIV
Dom Pipon – Géneros Alimentícios	Moura	Armazenista e revendedor de produtos alimentares	XII
Domingos Coelho Tendeiro	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Domingos Ferro	Safara	Venda de peças	XII
Domingos Ramos	Safara	Oficina auto	XIX
Domingos Santana Barreto	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Domingos Santana Senrada	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Dream's Lingerie	Moura	Boutique – venda de lingerie	XII
Drogaria " a Rural"	Amareleja	Drogaria	XII
Drogaria Canudo, Lda	Moura	Drogaria	XII
Drogaria Jopica	Moura	Drogaria	XII
Drogaria Monteiro	Santo Aleixo da Restauração	Drogaria	XII
Duque Bate-chapas e Pinturas	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Eduardo dos Santos Gomes	Moura	Construção Civil	III
Eduardo Joaquim Moita Pelica	Moura	Fabrico de queijos	II
Eduardo Leonel Coelho Fernandes	Moura	Mercearia- venda de produtos alimentares	XII
Educação Recorrente	Moura	Educação	XIII
Electro Grilo	Amareleja	Venda de electrodomésticos	XII
Electro Monte	Moura	Electricista auto	XIX

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Electro Rádio Machado	Moura	Venda e reparação de electrodomésticos	XII
Electrofrio Mourense	Moura	Venda e reparação de sistemas de frio	XII
Electrotécnica Cardão Pinto	Moura	Venda e reparação de electrodomésticos	XII
Elena Ferreira	Moura	Comércio Diversos	XII
Elifra- Arquitectura e const. Lda	Moura	Construção civil	III
Empresa Fabril de Moura	Moura	Produção de Azeite	II
Empresa de Viação Barranquense	Moura	Transporte de Passageiros	XXII
Engomadaria Marquita	Amareleja	Limpeza e passagem de roupa a ferro	XIX
Era Moura	Moura	Imobiliária – serviços de mediação	XVIII
Escola de Condução “ Infante de Sagres”	Moura	Ensino de condução e outros serviços	XIX
Escola de Condução Automobilística de Moura	Moura	Ensino de condução e outros serviços	XIX
Escola Profissional de Moura	Moura	Educação	XIII
Escola Secundária de Moura	Moura	Educação	XIII
Espingardaria Artipesca e Caça	Moura	Venda de artigos de pesca e caça	XII
Estação de Serviço Conceição	Safara	Estação de serviço	XII
ESSO “ Moscão”	Moura	Estação de serviço	XII
Estúdio C	Moura	Estúdio Fotográfico	XII
Estúdio Pato	Moura	Estúdio Fotográfico	XII
Estúdio King	Moura	Estúdio Fotográfico	XII
Eureka computers	Moura	Serviços e venda de material informático	XII
Farmácia Duarte	Amareleja	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Duarte	Santo Aleixo da Restauração	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Faria	Moura	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Faria	Póvoa de São Miguel	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Faria (posto)	Santo Amador	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Ferreira da Costa	Moura	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Maria H. Figueiredo	Safara	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Nataniel Pedro	Moura	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Portugal	Amareleja	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Rodrigues	Moura	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Silva Gomes	Sobral da Adiça	Venda de medicamentos	XII
Fernando Ramos-Gabinete de Contabilidade	Moura	Serviços de contabilidade	XVIII
FVMC, Lda.	Moura	Instalação e venda de materiais eléctricos	XXIII
Fábrica de Alimentos Guadiana	Moura	Transformação de Produtos alimentares	II

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
FERRALCO	Amareleja	Serralharia civil	III
Fimarta – Produtos Alimentares, Lda	Moura	Comércio de bebidas	XII
Florasul	Safara	Defesa e Vigilância de Florestas	VII
Florinda C. & Sr. Sidoncha	Sobral da Adiça	Transformação do mármore	IX
Florista Cantinho da Flor	Moura	Venda de flores	XII
Florista Dora	Amareleja	Venda de flores	XII
Florival Mancha	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I
Forum -Bar	Moura	Venda de bebidas	XII
Francisco A. C Vermelho	Moura	Redes eléctricas	XXIII
Francisco Comilho Ramalho	Póvoa de São Miguel	Comércio a retalho	XII
Francisco Condeça	Moura	Electricista e canalizador	XXIII
Francisco Espírito Santo	Santo Aleixo da Restauração	Construção civil	III
Francisco G. Marques – Electrodomésticos e Candeeiros	Moura	Venda de electrodomésticos e candeeiros	XII
Francisco José Martins Coveiro – Mercearias/ Carnes Fumadas	Moura	Comércio de géneros alimentares	XII
Francisco José Mendes Costa	Moura	Mecânica geral	XIX
Francisco Julião L. Branco & Francisco H. Simões	Amareleja	Padaria	II
Francisco Grilo	Safara	Construção civil	III
Francisco Miguel Moita Lobo	Moura	Serralharia civil	III
Francisco Manuel Bonito Caro	Amareleja	Serralharia civil	III
Francisco M. Moita Franco	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Francisco Manuel Rosa Filipe	Amareleja	Apicultor	I
Francisco Manuel Zita Bancaleiro	Amareleja	Agricultor/Apicultor	I
Francisco Póvoa e Helena, Lda.	Moura	Venda de materiais de construção civil	XII
Francisco Raúl Pais Clérigo	Moura	Armazenista de fruta	XII
Francisco Valente	Safara	Construção civil	III
Frimoura – Comércio a Retalho	Moura	Venda a retalho	XII
Frutaria – Ilexina Ravasco	Safara	Venda de frutas e hortaliças	XII
Funerária Mourense	Moura	Prestação de serviços funerários	XIX
Funerária Rosado	Amareleja	Prestação de serviços funerários	XIX
Gabinete de Contabilidade – Joaquim Santos	Moura	Contabilidade e seguros	XVIII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Gabinete de Apoio Técnico- GAT	Moura	Elaboração de Projectos de obras públicas	XIX
Gaidão & Gaidão, Lda	Moura	Stand de Automóveis	XII
Gaidão Mediação Imobiliária, Lda	Moura	Venda de imóveis	XVIII
Galus Boutique	Moura	Venda de vestuário	XII
Ganchinho & Cabaço – Construções, Lda	Moura	Construção Civil	III
Garrido & Clérigo, Construções , Lda	Moura	Construção Civil	III
Gato & Barreiros, Lda	Moura	Elaboração de cantarias	IX
Gilberto Valente	Sobral da Adiça	Produção e venda de carvão	XII
Gina Cabeleireiros	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Guilherme de Figueiredo	Moura	Solicitador	XVIII
Gráfica Mourense	Moura	Trabalhos gráficos	XV
Guilherme de Figueiredo	Moura	Solicitador	XVIII
Grupo Coral Brisas do Guadiana	Moura	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Coral Feminino de Santo Amador	Santo Amador	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Coral Brisas do Guadiana	Moura	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Coral Casa do Povo de Santo Amador	Santo Amador	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Coral do Sobral da Adiça	Sobral da Adiça	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Desportivo Amarelegense	Amareleja	Desporto	XVII
Grupo Desportivo Casado Povo de Santo Aleixo da Restauração	Santo Aleixo da Restauração	Desporto	XVII
Grupo Desportivo Povense	Póvoa de São Miguel	Desporto	XVII
Grupo Desportivo da Sociedade União Recreativa Sobralense	Sobral da Adiça	Desporto	XVII
Grupo de Forcados Amadores de Safara	Safara	Actividades tauromáquicas	XVII
Grupo Musical "Os Restauradores"	Santo Aleixo da Restauração	Actividades culturais	XVII
Grupo Recreativo " A Cegonha Branca"	Santo Amador	Actividades culturais	XVII
Helder Manuel Moças Pereira	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
HDD – Soluções Informáticas	Moura	Venda e reparação de equipamentos informáticos	XII
Helena Arvelos	Moura	Medicina	XVI
Herdade do Cotéis Soc. Agrícola	Moura	Produção Agro-pecuária, produção de queijos e vinhos	II
Herdade da Negrita	Santo Aleixo da Restauração	Turismo Rural	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Hidrorumo	Moura	Construção Civil	III
Higioteste, Lda	Moura	Laboratório análises	XIX
Hilário & Gurilho, Lda.	Moura	Construção Civil	III
Hiper de Sofás	Moura	Venda de sofás	XII
Horta dos Torrejais	Moura	Turismo Rural	XIV
Hotel de Moura	Moura	Turismo	XIV
Hiperfer- Comércio de Ferragens, Lda	Moura	Venda de máquinas e ferramentas	XII
Império- Luís Manuel F Ramalho	Moura	Venda de Tabaco (armazenista) e seguros	XII
Infantário e Jardim de Infância N.Srª do Carmo	Moura	Educação, vigilância e ocupação de tempos livres das crianças	XIII
Informática e Contabilidade Margem Esquerda ,Lda	Moura	Contabilidade	XVIII
Instituto de Beleza Elsa Gonçalves	Moura	Instituto de beleza	XII
Instituto Guinot	Moura	Instituto de beleza	XII
Invernos Móveis	Moura	Carpintaria	VII
Irmãos Carrasco, Lda	Sobral da Adiça	Venda de materiais para construção	XII
Isidro Matamouros Gaspar	Moura	Oficina de Serralharia	III
J. M – Informática & Video	Moura	Comércio de materiais informáticos	XII
Jacinto Santos Ramalho	Santo Amador	Venda de combustíveis e peneus	XII
Joaquim Molho e filhos, Lda	Moura	Trabalhos em mármore	IX
Joaquim Prata Zita	Amareleja	Venda de motosserras e motores de rega	XII
JPFA – Artigos de Desporto, Lda	Moura	Venda de artigos de desporto	XII
J. Ramos & Cruz	Moura	Carpintaria – fabrico de móveis	VII
João Alberto Ganchinho Prazeres	Moura	Construção civil	III
João Alberto Inverno Silva	Moura	Construção civil	III
João António de Sousa Carochinho	Amareleja	Construção Civil	III
João Batista Mamede	Moura	Venda de artigos de caça e pesca	XII
João Félix Amaro	Safara	Estação de Serviço	XII
João Francisco Lamurias Fragoso	Moura	Café – venda de bebidas	XIV
João Ramos Candeias	Santo Amador	Construção civil	III
Joaquim António Gomes Costa	Amareleja	Agricultor/vitícola	I
Joaquim António Perfeito Caraças	Moura	Construção Civil	III
Joaquim Bento	Safara	Pintura de automóveis	XIX

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Joaquim Casimiro	Moura	Construção Civil	III
Joaquim Domingos B. Martins	Moura	Mercearia, venda de produtos alimentares	XII
Joaquim José Pais Veigas	Amareleja	Venda de materiais de construção	XII
Joaquim M. O. Marques	Moura	Comércio de bebidas	XII
Joaquim Mário S. Ferreira	Amareleja	Venda de tabaco	XII
Joaquim Prata Zita (ESSO)	Póvoa de São Miguel	Venda de combustíveis	XII
Joaquim Ramos Valadas	Amareleja	Venda de materiais de construção civil, móveis e outros serviços	XII
Joaquim Rodrigues & Silva, Lda	Moura	Comércio de materiais de construção	XII
Joaquim Simões Pires	Amareleja	Comércio de materiais de construção	XII
Jorge "Paliito"	Sobral da Adica	Construção civil	III
Jornal "A Planície"	Moura	Comunicação Social	XV
Jornal de Moura	Moura	Comunicação Social	XV
José Alberto Ganchinho Prazeres	Moura	Construção civil	III
José António Galhardo Salomé	Moura	Construção civil	III
José Carlos Moita	Moura	Agente de Seguros	XVIII
José Carlos Rosindo & Martinho José Marques	Moura	Construção civil	III
José Correia	Safara	Produção e venda de carvão	I
José Dias Caldeira	Amareleja	Construção civil	III
José Manuel Nunes Piteira	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
José Cláudio Gastão & Filhos, Lda	Moura	Armazenista de mercearias	XII
José Godinho Silva	Santo Aleixo da Restauração	Apicultura	I
José Machado	Santo Aleixo da Restauração	Apicultura	I
José Marcelino Baleizão Ramos	Amareleja	Fabrico de Carvão	I
José de Matos & Herdeiros, Lda	Moura	Venda de vestuário e fazendas	XII
José Fernandes Cavalheiro, Lda	Moura	Comércio de géneros alimentares	XII
José Francisco Simões Prazeres	Amareleja	Serralharia civil	III
José Gorrão	Safara	Construção civil	III
José de Jesus Pires	Safara	Serralharia civil	III
José Joaquim Galhoz	Moura	Construção civil	III
José Luís Riego	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
José Manuel Derriça Félix	Moura	Mercearia- venda de produtos diversos	XII
José Manuel Domingos	Moura	Venda de confecções	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
José Manuel Fernandes	Moura	Grossista de produtos Alimentares	XII
José Manuel Menor Baião	Sobral da Adiça	Mercearia – venda de produtos diversos	XII
José Manuel Nunes Piteira	Amareleja	Produtor de vinho	II
José Manuel Ramos	Moura	Venda de móveis	XII
José Maria Pato	Moura	Carpintaria	VII
José Maria Sargento da Cruz Valente	Santo Aleixo da Restauração	Aluguer de máquinas para serviços agrícolas	XIX
José Manuel Lavinha Nunes	Amareleja	Produtor de carvão	XII
José Marques	Sobral da Adiça	Construção civil	III
José de Matos Barradas, Lda	Moura	Comércio a retalho de tecidos	XII
José Miguel Brito Lopes Rocha	Safara	Fabrico de enchidos tradicionais	II
José Modesto Silva	Amareleja	Construtor civil	III
José Patrício	Safara	Oficina auto	XIX
José Patrício Costa	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
José Paulo "Barote"	Sobral da Adiça	Construção civil	III
José Pires Caixinhas	Amareleja	Produtor de carvão	I
José Prata Batista (Capricórnio)	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de queijos de cabra	II
José Quitéria	Safara	Apicultura	I
José Sebastião, Lda	Moura	Aluguer de máquinas	XIX
José Sebastião, Lda	Moura	Aluguer de máquinas	XIX
José Reis	Póvoa de São Miguel	Compra e venda de carvão	I
José Rosado Calado	Amareleja	Venda de Electrodomésticos e Mobiliário	XII
José Silva	Moura	Pronto Socorro	XIX
José Zacarias	Safara	Construção civil	III
José Valente	Safara	Construção civil	III
Júlio Assunção Gato	Safara	Agente BP Gás	XII
Júlio Hernandes	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I
Junta de Freguesia de Amareleja	Amareleja	Serviços públicos, administração local	XXI
Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel	Póvoa de São Miguel	Serviços públicos, administração local actividade florestal	XXI
Junta de Freguesia de Safara	Safara	Serviços públicos, administração local	XXI
Junta de Freguesia de Santo Agostinho	Moura	Serviços públicos, administração local	XXI
Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração	Santo Aleixo da Restauração	Serviços públicos, administração local actividade florestal	XXI
Junta de Freguesia de Santo Amador	Santo Amador	Serviços públicos, administração local actividade florestal	XXI
Junta de Freguesia de São João Baptista	Moura	Serviços públicos, administração local	XXI
Junta de Freguesia de Sobral da Adiça	Sobral da Adiça	Serviços públicos, administração local	XXI
L. O. Lúcia Oliveira	Moura	Serviço de limpezas	XIX

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Lavandaria Alvarinho, Lda	Moura	Serviços de lavandaria	XIX
Lavandaria Dina	Moura	Serviços de lavandaria	XIX
Lar de São Francisco	Moura	Lar de idosos	XVII
Leonardo Matado	Moura	Fabrico de queijo de cabra	II
Lina Ferreira Albano	Moura	Esteticista	XII
Lino e Valadas , Lda	Moura	Reparações de automóveis	XIX
Loja de ferragens – Joaquim J. Pais Veigas	Amareleja	Venda de ferragens	XII
Loja dos 300	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Loja dos 300 – Natércia Silva	Safara	Venda de produtos diversos	XII
Loja António Caldeira	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Loja do Bento	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Loja da Joaquina Machado	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Loja Machado	Santo Aleixo da Restauração	Venda de materiais de construção	XII
Lojinha da Tóbia	Moura	Venda de Vestuário	XII
Longa 2	Amareleja	Discoteca	XIV
Luís Jorge Ferreira	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Luís Miguel Franco Gomes	Moura	Grossista de produtos alimentares e bebidas	XII
Luís Torrado Valadas	Moura	Oficina auto	XIX
Lusitano Santoamadorense Clube	Santo Amador	Actividades Desportivas	XVII
Lusoalentejana, Lda	Moura	Construção civil	III
Otilia	Safara	Fabrico de Bolos Tradicionais	II
M. G. Microformática, Lda	Moura	Serviços e venda de produtos informáticos	XII
M3H- contabilidade e Serviços, Lda	Moura	Contabilidade e serviços administrativos	XVIII
Madeicor – Francisco Rui Sampaio Beirão	Moura	Carpintaria	VII
MAJAC- Sociedade Turística e Hoteleira Póvoa	Póvoa de São Miguel	Restauração	XIV
MJ Delgado. Lda	Moura	Viticultura	II
MeM Catarrunas, Lda	Moura	Mediação de seguros	XVIII
Manuel Agulhas Repolho	Amareleja	Apicultor	I
Manuel Ângelo	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I
Manuel António Gonçalves	Amareleja	Agricultor/Viticultor	I
Manuel Borracheiro Neves	Amareleja	Produtor de carvão	XII
Manuel Cachalau	Safara	Construção civil	III
Manuel " Cadeireiro"	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I
Manuel Coroadinha	Sobral da Adiça	Pintor de Construção civil	III
Manuel Coutinho – Oficina de Reparações Mecânicas, Lda	Moura	Oficina auto	XIX
Manuel Chouriço	Póvoa de São Miguel	Construção civil	III

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Manuel Francisco O. Valério	Moura	Electricidade e canalizações	XXIII
Manuel Francisco Pica	Moura	Pintura construção civil	III
Manuel Inverno – Pintura Construção Civil	Moura	Construção civil e pintura	III
Manuel Gregório Coutinho, Lda	Moura	Reparação de Automóveis	XIX
Manuel Joaquim Cuco	Amareleja	Oficina mecânica	XIX
Manuel Nunes	Sobral da Adiça	Construção civil	III
Manuel Pereira Marta	Amareleja	Apicultor	I
Manuel Perfeito	Safara	Produção e venda de carvão	I
Manuel Rodrigues & Diamantino, Lda	Moura	Comercio de materiais de construção	XII
Manuel Rodrigues Ramos	Amareleja	Fabrico de carvão/agricultor	I
Manuel Santos Sebastião & Filho	Moura	Agente de tractores	XII
Manuel Serrano Lameira & Filhos	Amareleja	Aluguer de máquinas	XIX
Manuel Vicente	Moura	Estação de serviço	XII
MAPPO – Estudos e Projectos de Engenharia, Lda	Moura	Projectos e estudos de engenharia	XIX
Marcelino Afonso Antunes Raimundo	Amareleja	Caixilharias de aluminio	III
Marcelino Martins Pereira	Amareleja	Agricultor/Vitinicultor	I
Marcelo Nicolluzi	Moura	Consultório dentista	XVI
Maria Bolrão Lucas	Amareleja	Fabrico de Bolos tradicionais e de pastelaria	II
Maria do Carmo Leiria Bengla Ortega	Moura	Armazenista de frutas e legumes	XII
Maria & Elisa, Contabilidade e Gestão, Lda	Amareleja	Serviços de contabilidade e gestão	XVIII
Maria de Fátima	Safara	Fabrico de doces e bolos	II
Maria José de Jesus Brito	Moura	Armazém de vestuário	XII
Mariana Calado Banha	Amareleja	Fabrico de queijos de cabra	II
Mariana Guiomar	Póvoa de São Miguel	Cabeleireira	XII
Mário Fonseca e Fonseca, Lda	Moura	Transportes ocasionais	XXII
Mario Fernando Valério Caracol	Moura	Construção civil	III
Mário Manuel Mota Felix	Amareleja	Serralharia Cívil	III
Mário Pinto	Sobral da Adiça	Construção civil	III
Marosca, Pronto a vestir, Lda	Moura	Comércio de vestuário	XII
Marroquinaria Melval	Moura	Venda de produtos em couro	XII
Martinho Correia Neves e Filhos, Lda	Póvoa	Fabrico de pão	II
Martinho Correia Neves & Filhos	Amareleja	Padaria	II
Martinho Ramalho Lavado Duque	Póvoa de São Miguel	Agricultura	I

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Marvões, Agro pecuária e Florestal, SA	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
Master Gym	Moura	Ginásio	XIX
MDCL- Comércio de Peças de Automóveis, Lda	Moura	Comércio de peças de automóveis	XII
Mecânica Geral	Moura	Oficina auto	XIX
Mecânica Geral de José Sebastião Rocha Correia	Moura	Oficina auto	XIX
Mediprof – Mediação Imobiliária, Lda	Moura	Mediação imobiliária	XVIII
Meditop- Serviços de Topografia , Lda	Moura	Serviços topográficos	XIX
Mercearia – Alexandra Baldonado	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia – Alzira Valente	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia – António Ramalho	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Bancaleiro	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Batista	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Cantos de João Mendes	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Catarina	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Célia	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Centrada	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia- Cidália Caldeira	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia- Cremilde Guerreiro Seita Fachadas	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Custódia Prata	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Dias	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia – Eduardo Leonel Coelho Fernandes	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Estação de Frutas Joaquim Martins	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Fátima Castelhano	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Frasquilho	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Inácia Tomé	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Irene Branco Malveiro	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Luzia Jacinto G. Farias	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Madalena Rocha	Safara	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Maria do Carmo Fachadas	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Margarida	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Mercearia Pedro Estevão Escária	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Por do Sol	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Santos	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Vanda Veigas	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Zélia	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Meridies, Lda	Moura	Construção civil	XII
Micro Mercado Barranquense	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Miguel Batista	Safara	Venda de materiais eléctricos	XII
Millenium	Moura	Salão de jogos	XIX
Minalar, Lda	Moura	Artigos de decoração	XII
Mini-Grula – Manuel Pereira Jacinto	Amareleja	Mercearia	XII
Mini-Grula – Manuel Ramos	Amareleja	Mercearia	XII
Mini- Mercado Banha	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado "Caldeira"	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Camarão	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Canal	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Eurocanto	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Ginja	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Gomes	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Limpo	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Mariana Serra	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Martins	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Melhor Preço	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Mendes	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Moderno	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Novo	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Pato	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado da Porta Nova	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini-Mercado Ramalho	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Ramos	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Romana	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Romana Carrasco	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini Mercado Safarense	Safara	Comércio retalhista	XII
Mini Mercado Santana	Amareleja	Comércio retalhista	XII
Mini Praça Salúquia, Lda	Moura	Comércio de produtos alimentares	XII
Mini-Praça Santa Justa	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Minizoo	Moura	Venda de animais e produtos para os mesmos	XII
Moda Três Bês	Moura	Venda de vestuário	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Modas 1001	Moura	Venda de vestuário	XII
Monte Azul	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
Monte da Umbria-sociedade Agrícola, Lda	Sobral da Adiça	Agricultura	I
Monumental Sobralense	Sobral da Adiça	Actividades culturais e recreativas	XVII
Moreno e Moreno, Lda	Moura	Escola de condução	XIX
Moto Clube de Moura	Moura	Ocupação de tempos livres, Actividades com motos	XVII
Mouralentejo, Produtos Alimentares, Lda	Moura	Comércio de produtos alimentares	XII
Moura Alentejo Queijos	Moura	Venda de produtos tradicionais	XII
Moura Atlético Clube	Moura	Práticas desportivas	XVII
Mouracarnes, Lda	Safara	Fabrico e comercialização de enchidos	II
Moura Desportos Clube	Moura	Hoquei patins e patinagem artística	XVII
Mouraflor	Moura	Venda de flores	XII
Mouragest, Lda	Moura	Venda de produtos informáticos	XII
Mouralar	Moura	Produtos para o lar	XII
Mouralinda	Moura	Fabrico de enchidos	II
Moura Salúquia, Associação de Mulheres	Moura	Promoção dos direitos da mulher	XVII
Mourauto	Moura	Venda de viaturas	XII
Mourense Sociedade Agrícola, Lda	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
Mourimpor, Lda	Moura	Comércio de frutos secos	XII
Móveis JAPA	Moura	Venda de Móveis	XII
Móveis Luciano	Moura	Comércio de Móveis	XII
Móveis S.João	Moura	Comércio de Móveis	XII
Móveis Salúquia, Lda	Moura	Comércio de Móveis	XII
MRW	Moura	Transportes Urbanos Nacionais e Internacionais	XXII
MRP – Centro Médico Fisioterapia e Recuperação, Lda	Moura	Serviços de Fisiatria e Fisioterapia	XVI
Mundicamp, Lda	Moura	Comércio de produtos agrícolas	XII
Natália Dias	Moura	Estéticista	XIX
Náutica Mamede	Moura	Venda de equipamentos náuticos	XII
Nelson Pires	Amareleja	Venda de materiais para construção civil	XII
Norberto António Garcia Chagas	Moura	Canalizações	XXIII
Novaterra, Lda	Safara	Comércio de produtos agrícolas	XII
NUANA	Moura	Venda de vestuário	XII
Núcleo Sportinguista de Moura	Moura	Promoção de actividades desportivas	XVII
O Dedal	Sobral da Adiça	Corte/Costura e decoração	XII
O Jardim da Bé	Moura	Venda de flores e material desportivo	XII
O Latôa	Moura	Café	XIV
O Lagar	Amareleja	Espaço para festividades	XIV
O Liberato	Moura	Casa de pasto	XIV
O Louceiro	Moura	Venda de louças	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
O Madeiras	Moura	Café	XIV
O Margato	Moura	Casa de pasto	XIV
O Moranguinho	Amareleja	Pronto a Vestir	XII
O Ponto	Moura	Pastelaria	XIV
O Quarentinha	Moura	Taberna	XIV
O Túnel	Moura	Churrasqueira, restaurante	XIV
Oculista Machado	Moura	Oculista e ourivesaria	XII
Oficina de Serralharia Civil – António Miguel Moita Lobo	Moura	Serralharia civil	III
Oficina de Serralharia Civil – Carlos Manuel Ramos Pinto	Moura	Serralharia civil	III
Oficina de Tecelagem	Amareleja	Tecelagem	XII
Olishões	Moura	Armazém de calçado	XII
Oliveira Doce, Lda	Safara	Produção de Azeite	II
Orlando "Japão"	Sobral da Adiça	Produtor de carvão	I
Orlando Manuel Moreira Fialho	Amareleja	Produtor de carvão	I
Ourivesaria Confiança	Moura	Venda de ouro e relógios	XII
Ourivesaria e Relejoaria – Ana Júlia Almeida	Safara	Venda de ouro e relógios	XII
Ourivesaria Pinto/ Pinto Oculista	MOURA	Venda de ouro, relógios e óculos	XII
Padaria Caroucinho	Amareleja	Fabrico e venda de pão	II
Padaria Custódia Prata	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de pão	II
Palhais Novo- Turismo Rural	Sobral da Adiça	Hotelaria	XIV
Panificação Fermentopão, Lda	Moura	Fabrico de pão	II
Panificação Flôr do Trigo, Lda	Moura	Fabrico de pão	II
Panificadora Correia & Begucho	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de pão	II
Panificadora Silva	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de pão	II
Panificadora Soares, Lda	Safara	Fabrico e venda de pão	II
Panificadora Soares, Lda	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de pão	II
Papelaria "À do Mário"	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria "Aquarela"	Amareleja	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria "Arca de Noé"	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Bravo	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Carmo	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria CC	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Cerejo	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Francisca Bravo	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Joaquim Batista	Safara	Venda de produtos de papelaria e gás	XII
Papelaria Jopal	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Neves	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Progresso	Amareleja	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Tropical	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Papelaria Zéca	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Parreira Verde	Moura	Café	XIV
Pastelaria " Doce Fino"	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria 2000	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria A Maria	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Amorosa	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Ana	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Brazão	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Convívio	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Dafidoce	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Emília	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Estudantil	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Europa	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Félix	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Gerdóce	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Luna	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria a Ponte	Amareleja	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria o Ponto	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Requinte	Sobral da Adiça	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Santana	Amareleja	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria o Serrano	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Ponto e Vírgula	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Regional – Maria Patinho	Póvoa de São Miguel	Fabrico de bolos de pastelaria	II
Pastelaria Romelsa	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria S. Pedro	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Sergibe	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Sónia Santiago	Safara	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Tintin	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria a Torre, Lda	Amareleja	Venda de produtos alimentares	XII
Pato e Condeça, Lda	Moura	Demolições e terraplanagens	III
Paulo Batista	Safara	Construção civil	III
Pedro " Pintado"	Sobral da Adiça	Produção e venda de carvão	I
Peixaria – Ana Maria	Safara	Venda de peixe	XII
Peixaria – António Amado	Safara	Venda de peixe	XII
Pensão Mariana	Sobral da Adiça	Hotelaria	XIV
Perfeito Santos, Lda	Safara	Comércio de materiais de construção civil	XII
Perfumaria – Assunção Rocha	Safara	Venda de perfumes e produtos de beleza	XII
Pestana e Marques, Lda	Moura	Extracção de areias	IX
Petromoura, Lda	Moura	Venda de combustíveis	XII
Piçarra Pereira e Guerreiro, Lda	Moura	Reparação de automóveis e máquinas agrícolas	XIX
Pinta Barris, Lda	Moura	Hotelaria (turismo rural)	XIV
Pipera pneus, Lda	Moura	Comércio de peneus	XII
PlaniHigiene, Lda	Moura	Serviços de limpeza	XIX
Planilimpa, Lda	Moura	Serviços de limpeza	XIX
Posto de Abastecimento - CEPEGAL	Safara	Venda de combustíveis	XII
Polícia de Segurança Pública	Moura	Segurança Administração Interna	XXI

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Posto da GNR	Amareleja	Segurança Administração Interna	XXI
Posto da GNR	Safara	Segurança Administração Interna	XXI
Posto da GNR	Santo Aleixo da Restauração	Segurança Administração Interna	XXI
Posto da GNR	Sobral da Adiça	Segurança Administração Interna	XXI
Povoliva, Captações de água, Lda	Amareleja	Captações de água	XIX
Prazeres e Camacho ,Lda	Moura	Venda de electrodomésticos	XII
Predial Alentejana, Lda	Moura	Mediação imobiliária	XVIII
PrediQueva	Moura	Mediação imobiliária	XVIII
Project	Moura	Projectos de engenharia	XIX
Proliva – Produtos Alimentares, Lda	Moura	Produção de conservas de azeitona	II
Pronto a Vestir Chiquita	Moura	Venda de vestuário	XII
Pronto a Vestir Mariana	Safara	Venda de vestuário	XII
Pub Discoteca Longa 2	Moura	Pub Discoteca	XIV
Publideia	Moura	Publicidade e serviços	XV
Quality, Lda	Moura	Consultadoria	XVIII
Quarentina construções Lda	Moura	Construção civil	III
Quiosque Fabijone	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Rações Formax	Moura	venda de rações	XII
Radiadores – Rodrigo André Gomes Linhas Roxas	Moura	Venda e reparação de radiadores	XII
Rádio Planície	Moura	Comunicação social	XV
RAFE- Luís Filipe Ortega Ramalho	Moura	Armazenista de tabaco, seguros	II
RAgro	Moura	Venda de Equipamentos e produtos para agricultura	XII
Raig construções, Lda	Moura	Construção civil	III
Ramalho e Graça, Lda	Moura	Agricultura	I
Raúl & Farinho, Lda	Moura	Construção civil	III
Raul Moita construções, Lda	Moura	Construção civil	III
Rebelde- Fábrica de Aperitivos, Lda	Moura	Fabrico de produtos alimentares	II
Recauchutagem e vulcanização, Lda	Moura	Trabalhos com borrachas	XIX
Regina Boutique	Amareleja	Pronto a vestir	XII
Residencial "A Casa da Moura"	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Alentejana	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Italiana	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Pôr do Sol, Lda	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Santa Comba	Moura	Hotelaria	XIV
Restaurante Ardila	Amareleja	Restauração	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Restaurante " O Casão do Carmo"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante " O Arco"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante " O Latôa"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Café a Cave	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Central	Sobral da Adiça	Restauração	XIV
Restaurante " O Carlos"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Churrasqueira – José Maurício"	Safara	Restauração	XIV
Restaurante " O Baldosa"	Amareleja	Restauração	XIV
Restaurante " O Encalho"	Amareleja	Restauração	XIV
Restaurante O Lago	Sobral da Adiça	Restauração	XIV
Restaurante O Mónaco	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Patos e Infantes	Moura	Restauração	XIV
Restaurante " Guadiana"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante " Ponto@ome"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Snack Bar O Pérgula	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Típico " O Arcada"	Safara	Restauração	XIV
Restaurante " O Turra"	Amareleja"	Restauração	XIV
Retiro do Sossego	Amareleja	Bar	XIV
Retrosaria a Tesoura	Moura	Venda de produtos de retrosaria	XII
Rodrigues & Esparteiro, Lda	Moura	Serviços de contabilidade	XVIII
Rosália Prazeres	Moura	Mini-Mercado	XII
RT Gifts	Moura	Papelaria	XII
Rui Ferreira Gonçalves	Moura	Contabilidade e Seguros	XVIII
Rui Lopes	Estrela – Póvoa de São Miguel	Aluguer de contentores	XIX
Safari –Boutique	Moura	Venda de vestuário	XII
Salão Alvorada	Moura	Cabeleireiros	XII
Salão Amy	Moura	Cabeleireiros	XII
Salão de Joaquina Fialho	Moura	Cabeleireiros	XII
Salão Maricris	Amareleja	Cabeleireiros	XII
Salão de Jogos Ratomatix	Amareleja	Salão de jogos	XIX
Salão Hair Stalist	Moura	Cabeleireiros	XII
Salão Tesourinha de Oiro	Amareleja	Cabeleireiros	XII
Sagunpi,Lda	Póvoa de São Miguel	Agricultura	I
Saluquiatur, Lda	Moura	Hotelaria	XIV
Salvador e Grou, Contabilidade, Lda	Moura	Serviços de contabilidade	XVIII
SANEL	Moura	Venda de electrodomésticos e produtos para o lar	XII
Santa Casa da Misericórdia de Moura	Moura	Solidariedade social	XVII
Santos Brinca, Lda	Moura	Apicultura	I
Sapataria André	Moura	Venda de sapatos	XII
Sapataria Central	Amareleja	Venda de sapatos	XII
Sapataria Dajo	Moura	Venda de sapatos	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Sapataria Época	Moura	Venda de sapatos	XII
Sapataria Galanducho	Moura	Venda de sapatos	XII
Sapataria Isabel Bottier	Moura	Venda de sapatos	XII
Sardinha, Ginete e Filhos, Lda	Moura	Venda de vestuário e fazendas	XII
Sativa, desenvolvimento Rural, Lda	Moura	Consultadoria	XVIII
SEB, Lda	Moura	Edição de publicações periódicas	XV
SLE – Electricidade do Sul, S.A	Moura	Venda de energia eléctrica	XXIII
Serafim Fernandes Martins	Amareleja	Serralharia civil	III
Serralharia Beltrão, Lda	Moura	Serralharia	III
Serralharia Pipa	Moura	Serralharia	III
Serrauto, Lda	Moura	Comércio de automóveis e tractores	XII
Serviços das Florestas-Direcção regional de Agricultura do Alentejo	Moura	Administração pública, serviços florestais	XXI
Sipexa, Lda	Moura	Produção de azeite	II
Sipexa, Lda	Sobral da Adiça	Produção de azeite	II
Silvauto	Moura	Comércio de automóveis	XII
Snack Bar – Catarina Gorrão	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Snack Bar " O Tarro"	Moura	Venda de bebidas	XIV
Snack Bar Pub Taranta, Lda	Moura	Comércio - café	XIV
Snack Bar Restaurante Clarabóia	Moura	Café	XIV
Sobeja – Sociedade de Cereais de Beja, Lda	Moura	Venda de cereais e equipamentos para agricultura	XII
Socarsul- Sociedade de Representação do Sul, S.A	Moura	Venda de automóveis	XII
Sociedade Agrícola Agroalqueva, Lda	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Couto Fornilhos, SA	Amareleja	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Defesa de São Braz, SA	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Foz e Fronteira, Lda	Póvoa de São Miguel	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Garcia e Filhos, Lda	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agrícola José G. e Irmã, Lda	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Monte dos Galapitos, Lda	Safara	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Quinta Choças, Lda	Amareleja	Agricultura	I
Sociedade Agro-pecuária Herdade da Malhada , Lda	Sobral da Adiça	Sivilcultura	VII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Sociedade Agrícola Herdade dos Ourives, Lda	Amareleja	Agricultura	I
Sociedade Agro-pecuária Marim, Lda	Moura	Agricultura pecuária	I
Sociedade Agro-pecuária Martins e Costa, Lda	Amareleja	Agricultura pecuária	I
Sociedade Agro-pecuária Porco Preto, Lda	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura pecuária	I
Sociedade das Águas de Pizões de Moura, SA	Moura	Engarrafamento de águas	II
Sociedade dos Azeites de Moura, Lda	Moura	Produção de Azeite	II
Sociedade de Caça Serra da Adiça	Sobral da Adiça	Caça	I
Sociedade Comercial as cunhadas, Lda	Moura	Comércio de vestuário	XII
Sociedade Columbófila Mourense	Moura	Actividades columbófilas	XVII
Sociedade Costa Lavado, Lda	Póvoa de São Miguel	Aluguer de máquinas	III
Sociedade Filarmónica Amarelejense	Amareleja	Ensino de musica	XVII
SFUM – Sociedade Filarmónica União Mourense – “Os Amarelos”	Moura	Organização musical e actividades culturais	XVII
Sociedade de Gestão Imobiliária e Construção, Lda	Moura	Construção e venda de imóveis	XVIII
Sociedade Imobiliária Gambelas, Lda	Moura	Construção civil	III
Sociedade Panificação Mourense, Lda	Moura	Panificação	II
Sociedade Pecuária Coutada Nova, Lda	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura pecuária	I
Sociedade Recreativa Amarelejense	Amareleja	Actividades recreativas	I
Sociedade Recreativa Povense	Póvoa de São Miguel	Actividades recreativas	I
Sociedade Restauração, Lda	Moura	Hotelaria- restauração	XIV
Sociedade Terraplanagem Planície, Lda	Póvoa de São Miguel	Terraplanagens	III
Sociedade União Recreativa Sobralense	Sobral da Adiça	Actividades culturais	XVII
Sociedade Vitivinicula , Lda	Amareleja	Produção de Licores	II
Sodarca, Lda	Póvoa de São Miguel	Turismo	XIV
Sodimoura, Lda/ Intermarché	Moura	Supermercado, venda a retalho	XII
SOFP, Lda	Moura	Formação profissional	XIX
Sofrusal, Lda	Moura	Agricultura	I

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Sol de Moura Restauração, Lda	Moura	Restauração	XIV
Solar do Poço	Moura	Café	XIV
Somaga, Lda	Moura	Serralharia civil	III
Somoura	Moura	Comércio	XII
Sopemafe, Lda	Moura	Comércio de ferragens	XII
Sporting Clube Santamadorense	Santo Amador	Desporto	XVII
Stand O Casarão	Amareleja	Comércio auto	XII
Stand Turíbio	Moura	Comércio auto	XII
STEIA	Moura	Oficina auto	XIX
Sugo Design, Lda	Moura	Publicidade	XV
Sulcaça, Lda	Moura	Caça	I
Super Comércio Salúquia	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Superbébé	Moura	Venda de vestuário para crianças	XII
Supermercado Agulhas	Amareleja	Comercio a retalho	XII
Supermercado Aleixo	Santo Aleixo da Restauração	Comércio de produtos variados	XII
Supermercado Central	Póvoa de São Miguel	Comércio de produtos variados	XII
Supermercado Fialho	Amareleja	Comércio de produtos variados	XII
Supermercado Herdeiros José B. Gonçalves	Safara	Comércio de produtos variados	XII
Supermercado Monteiro	Amareleja	Comércio de produtos variados	XII
Supermercado V. Joaquim Ferreira	Safara	Comércio de produtos variados	XII
Taberna Ana Almeida	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas	XIV
Taberna Domingos Varela	Amareleja	Venda de bebidas	XIV
Talho – João Lavadinho	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho – Joaquina Augusta Borralho	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho Charcutaria Isaura Infante	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho Charcutaria “O Serrano”	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho Francisco&Faria	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho Francisco R. Lúcio	Safara	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho José Rocha	Safara	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Tapeçarias e Bordados	Moura	Venda de tapetes e bordados	XII
Tasca Batata	Amareleja	Venda de bebidas	XIV
Táxi - Bergano	Moura	Transportes ocasionais	XXII
Táxis Mingote, Lda	Moura	Transportes ocasionais	XXII
Táxis Montes do Alentejo, Lda	Póvoa de São Miguel	Transportes ocasionais	XXII
Táxis Pica, Lda	Moura	Transportes ocasionais	XXII
O Toldo, Lda (Narci)	Moura	Comércio de vestuário e outros	XII
Telerádio	Moura	Comércio e reparações de electrodomésticos	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Teresa de Jesus Barreto R. Pedro – Coisas e Loisas	Moura	Produtos de decoração para o lar	XII
Texas Bar	Amareleja	Bar	XIV
Ti Maria	Póvoa de São Miguel	Mercearia	XII
Tita	Moura	Vestuário para crianças	XII
TMN (Cerejo)	Moura	Venda de telemóveis	XII
Tomás Manuel Roque Félix	Moura	Construção civil	III
To-Zé&Pazes	Moura	Pintores de construção civil	III
Tranquilidade e Seguros – Joaquim Garrido	Moura	Seguros e outros serviços	XVIII
Transportadora Silva, Lda	Moura	Transportes rodoviários	XXII
Transportes Coutinho & Filhos, Lda	Moura	Transportes de cargas	XXII
Transportes,Lda	Moura	Transportes rodoviários	XXII
Transportes Relvas, Lda	Moura	Camionagem aluguer	XXII
Transportes Rodoviários Moedas, Lda	Póvoa de São Miguel	Transportes rodoviários	XXII
Trigueirinha e Trigueirão, Lda	Amareleja	Produção de Azeite	II
Turimotos	Moura	Comércio de motos	XII
Unicaça, Lda	Moura	Actividades Agro-turísticas	XIV
Universal	Moura	Venda de tractores agrícolas	XII
Valadas e Ramalho, Lda	Amareleja	Venda de materiais de construção	XII
Valadas e Vitória, Lda	Amareleja	Actividades fúnebres	XIX
Veteriserpa	Moura	Venda de medicamentos veterinários	XIX
Vetmoura – Centro Veterinário de Moura, Lda	Moura	Actividades veterinárias	XIX
Victor Gomes	Sobral da Adiça	Construção civil	III
Victor Saragoça	Sobral da Adiça	Produção e venda de carvão	I
Vidromontra, Lda	Moura	Restauro de móveis	VII
Vitamareleja, CRL	Amareleja	Agricultura	I
Vitiolivet, Lda	Moura	Comércio de produtos agro-químicos	XII
ZAMZ, Lda	Amareleja	Comércio de combustíveis	XII
Zona Agrária de Moura	Moura	Administração pública, serviços na área da agricultura	XXI
ZURICH	Moura	Agência de seguros	XVIII

Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho

Indústria e Agricultura

I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais

II – Alimentação, bebidas e tabaco

III – Construção

IV – Indústrias Químicas

V - Indústria Têxteis, do vestuário e calçado

VI – Engenharia mecânica e eléctrica

VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel

VIII – Material de transporte

IX – Indústria extractiva

X - Refinaria de petróleo e gás

XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

XII – Comércio

XIII – Educação

XIV – Hotelaria, restauração e turismo

XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos

XVI – Serviços de saúde

XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais

XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários

XIX- Serviços profissionais e outros.

XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação

XX I– Serviços Públicos

XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)

XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)

Anexo II

Cartografia Institucional das Freguesias de Moura (São João e Santo Agostinho)

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
A Casinha dos Doces de Moura	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
A Económica (loja dos Chineses)	Moura	Produtos de decoração, brinquedos e vestuário	XII
A Italiana	Moura	Residencial	XIV
A Loja da Maria	Moura	Mercearia , venda de produtos diversos	XII
A lojinha	Moura	Produtos de Decoração	XII
A Reparadora	Moura	Oficina auto	XIX
A.B.E.C	Moura	Higiene e limpeza	XIX
Abilio José Pinto Manito	Moura	Construção civil	III
ADANSIL – Est. e Projectos de Eng., Lda	Moura	Engenharia	XIX
ADEMO- Assoc. de Desenvol. Municípios Olivícolas Portugueses	Moura	Promoção do Património Oleícola	XVII
Agência Funerária de Gato & Barreiros Lda	Moura	Serviços funerários	XIX
Agência Funerária Ramos	Moura	Serviços funerários	XIX
Agro-conta	Moura	Contabilidade	XVIII
Agro Peças Moura – Comércio de Peças, Lda.	Moura	Comércio de Peças	XII
Agro- Ramalho, Lda	Moura	Venda de equipamentos agrícolas	XII
Agrupamento Vertical de Moura	Moura	Educação	XIII
Alentemoura Supermercados. Lda	Moura	Comércio a retalho	XII
Alentonter- Reciclagem de consumíveis informáticos Unip, Lda.	Moura	Reciclagem de desperdícios	IV
ALFA Hipervídeo clube	Moura	Serviços, aluguer de filmes	XII
ALLIANZ – João Alfaiate	Moura	Serviços- seguros	XVIII
Alquevamar, Lda	Moura	Venda de peixe congelado	XII
Amper – Act. Múltiplas Produção de energias renováveis	Moura	Produção de Electricidade	VI
Ana Maria P.R. Infante – Estufa de Flores	Moura	Florista	XII
António Beato	Moura	Construção civil	III
António Coelho	Moura	Pintor de Construção Civil	III
António Lobato Rodrigues	Moura	Serviços contabilidade	XVIII
António Manuel Rato	Moura	Construção civil	III
António Maria Condeça Machado, Lda	Moura	Oficina auto	XIX
António Miguel Pereira Inácio, Lda	Moura	Oficina auto	XIX
Aquatest – Análises e tratamento de Águas, Lda	Moura	Análises e tratamento de Águas	XIX

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Armandauto- Oficina de Reparações de Automóveis	Moura	Oficina auto	XIX
ARMAX	Moura	Venda de artigos de pesca e caça	XII
AR MOTOS	Moura	Oficina auto	XIX
AROMAS – Carla branco	Moura	Perfumaria	XII
ARROM BAR	Moura	Café/bar	XIV
Arsénio Balola & Abel Ferreira, Lda	Moura	Construção civil	III
ARTIS	Moura	Produtos de decoração	XII
Aruciauto- Representante. Aut. Lda	Moura	Comercio grosso de Máquinas e equipamentos agrícolas	XII
Associação Amizade Moura-Bissau	Moura	Ajuda Humanitária	XVII
Associação Bombeiros Voluntários de Moura	Moura	Prestação de serviços à comunidade	XVII
Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura- ADCMoura	Moura	Apoio, Promoção e desenvolvimento do Concelho de Moura	XVII
Associação para o Desenvolvimento Margem Esquerda do Guadiana- AMMEG	Moura	Elaboração de projectos e planos	XVII
Associação de Pais e Encarregados de educação da Escola Secundária de Moura	Moura	Apoio aos alunos e à instituição	XVII
Associação de Estudantes da Escola Secundária de Moura	Moura	Associativismo juvenil	XVII
Associação de Escuteiros de Portugal- Grupo 28	Moura	Associativismo juvenil, ocupação de tempos livres	XVII
Associação Jovens Agricultores de Moura- AJAM	Moura	Prestação de serviços aos associados	XVII
Associação Portuguesa de Karaté – Joaquim Alberto Rodrigues Moreira	Moura	Desporto	XVII
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Def. Mental- Moura – APPACDM- Moura	Moura	Educação Especial	XIII
Associação para a Promoção dos Direitos da Cidadania - APPDC	Moura	Acção social, apoio à comunidade	XVII
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Moura - ARPICM	Moura	Apoio aos idosos, reformados e pensionistas	XVII
Associação SOS dos Animais	Moura	Protecção dos animais	XVII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Associação Técnica de Olivicultores Moura - ATOM	Moura	Assistência Técnica aos associados	XVII
Atneu Mourense	Moura	Serviços Recreativos	XVII
Audi Moura –Auditoria e contabilidade, Lda.	Moura	Prestação de Serviços de contabilidade	XVIII
Auto Apolo – Peças e Acessórios para todas as Marcas	Moura	Venda de acessórios auto	XII
Auto Geral de Moura, lda	Moura	Comércio e reparação de automóveis	XII
Auto Limpo	Moura	Oficina auto	XIX
Auto Narra Pisa	Moura	Oficina auto	XIX
Auto Valadas	Moura	Oficina auto	XIX
Automecânica Mourense	Moura	Oficina auto	XIX
Avíario Oliveira Portuguesa	Moura	Criação de aves	I
Bandarra Construções, Lda.	Moura	Construção Cívil	III
Bar – “o Atneu”	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar “ Mozart”	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Nosso Bar	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Pub “ Taranta”	Moura	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Restaurante a Rampa	Moura	Restaurante bar	XIV
BCP - Millennium - Agência	Moura	Operações bancárias	XVIII
Banco Espírito Santo- Agência	Moura	Operações bancárias	XVIII
BPI – Banco Português de Investimento	Moura	Operações bancárias	XVIII
Barão & Chibito	Moura	Redes eléctricas e canalizações	XXIII
Barbearia Mamede	Moura	Barbearia	XII
Barbearia Rôla	Moura	Barbearia	XII
Barrinha	Moura	Comércio de electrodomésticos	XII
Bazar Mourense	Moura	Venda de artigos de decoração	XII
BEJINFOR – Contabilidade Informática e Projectos de Gestão	Moura	Contabilidade e serviços	XVIII
Bem Me Quer – Boutique/lingerie	Moura	Venda de vestuário	XII
Bentinha	Moura	Venda de vestuário	XII
Beneluz- Soc.Com.Perfumaria,Lda.	Moura	Venda de artigos de perfumaria	XII
BIJU'S	Moura	Boutique acessórios	XII
Bilores, Queijos Artesanais, Lda.	Moura	Fabrico e comercialização de Queijos	II
Boeiras, Gestão de Rec. Naturais, Lda.	Moura	Gestão de recursos naturais	I
Boutique Dina	Moura	Venda de vestuário	XII
Boutique Girl's	Moura	Venda de vestuário	XII
Boutique Helou	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique Maria's	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique Musa	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique New Look	Moura	Pronto a vestir	XII
Boutique Sonho Azul	Moura	Pronto a vestir	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Boutique X's L	Moura	Pronto a vestir	XII
Brazão Pastelarias	Moura	Fabrico e venda de bolos	II
Brinde Maria- Comércio de Brindes Unip.Lda.	Moura	Comércio a retalho	XII
Cabeleireira – Diamantina Monteiro	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireiro – José Carlos	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireiros – Cidália Linhas Roxas	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireiros Anny	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Café a Roda	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café 18	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café A Toca do Coelho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Alvorada	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Baixinho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Bom Dia	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Boa Vista	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café o Caçador	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cantos João Mendes	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Central	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cervejaria o Molho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cervejaria Romelsa	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Cervejaria Solar do Poço	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Coelhinho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Jaime Pato	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café João Rainha	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café José Santiago	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Lela	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Luís de Serpa	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Nova Avenida	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Safarenho	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Telheiro	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Pastelaria “O Estádio”	Moura	Venda de bebidas e petiscos e bolos	XIV
Café Pastelaria Negrita	Moura	Venda de bebidas e petiscos e bolos	XIV
Café Pinto	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café “Renascer”	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Restaurante – O Patinho	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café “O Latôa”	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Restaurante “A Rampa”	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante “O Calua”	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante O Béu	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante O Trilho	Moura	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Salúquia – Av Salúquia	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Salúquia – R. Do Forte	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Café SnacK – Bar “Lanterna Verde”	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café SnacK-Bar “ O Central”	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Tropicália	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Moura	Moura	Operações bancárias	XVIII
Caixa Geral de Depósitos Agência	Moura	Operações bancárias	XVIII
Caprixus	Moura	Bar , venda de bebidas e gelados	XIV
Câmara Municipal de Moura	Moura	Serviços Públicos Administração Local	XXI
Canudopec – Comércio de Produtos agrícolas, Lda	Moura	Comércio a retalho de produtos para agricultura	XII
Carapinha & Carapinha, Lda	Moura	Terraplanagens	III
Cardopec	Moura	Comércio de produtos para agricultura	XII
Carla Cabeleireiros	Moura	Serviços de Cabeleireira	XII
Carlos & Faria Lda	Moura	Oficina Auto	XIX
Carlos M. Ramos Pinto	Moura	Serralharia Civil	III
Carlos Manuel Garradas Garrido	Moura	Construção Civil	III
Carmodal- Carpintaria Móveis e decoração. Lda	Moura	Construção de móveis e outros trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Mecânica	Moura	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Pato	Moura	Trabalhos de carpintaria	VII
Casa Agrícola Santos Jorge, S.A.	Moura	Produtos Agrícolas , produção de vinhos	II
Casa Barão – Mercearias Diversas	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Casa do Benfica	Moura	Actividades culturais e desportivas	XVII
Casa Cavalheiro	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Casa da Moura – Sociedade de Turismo, Lda	Moura	Hotelaria	XIV
Casa de Móveis “ Japa”	Moura	Venda de móveis	XII
Casa Florinda	Moura	Venda de Vestuário	XII
Casa Infante – Produtos Regionais	Moura	Mercearia, venda de produtos alimentares e outros	XII
Casa Janeiro	Moura	Mercearia, venda de produtos alimentares e outros	XII
Casa Júlião – Com. De Confecções, Lda	Moura	Venda de vestuário	XII
Casa Moita	Moura	Fabrico de enchidos	XII
Casa Mouraflor	Moura	Florista	XII
Casa Palma	Moura	Venda de electrodomésticos	XII
Casa Pelixa	Moura	Venda de vestuário	XII
Casa do Pessoal da CCAM Guadiana Interior	Moura	Actividades culturais	XVII
Casa Sardinha	Moura	Venda de vestuário	XII
Casa Silva	Moura	Venda de vestuário	XII
Centro Ciclista de Moura	Moura	Venda de motos e bicicletas	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Centro de Estudo e promoção do Azeite do Alentejo	Moura	Análise e promoção do azeite alentejano	XVII
Centro de Lavagem Auto	Moura	Lavagem de carros e estação de serviço	XII
Centro de Medicina Física e Recuperação de Moura	Moura	Serviços de saúde- medicina Física	XVI
Centro Recreativo Amadores de Música – “ Os Leões”	Moura	Actividades culturais e de recreio	XVII
Centro de Emprego de Moura- Instituto de Emprego e Formação Profissional	Moura	Emprego e formação profissional	XXI
Centro de Saúde	Moura	Serviços médicos e de enfermagem	XXI
Certa- Certidão Alimentar Lda	Moura	Análise ,ensaios e certificação de alimentos	XIX
Cervejaria “ A Colmeia”	Moura	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Charcutaria Lurdinhas	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Chez Vouz Cabeleireiro’s	Moura	Serviços de cabeleireiro	XII
Churrasqueira Ramalhinho	Moura	Venda de refeições	XIV
Churrasqueira Salúquia	Moura	Venda de refeições	XIV
Climoura- Clínica de Serviços Médicos	Moura	Serviços médicos e de enfermagem	XVI
Clínica Dentária – Vanessa Brasileiro	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clínica Dentária de Moura	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clínica Dentária Dr. Marcelo Nicoluzzi, Lda	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clínica Dentária do Monte	Moura	Serviços de Saúde- Dentista	XVI
Clinica Veterinária S. João de Deus	Moura	Serviços veterinários	XIX
Clube Mourense	Moura	Actividades culturais	XVII
Clube Mourense Amadores da Pesca e Caça Desportiva	Moura	Caça e pesca	I
Clube de Natação H2O	Moura	Actividades desportivas-natação	XVII
Clube de Ténis de Moura	Moura	Actividades desportivas - ténis	XVII
Codauto	Moura	Comercio de automóveis	XII
Coisas e Loisas – Quadros e Artigos de Decoração	Moura	Materiais de decoração	XII
Comércio de Materiais Eléctricos e Instalações Eléctricas, Lda	Moura	Venda e instalações de materiais eléctricos	XII
Comarca de Moura	Moura	Justiça	XXI

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Comissão Sindical do STAL	Moura	Actividades sindicais	XIX
COMOPREL – Cooperativa Mourense de Interesse Público e responsabilidade limitada	Moura	Prestação de serviços e desenvolvimento local	XIX
Comunicasul- Instalações Electricas e Electrónicas	Moura	Comércio	XII
Conceição Maria Sena Pataca - Mercearias	Moura	Venda de produtos alimentares	XII
Confecções Domingos	Moura	Pronto a vestir	XII
Confraria dos Gastrónomos do Distrito de Beja	Moura	Promoção do património gastronómico	XVII
Contribrinca	Moura	Brinquedos de Madeira, material didáctico e equipamento escolar	XII
Cooperativa Agrícola de Moura E Barrancos	Moura	Comercio e transformação de Produtos Agrícolas	II
Correios e Telecomunicações de Moura	Moura	Serviços e telecomunicações	XX
Cozinha da Tia	Moura	Venda de refeições	XIV
Cozlira – Cozinhas e Equipamentos, Lda	Moura	Venda e montagem de cozinhas	XII
Crédito Predial Português- Agência	Moura	Operações Bancárias	XVIII
CPU – Controlo de Pragas Urbanas, Lda	Moura	Serviços de desinfestação	XIX
Desbravadores da Igreja Adventista do 7º Dia	Moura	Actividades religiosas e lúdicas	XVII
Destacamento Territorial da GNR	Moura	Segurança Administração Interna	XXI
DN- Comércio Automóvel Lda	Moura	Venda de veículos	XII
DARS – Domingos Augusto Reis Santos	Moura	Armazenista e revendedor de produtos alimentares	XII
Decorações M.M. Portela	Moura	Produtos de decoração	XII
Desportiva Nova Era	Moura	Venda de produtos desportivos	XII
Diversos – Maria Iria Santos	Moura	Venda de vestuário	XII
Dom Paco	Moura	Pizaria	XIV
Dom Pipon – Géneros Alimentícios	Moura	Armazenista e revendedor de produtos alimentares	XII
Dream's Lingerie	Moura	Boutique – venda de lingerie	XII
Drogaria Canudo, Lda	Moura	Drogaria	XII
Drogaria Jopica	Moura	Drogaria	XII
Eduardo dos Santos Gomes	Moura	Construção Civil	III
Eduardo Joaquim Moita Pelica	Moura	Fabrico de queijos	II
Eduardo Leonel Coelho Fernandes	Moura	Mercearia- venda de produtos alimentares	XII
Educação Recorrente	Moura	Educação	XIII
Electro Monte	Moura	Electricista auto	XIX
Electro Rádio Machado	Moura	Venda e reparação de electrodomésticos	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Electrofrio Mourense	Moura	Venda e reparação de sistemas de frio	XII
Electrotécnica Cardão Pinto	Moura	Venda e reparação de electrodomésticos	XII
Elena Ferreira	Moura	Comércio Diversos	XII
Elifra- Arquitectura e const. Lda	Moura	Construção civil	III
Empresa Fabril de Moura	Moura	Produção de Azeite	II
Empresa de Viação Barranquense	Moura	Transporte de Passageiros	XXII
Era Moura	Moura	Imobiliária – serviços de mediação	XVIII
Escola de Condução " Infante de Sagres"	Moura	Ensino de condução e outros serviços	XIX
Escola de Condução Automobilística de Moura	Moura	Ensino de condução e outros serviços	XIX
Escola Profissional de Moura	Moura	Educação	XIII
Escola Secundária de Moura	Moura	Educação	XIII
Espingardaria Artipesca e Caça	Moura	Venda de artigos de pesca e caça	XII
ESSO " Moscão"	Moura	Estação de serviço	XII
Estúdio C	Moura	Estúdio Fotográfico	XII
Estúdio Pato	Moura	Estúdio Fotográfico	XII
Estúdio King	Moura	Estúdio Fotográfico	XII
Eureka computers	Moura	Serviços e venda de material informático	XII
Farmácia Faria	Moura	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Ferreira da Costa	Moura	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Nataniel Pedro	Moura	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Rodrigues	Moura	Venda de medicamentos	XII
Fernando Ramos- Gabinete de Contabilidade	Moura	Serviços de contabilidade	XVIII
FVMC, Lda.	Moura	Instalação e venda de materiais eléctricos	XXIII
Fábrica de Alimentos Guadiana	Moura	Transformação de Produtos alimentares	II
Fimarta – Produtos Alimentares, Lda	Moura	Comércio de bebidas	XII
Florista Cantinho da Flor	Moura	Venda de flores	XII
Forum -Bar	Moura	Venda de bebidas	XII
Francisco A. C Vermelhuco	Moura	Redes eléctricas	XXIII
Francisco Condeça	Moura	Electricista e canalizador	XXIII
Francisco G. Marques – Electrodomésticos e Candeeiros	Moura	Venda de electrodomésticos e candeeiros	XII
Francisco José Martins Coveiro – Mercearias/ Carnes Fumadas	Moura	Comércio de géneros alimentares	XII
Francisco José Mendes Costa	Moura	Mecânica geral	XIX
Francisco Miguel Moita Lobo	Moura	Serralharia civil	III

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Francisco Póvoa e Helena, Lda.	Moura	Venda de materiais de construção civil	XII
Francisco Raúl Pais Clérigo	Moura	Armazenista de fruta	XII
Frimoura – Comércio a Retalho	Moura	Venda a retalho	XII
Funerária Mourense	Moura	Prestação de serviços funerários	XIX
Gabinete de Contabilidade – Joaquim Santos	Moura	Contabilidade e seguros	XVIII
Gabinete de Apoio Técnico- GAT	Moura	Elaboração de Projectos de obras públicas	XIX
Gaidão & Gaidão, Lda	Moura	Stand de Automóveis	XII
Gaidão Mediação Imobiliária, Lda	Moura	Venda de imóveis	XVIII
Galus Boutique	Moura	Venda de vestuário	XII
Ganchinho & Cabaço – Construções, Lda	Moura	Construção Civil	III
Garrido & Clérigo, Construções , Lda	Moura	Construção Civil	III
Gato & Barreiros, Lda	Moura	Elaboração de cantarias	IX
Gina Cabeleireiros	Moura	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Guilherme de Figueiredo	Moura	Solicitador	XVIII
Gráfica Mourense	Moura	Trabalhos gráficos	XV
Guilherme de Figueiredo	Moura	Solicitador	XVIII
Grupo Coral Brisas do Guadiana	Moura	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Coral Brisas do Guadiana	Moura	Cantares alentejanos	XVII
HDD – Soluções Informáticas	Moura	Venda e reparação de equipamentos informáticos	XII
Helenas Arvelos	Moura	Medicina	XVI
Herdade do Cotéis Soc. Agrícola	Moura	Produção Agro-pecuária, produção de queijos e vinhos	II
Hidrorumo	Moura	Construção Civil	III
Higioteste, Lda	Moura	Laboratório análises	XIX
Hilário & Gurilho, Lda.	Moura	Construção Civil	III
Hiper de Sofás	Moura	Venda de sofás	XII
Horta dos Torrejais	Moura	Turismo Rural	XIV
Hotel de Moura	Moura	Turismo	XIV
Hiperfer- Comércio de Ferragens, Lda	Moura	Venda de máquinas e ferramentas	XII
Império- Luís Manuel F Ramalho	Moura	Venda de Tabaco (armazenista) e seguros	XII
Infantário e Jardim de Infância N.Srª.do Carmo	Moura	Educação, vigilância e ocupação de tempos livres das crianças	XIII
Informática e Contabilidade Margem Esquerda ,Lda	Moura	Contabilidade	XVIII
Instituto de Beleza Elsa Gonçalves	Moura	Instituto de beleza	XII
Instituto Guinot	Moura	Instituto de beleza	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Invernos Móveis	Moura	Carpintaria	VII
Isidro Matamouros Gaspar	Moura	Oficina de Serralharia	III
J. M – Informática & Video	Moura	Comércio de materiais informáticos	XII
JPFA – Artigos de Desporto, Lda	Moura	Venda de artigos de desporto	XII
J. Ramos & Cruz	Moura	Carpintaria – fabrico de móveis	VII
João Alberto Ganchinho Prazeres	Moura	Construção civil	III
João Alberto Inverno Silva	Moura	Construção civil	III
João Batista Mamede	Moura	Venda de artigos de caça e pesca	XII
João Francisco Lamurias Fragoso	Moura	Café – venda de bebidas	XIV
Joaquim António Perfeito Caraças	Moura	Construção Civil	III
Joaquim Casimiro	Moura	Construção Civil	III
Joaquim Domingos B. Martins	Moura	Mercearia, venda de produtos alimentares	XII
Joaquim M. O.Marques	Moura	Comércio de bebidas	XII
Joaquim Molho &Filhos, Lda	Moura	Oficina de mármores	IX
Jornal " A Planície"	Moura	Comunicação Social	XV
Jornal de Moura	Moura	Comunicação Social	XV
José Alberto Ganchinho Prazeres	Moura	Construção civil	III
José António Galhardo Salomé	Moura	Construção civil	III
José Carlos Moita	Moura	Agente de Seguros	XVIII
José Carlos Rosindo & Martinho José Marques	Moura	Construção civil	III
José Cláudio Gastão & Filhos, Lda	Moura	Armazenista de mercearias	XII
José de Matos & Herdeiros, Lda	Moura	Venda de vestuário e fazendas	XII
José Fernandes Cavalheiro, Lda	Moura	Comércio de géneros alimentares	XII
José Joaquim Galhoz	Moura	Construção civil	III
José Manuel Derriça Félix	Moura	Mercearia- venda de produtos diversos	XII
José Manuel Domingos	Moura	Venda de confecções	XII
José Manuel Fernandes	Moura	Grossista de produtos Alimentares	XII
José Manuel Ramos	Moura	Venda de móveis	XII
José Maria Pato	Moura	Carpintaria	VII
José de Matos Barradas, Lda	Moura	Comércio a retalho de tecidos	XII
José Sebastião, Lda	Moura	Aluguer de máquinas	XIX
José Sebastião, Lda	Moura	Aluguer de máquinas	XIX
José Silva	Moura	Pronto Socorro	XIX
Junta de Freguesia de São João Baptista	Moura	Serviços públicos, administração local	XXI

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
L. O. Lúcia Oliveira	Moura	Serviço de limpezas	XIX
Lavandaria Alvarinho, Lda	Moura	Serviços de lavandaria	XIX
Lavandaria Dina	Moura	Serviços de lavandaria	XIX
Lar de São Francisco	Moura	Lar de idosos	XVII
Leonardo Matado	Moura	Fabrico de queijo de cabra	II
Lina Ferreira Albano	Moura	Esteticista	XII
Lino e Valadas , Lda	Moura	Reparações de automóveis	XIX
Loja dos 300	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Lojinha da Tóbia	Moura	Venda de Vestuário	XII
Luís Miguel Franco Gomes	Moura	Grossista de produtos alimentares e bebidas	XII
Luís Torrado Valadas	Moura	Oficina auto	XIX
Lusoalentejana, Lda	Moura	Construção civil	III
M. G. Microformática, Lda	Moura	Serviços e venda de produtos informáticos	XII
M3H- contabilidade e Serviços, Lda	Moura	Contabilidade e serviços administrativos	XVIII
Madeicor – Francisco Rui Sampaio Beirão	Moura	Carpintaria	VII
MJ Delgado. Lda	Moura	Viticultura	II
MeM Catarrunas, Lda	Moura	Mediação de seguros	XVIII
Manuel Coutinho – Oficina de Reparações Mecânicas, Lda	Moura	Oficina auto	XIX
Manuel Francisco O. Valério	Moura	Electricidade e canalizações	XXIII
Manuel Francisco Pica	Moura	Pintura construção civil	III
Manuel Inverno – Pintura Construção Civil	Moura	Construção civil e pintura	III
Manuel Gregório Coutinho, Lda	Moura	Reparação de Automóveis	XIX
Manuel Rodrigues & Diamantino, Lda	Moura	Comercio de materiais de construção	XII
Manuel Santos Sebastião & Filho	Moura	Agente de tractores	XII
Manuel Vicente	Moura	Estação de serviço	XII
MAPPO – Estudos e Projectos de Engenharia, Lda	Moura	Projectos e estudos de engenharia	XIX
Marcelo Nicolluzi	Moura	Consultório dentista	XVI
Maria do Carmo Leiria Bengla Ortega	Moura	Armazenista de frutas e legumes	XII
Maria José de Jesus Brito	Moura	Armazém de vestuário	XII
Mário Fonseca e Fonseca, Lda	Moura	Transportes ocasionais	XXII
Mario Fernando Valério Caracol	Moura	Construção civil	III
Marosca, Pronto a vestir, Lda	Moura	Comércio de vestuário	XII
Marroquinaria Melval	Moura	Venda de produtos em couro	XII
Master Gym	Moura	Ginásio	XIX
MDCL- Comércio de Peças de Automóveis, Lda	Moura	Comércio de peças de automóveis	XII
Mecânica Geral	Moura	Oficina auto	XIX

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Mecânica Geral de José Sebastião Rocha Correia	Moura	Oficina auto	XIX
Mediprof – Mediação Imobiliária, Lda	Moura	Mediação imobiliária	XVIII
Meditop- Serviços de Topografia , Lda	Moura	Serviços topográficos	XIX
Mercearia Cantos de João Mendes	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia – Eduardo Leonel Coelho Fernandes	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Estação de Frutas Joaquim Martins	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Inácia Tomé	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Zélia	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Meridies, Lda	Moura	Construção civil	XII
Micro Mercado Barranquense	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Millenium	Moura	Salão de jogos	XIX
Minalar, Lda	Moura	Artigos de decoração	XII
Mini- Mercado " Caldeira"	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Moderno	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado da Porta Nova	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Ramos	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Mini Praça Salúquia, Lda	Moura	Comércio de produtos alimentares	XII
Mini-Praça Santa Justa	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Minizoo	Moura	Venda de animais e produtos para os mesmos	XII
Moda Três Bês	Moura	Venda de vestuário	XII
Modas 1001	Moura	Venda de vestuário	XII
Moreno e Moreno, Lda	Moura	Escola de condução	XIX
Moto Clube de Moura	Moura	Ocupação de tempos livres, Actividades com motos	XVII
Mouralentejo, Produtos Alimentares, Lda	Moura	Comércio de produtos alimentares	XII
Moura Alentejo Queijos	Moura	Venda de produtos tradicionais	XII
Moura Atlético Clube	Moura	Práticas desportivas	XVII
Moura Desportos Clube	Moura	Hoquei patins e patinagem artística	XVII
Mouraflor	Moura	Venda de flores	XII
Mouragest, Lda	Moura	Venda de produtos informáticos	XII
Mouralar	Moura	Produtos para o lar	XII
Mouralinda	Moura	Fabrico de enchidos	II
Moura Salúquia, Associação de Mulheres	Moura	Promoção dos direitos da mulher	XVII
Mourauto	Moura	Venda de viaturas	XII
Mourimpor, Lda	Moura	Comércio de frutos secos	XII
Móveis JAPA	Moura	Venda de Móveis	XII
Móveis Luciano	Moura	Comércio de Móveis	XII
Móveis S.João	Moura	Comércio de Móveis	XII
Móveis Salúquia, Lda	Moura	Comércio de Móveis	XII
MRW	Moura	Transportes Urbanos Nacionais e Internacionais	XXII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
MRP – Centro Médico Fisioterapia e Recuperação, Lda	Moura	Serviços de Fisiatria e Fisioterapia	XVI
Mundicamp, Lda	Moura	Comércio de produtos agrícolas	XII
Natália Dias	Moura	Estéticista	XIX
Náutica Mamede	Moura	Venda de equipamentos náuticos	XII
Norberto António garcia Chagas	Moura	Canalizações	XXIII
NUANA	Moura	Venda de vestuário	XII
Núcleo Sportinguista de Moura	Moura	Promoção de actividades desportivas	XVII
O Jardim da Bé	Moura	Venda de flores e material desportivo	XII
O Latôa	Moura	Café	XIV
O Liberato	Moura	Casa de pasto	XIV
O Louceiro	Moura	Venda de louças	XII
O Madeiras	Moura	Café	XIV
O Margato	Moura	Casa de pasto	XIV
O Ponto	Moura	Pastelaria	XIV
O Quarentinha	Moura	Taberna	XIV
O Túnel	Moura	Churrasqueira, restaurante	XIV
Oculista Machado	Moura	Oculista e ourivesaria	XII
Oficina de Serralharia Civil – António Miguel Moita Lobo	Moura	Serralharia civil	III
Oficina de Serralharia Civil – Carlos Manuel Ramos Pinto	Moura	Serralharia civil	III
Olishões	Moura	Armazém de calçado	XII
Ourivesaria Confiança	Moura	Venda de ouro e relógios	XII
Ourivesaria Pinto/ Pinto Oculista	Moura	Venda de ouro, relógios e óculos	XII
Panificação Fermentopão, Lda	Moura	Fabrico de pão	II
Panificação Flôr do Trigo, Lda	Moura	Fabrico de pão	II
Papelaria "Á do Mário"	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria "Arca de Noé"	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria CC	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Cerejo	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Jopal	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Neves	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Tropical	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Zéca	Moura	Venda de produtos de papelaria	XII
Parreira Verde	Moura	Café	XIV
Pastelaria " Doce Fino"	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria 2000	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria A Maria	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Amorosa	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Ana	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Brazão	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Convívio	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Dafidoce	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Emília	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Estudantil	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Pastelaria Europa	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Félix	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Gerdóce	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Luna	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria o Ponto	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria o Serrano	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Ponto e Vírgula	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Romelsa	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria S. Pedro	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Sergibe	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Tintin	Moura	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pato e Condeça, Lda	Moura	Demolições e terraplanagens	III
Pestana e Marques, Lda	Moura	Extracção de areias	IX
Petromoura, Lda	Moura	Venda de combustíveis	XII
Piçarra Pereira e Guerreiro, Lda	Moura	Reparação de automóveis e máquinas agrícolas	XIX
Pinta Barris, Lda	Moura	Hotelaria (turismo rural)	XIV
Pipera pneus, Lda	Moura	Comércio de peneus	XII
PlaniHigiene, Lda	Moura	Serviços de limpeza	XIX
Planilimpa, Lda	Moura	Serviços de limpeza	XIX
Polícia de Segurança Pública	Moura	Segurança Administração Interna	XXI
Prazeres e Camacho ,Lda	Moura	Venda de electrodomésticos	XII
Predial Alentejana, Lda	Moura	Mediação imobiliária	XVIII
PrediQueva	Moura	Mediação imobiliária	XVIII
Projest	Moura	Projectos de engenharia	XIX
Proliva – Produtos Alimentares, Lda	Moura	Produção de conservas de azeitona	II
Pronto a Vestir Chiquita	Moura	Venda de vestuário	XII
Pub Discoteca Longa 2	Moura	Pub Discoteca	XIV
Publideia	Moura	Publicidade e serviços	XV
Quality, Lda	Moura	Consultadoria	XVIII
Quarentina construções Lda	Moura	Construção civil	III
Rações Formax	Moura	Venda de rações	XII
Radiadores – Rodrigo André Gomes Linhas Roxas	Moura	Venda e reparação de radiadores	XII
Rádio Planície	Moura	Comunicação social	XV
RAFE- Luís Filipe Ortega Ramalho	Moura	Armazenista de tabaco, seguros	II
RAgro	Moura	Venda de Equipamentos e produtos para agricultura	XII
Raig construções, Lda	Moura	Construção civil	III
Ramalho e Graça, Lda	Moura	Agricultura	I
Raúl & Farinho, Lda	Moura	Construção civil	III
Raul Moita construções, Lda	Moura	Construção civil	III
Rebelde- Fábrica de Aperitivos, Lda	Moura	Fabrico de produtos alimentares	II

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Recauchutagem e vulcanização, Lda	Moura	Trabalhos com borrachas	XIX
Residencial "A Casa da Moura"	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Alentejana	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Italiana	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Pôr do Sol, Lda	Moura	Hotelaria	XIV
Residencial Santa Comba	Moura	Hotelaria	XIV
Restaurante "O Casão do Carmo"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante "O Arco"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante "O Latôa"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Café a Cave	Moura	Restauração	XIV
Restaurante "O Carlos"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante O Mónaco	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Patos e Infantes	Moura	Restauração	XIV
Restaurante "Guadiana"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante "Ponto@ome"	Moura	Restauração	XIV
Restaurante Snack Bar O Pérgula	Moura	Restauração	XIV
Retrosaria a Tesoura	Moura	Venda de produtos de retrosaria	XII
Rodrigues & Esparteiro, Lda	Moura	Serviços de contabilidade	XVIII
Rosália Prazeres	Moura	Mini-Mercado	XII
RT Gifts	Moura	Papelaria	XII
Rui Ferreira Gonçalves	Moura	Contabilidade e Seguros	XVIII
Safari -Boutique	Moura	Venda de vestuário	XII
Salão Alvorada	Moura	Cabeleireiros	XII
Salão Amy	Moura	Cabeleireiros	XII
Salão de Joaquina Fialho	Moura	Cabeleireiros	XII
Salão Hair Stalist	Moura	Cabeleireiros	XII
Saluquiatur, Lda	Moura	Hotelaria	XIV
Salvador e Grou, Contabilidade, Lda	Moura	Serviços de contabilidade	XVIII
SANEL	Moura	Venda de electrodomésticos e produtos para o lar	XII
Santa Casa da Misericórdia de Moura	Moura	Solidariedade social	XVII
Santos Brinca, Lda	Moura	Apicultura	I
Sapataria André	Moura	Venda de sapatos	XII
Sapataria Dajo	Moura	Venda de sapatos	XII
Sapataria Época	Moura	Venda de sapatos	XII
Sapataria Galanducho	Moura	Venda de sapatos	XII
Sapataria Isabel Bottier	Moura	Venda de sapatos	XII
Sardinha, Ginete e Filhos, Lda	Moura	Venda de vestuário e fazendas	XII
Sativa, desenvolvimento Rural, Lda	Moura	Consultadoria	XVIII
SEB, Lda	Moura	Edição de publicações periódicas	XV
SLE – Electricidade do Sul, S.A	Moura	Venda de energia eléctrica	XXIII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Serralharia Beltrão, Lda	Moura	Serralharia	III
Serralharia Pipa	Moura	Serralharia	III
Serrauto, Lda	Moura	Comércio de automóveis e tractores	XII
Serviços das Florestas-Direcção regional de Agricultura do Alentejo	Moura	Administração pública, serviços florestais	XXI
Sipexa, Lda	Moura	Produção de azeite	II
Silvauto	Moura	Comércio de automóveis	XII
Snack Bar " O Tarro"	Moura	Venda de bebidas	XIV
Snack Bar Pub Taranta, Lda	Moura	Comércio - café	XIV
Snack Bar Restaurante Clarabóia	Moura	Café	XIV
Sobeja – Sociedade de Cereais de Beja, Lda	Moura	Venda de cereais e equipamentos para agricultura	XII
Socarsul- Sociedade de Representação do Sul, S.A	Moura	Venda de automóveis	XII
Sociedade Agrícola Agroalqueva, Lda	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Defesa de São Braz, SA	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Garcia e Filhos, Lda	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agrícola José G. e Irmã,Lda	Moura	Agricultura	I
Sociedade Agro-pecuária Marim, Lda	Moura	Agricultura pecuária	I
Sociedade das Águas de Pizões de Moura, SA	Moura	Engarrafamento de águas	II
Sociedade dos Azeites de Moura, Lda	Moura	Produção de Azeite	II
Sociedade Comercial as cunhadas, Lda	Moura	Comércio de vestuário	XII
Sociedade Columbófila Mourense	Moura	Actividades columbófilas	XVII
SFUM – Sociedade Filarmónica União Mourense – “Os Amarelos”	Moura	Organização musical e actividades culturais	XVII
Sociedade de Gestão Imobiliária e Construção, Lda	Moura	Construção e venda de imóveis	XVIII
Sociedade Imobiliária Gambelas, Lda	Moura	Construção civil	III
Sociedade Panificação Mourense, Lda	Moura	Panificação	II
Sociedade Restauração, Lda	Moura	Hotelaria- restauração	XIV
Sodimoura, Lda/ Intermarché	Moura	Supermercado, venda a retalho	XII
SOFP, Lda	Moura	Formação profissional	XIX
Sofrusal, Lda	Moura	Agricultura	I
Sol de Moura Restauração, Lda	Moura	Restauração	XIV

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Solar do Poço	Moura	Café	XIV
Somaga, Lda	Moura	Serralharia civil	III
Somoura	Moura	Comércio	XII
Sopemafe, Lda	Moura	Comércio de ferragens	XII
Stand Turíbio	Moura	Comércio auto	XII
STEIA	Moura	Oficina auto	XIX
Sugo Design, Lda	Moura	Publicidade	XV
Sulcaça, Lda	Moura	Caça	I
Super Comércio Salúquia	Moura	Venda de produtos diversos	XII
Superbebé	Moura	Venda de vestuário para crianças	XII
Talho – João Lavadinho	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho – Joaquina Augusta Borrallo	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho Charcutaria Isaura Infante	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho Charcutaria "O Serrano"	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho Francisco&Faria	Moura	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Tapeçarias e Bordados	Moura	Venda de tapetes e bordados	XII
Táxi - Bergano	Moura	Transportes ocasionais	XXII
Táxis Mingote, Lda	Moura	Transportes ocasionais	XXII
Táxis Pica, Lda	Moura	Transportes ocasionais	XXII
O Toldo, Lda (Narci)	Moura	Comércio de vestuário e outros	XII
Telerádio	Moura	Comércio e reparações de electrodomésticos	XII
Teresa de Jesus Barreto R. Pedro – Coisas e Loisas	Moura	Produtos de decoração para o lar	XII
Tita	Moura	Vestuário para crianças	XII
TMN (Cerejo)	Moura	Venda de telemóveis	XII
Tomás Manuel Roque Félix	Moura	Construção civil	III
To-Zé&Pazes	Moura	Pintores de construção civil	III
Tranquilidade e Seguros – Joaquim Garrido	Moura	Seguros e outros serviços	XVIII
Transportadora Silva, Lda	Moura	Transportes rodoviários	XXII
Transportes Coutinho & Filhos, Lda	Moura	Transportes de cargas	XXII
Transportes,Lda	Moura	Transportes rodoviários	XXII
Transportes Relvas, Lda	Moura	Camionagem aluguer	XXII
Turimotos	Moura	Comércio de motos	XII
Unicaça, Lda	Moura	Actividades Agro-turísticas	XIV
Universal	Moura	Venda de tractores agrícolas	XII
Veteriserpa	Moura	Venda de medicamentos veterinários	XIX
Vetmoura – Centro Veterinário de Moura, Lda	Moura	Actividades veterinárias	XIX
Vidromontra, Lda	Moura	Restauro de móveis	VII
Vitolivet, Lda	Moura	Comércio de produtos agro-químicos	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Zona Agrária de Moura	Moura	Administração pública, serviços na área da agricultura	XXI
ZURICH	Moura	Agência de seguros	XVIII

Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho

Indústria e Agricultura

- I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais
- II – Alimentação, bebidas e tabaco
- III – Construção
- IV – Indústrias Químicas
- V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado
- VI – Engenharia mecânica e eléctrica
- VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel
- VIII – Material de transporte
- IX – Indústria extractiva
- X - Refinaria de petróleo e gás
- XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

- XII – Comércio
- XIII – Educação
- XIV – Hotelaria, restauração e turismo
- XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos
- XVI – Serviços de saúde
- XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais
- XVIII – Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários
- XIX- Serviços profissionais e outros.
- XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação
- XX I– Serviços Públicos
- XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)
- XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)

Anexo III

Cartografia Institucional da Freguesia da Amareleja

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
A.I.L.Y- Aperitivos e Batatas Fritas, Lda	Amareleja	Revendedor de produtos alimentares	XII
Adega Bar	Amareleja	Bar	XII
Agente de seguros Fidelidade – Manuel Salgueiro	Amareleja	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Global Seguros – António Valadas	Amareleja	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agostinha Maria Martins Caeiro	Amareleja	Mercearia/ venda de gás	XII
Agostinho Balola	Amareleja	Artesanato – relógios e monumentos em xisto	XII
Agostinho Luís Moreira Alfaiate	Amareleja	Fabrico de queijos de cabra	II
Agostinho Raimundo Afonso	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
Agostinho Raimundo Afonso	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
Agostinho Ramos Barradas	Amareleja	Produtor de passas	II
Agro Amarelejense, Lda.	Amareleja	Comércio de Produtos Agrícolas	XII
Agro Pecuária de La Mancha, SA	Amareleja	Produção Agrícola e Alimentar	I
Agrupamento Vertical de Amareleja	Amareleja	Educação	XIII
Alexandra & Filhos, Fabrica Tradicional de Enchidos, Lda	Amareleja	Transformação de produtos alimentares	II
Almacacer – Manutenção e Rep. Electromecânica e const. Civil Soc. Uni, Lda.	Amareleja	Fabrico de Máquinas	XIX
AMARBIO	Amareleja	Agricultura Biológica	I
Amareleja Sport – Artigos de Pesca e Desporto	Amareleja	Venda de artigos de Desporto	XII
Ana Isabel Oliveira Agulhas	Amareleja	Artesanato	XII
António Calado Simões	Amareleja	Venda de materiais de construção civil	XII
António Francisco Ferreira Silva	Amareleja	Produtor de Carvão	I
António José Martins Baltazar	Amareleja	Oficina de Serralharia Civil	XIX
António José Monteiro Tereno	Amareleja	Apicultor	I
António José P. Colorado	Amareleja	Comercio de Bebidas	XII
António Lopes Bandeira	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
António Manuel Simões Barradas	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
António Nunes Narra	Amareleja	Agricultura/viticultura	I
António Silva Ferreira	Amareleja	Produtor de carvão	I
António Rações	Amareleja	Produtor de Azeitona Pisada	II
Bagdad Pub	Amareleja	Bar	XIV
Baleizão & Morgado	Amareleja	Venda de fazendas	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Baleizão & Morgado	Amareleja	Venda Gás BP	XII
Bar a Cabana	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar Corte Velha	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar da Casa do Povo	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar da Música	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar do Mercado	Amareleja	Café, venda de bebidas	XIV
Bar da Sociedade Recreativa Amarelejense	Amareleja	Bar, venda de bebidas	XIV
Barbearia Ralinho	Amareleja	Corte de cabelo e barba	XII
Botaenergia - Projectos e montagens de Instalações Electricas e tel. Unip.Lda	Amareleja	Instalações de redes eléctricas e telefonicas	XXIII
Boutique Tic-Tac	Amareleja	Venda de roupa	XII
Cabeleireira – Francisca Sabino	Amareleja	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Jacinta	Amareleja	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Zulmira	Amareleja	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Café Bancaleiro	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café dos Barranquinhos	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Bonito	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Catrino	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Central	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Moreira	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Muleta Negra	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Pastelaria Ramos-Bar	Amareleja	Café e pastelaria	XIV
Café Sol Nascente	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Moura - Amareleja	Amareleja	Operações bancárias	XVIII
Caixistur	Amareleja	Oficina - Caixilharia de Alumínios	III
Carlos Carlos Manuel Fernandes Cruz	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Carpintaria Amandia G. Ganhão Serrano	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Domingos dos Santos Calado	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria José Francisco Honrado	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Lopes	Amareleja	Carpintaria e venda de artigos de caça e pesca	XII
Carpintaria Marcenaria Domingos Martins Amante	Amareleja	Trabalhos de carpintaria	VII
Casa Abibi	Amareleja	Café	XIV
Casa Amarela	Amareleja	Venda de artesanato	XII
Casa de Aluguer para Casamentos de Francisco C. da Mendes	Amareleja	Prestação de serviços - restauração	XIV
Casa Bébé	Amareleja	Confecções para homem, senhora e bebé	XII
Casa de Desporto – Rosário Tereno	Amareleja	Venda de artigos de desporto	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Casa das Novidades	Amareleja	Venda de confecções, tecidos e calçados	XII
Casa do Povo de Amareleja	Amareleja	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
CEPEGAL	Amareleja	Estação de serviço	XII
Cervejaria Pera	Amareleja	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Churrasqueira "Bomba"	Amareleja	Venda de refeições	XIV
Correios e Telecomunicações de Amareleja	Amareleja	Serviços e telecomunicações	XX
Corte e Quina	Amareleja	Serralharia civil	III
Deolinda Franco	Amareleja	Mercearia	XII
Domingos Coelho Tendeiro	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Domingos Santana Barreto	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Domingos Santana Senrada	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Drogaria "a Rural"	Amareleja	Drogaria	XII
Electro Grilo	Amareleja	Venda de electrodomésticos	XII
Engomadoria Marquita	Amareleja	Limpeza e passagem de roupa a ferro	XIX
Farmácia Duarte	Amareleja	Venda de medicamentos	XII
Farmácia Portugal	Amareleja	Venda de medicamentos	XII
FERRALCO	Amareleja	Serralharia civil	III
Florista Dora	Amareleja	Venda de flores	XII
Francisco Julião L. Branco & Francisco H. Simões	Amareleja	Padaria	II
Francisco Manuel Bonito Caro	Amareleja	Serralharia civil	III
Francisco Manuel Rosa Filipe	Amareleja	Apicultor	I
Francisco Manuel Zita Bancaleiro	Amareleja	Agricultor/Apicultor	I
Funerária Rosado	Amareleja	Prestação de serviços funerários	XIX
Grupo Desportivo Amarelegense	Amareleja	Desporto	XVII
Helder Manuel Moças Pereira	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Joaquim Prata Zita	Amareleja	Venda de motosserras e motores de rega	XII
João António de Sousa Carochinho	Amareleja	Construção Civil	III
Joaquim António Gomes Costa	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Joaquim José Pais Veigas	Amareleja	Venda de materiais de construção	XII
Joaquim Mário S. Ferreira	Amareleja	Venda de tabaco	XII
Joaquim Ramos Valadas	Amareleja	Venda de materiais de construção civil, móveis e outros serviços	XII
José Dias Caldeira	Amareleja	Construção civil	III
José Manuel Nunes Piteira	Amareleja	Agricultor/viticultor	I

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
José Marcelino Baleizão Ramos	Amareleja	Fabrico de Carvão	I
José Francisco Simões Prazeres	Amareleja	Serralharia civil	III
José Manuel Nunes Piteira	Amareleja	Produtor de vinho	II
José Manuel Lavinha Nunes	Amareleja	Produtor de carvão	XII
José Modesto Silva	Amareleja	Construtor civil	III
José Patrício Costa	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
José Pires Caixinhas	Amareleja	Produtor de carvão	I
José Rosado Calado	Amareleja	Venda de Electrodomésticos e Mobiliário	XII
Junta de Freguesia de Amareleja	Amareleja	Serviços públicos, administração local	XXI
Loja de ferragens – Joaquim J. Pais Veigas	Amareleja	Venda de ferragens	XII
Longa 2	Amareleja	Discoteca	XIV
Luis Jorge Ferreira	Amareleja	Agricultor/viticultor	I
Manuel Agulhas Repolho	Amareleja	Apicultor	I
Manuel António Gonçalves	Amareleja	Agricultor/Viticultor	I
Manuel Borracheiro Neves	Amareleja	Produtor de carvão	XII
Manuel Joaquim Cuco	Amareleja	Oficina mecânica	XIX
Manuel Pereira Marta	Amareleja	Apicultor	I
Manuel Rodrigues Ramos	Amareleja	Fabrico de carvão/agricultor	I
Manuel Serrano Lameira & Filhos	Amareleja	Aluguer de máquinas	XIX
Marcelino Afonso Antunes Raimundo	Amareleja	Caixilharias de aluminio	III
Marcelino Martins Pereira	Amareleja	Agricultor/Viticultor	I
Maria Bolrão Lucas	Amareleja	Fabrico de Bolos tradicionais e de pastelaria	II
Maria & Elisa, Contabilidade e Gestão, Lda	Amareleja	Serviços de contabilidade e gestão	XVIII
Mariana Calado Banha	Amareleja	Fabrico de queijos de cabra	II
Mário Manuel Mota Felix	Amareleja	Serralharia Civil	III
Martinho Correia Neves & Filhos	Amareleja	Padaria	II
Mercearia – António Ramalho	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Bancaleiro	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Cenrada	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia- Cidália Caldeira	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Margarida	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Pedro Estevão Escária	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mini-Grula – Manuel Pereira Jacinto	Amareleja	Mercearia	XII
Mini-Grula – Manuel Ramos	Amareleja	Mercearia	XII
Mini- Mercado Eurocanto	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Mini- Mercado Mariana Serra	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Melhor Preço	Amareleja	Venda de produtos diversos	XII
Mini Mercado Santana	Amareleja	Comércio retalhista	XII
Nelson Pires	Amareleja	Venda de materiais para construção civil	XII
O Lagar	Amareleja	Espaço para festividades	XIV
O Moranguinho	Amareleja	Pronto a Vestir	XII
Oficina de Tecelagem	Amareleja	Tecelagem	XII
Orlando Manuel Moreira Fialho	Amareleja	Produtor de carvão	I
Padaria Caroucinho	Amareleja	Fabrico e venda de pão	II
Papelaria Progresso	Amareleja	Venda de produtos de papelaria	XII
Pastelaria a Ponte	Amareleja	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria Santana	Amareleja	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pastelaria a Torre, Lda	Amareleja	Venda de produtos alimentares	XII
Posto da GNR	Amareleja	Segurança Administração Interna	XXI
Povoliva, Captações de água, Lda	Amareleja	Captações de água	XIX
Regina Boutique	Amareleja	Pronto a vestir	XII
Restaurante Ardila	Amareleja	Restauração	XIV
Restaurante " O Baldosa"	Amareleja	Restauração	XIV
Restaurante " O Encalho"	Amareleja	Restauração	XIV
Restaurante " O Turra"	Amareleja	Restauração	XIV
Retiro do Sossego	Amareleja	Bar	XIV
Retrosaria a Tesoura.	Moura	Venda de produtos de retrosaria	XII
Salão Maricris	Amareleja	Cabeleireiros	XII
Salão de Jogos Ratomatix	Amareleja	Salão de jogos	XIX
Salão Tesourinha de Oiro	Amareleja	Cabeleireiros	XII
Sapataria Central	Amareleja	Venda de sapatos	XII
Serafim Fernandes Martins	Amareleja	Serralharia civil	III
Sociedade Agrícola Couto Fornilhos, SA	Amareleja	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Quinta Choças, Lda	Amareleja	Agricultura	I
Sociedade Agrícola Herdade dos Ourives, Lda	Amareleja	Agricultura	I
Sociedade Agro-pecuária Martins e Costa, Lda	Amareleja	Agricultura pecuária	I
Sociedade Filarmónica Amarelejense	Amareleja	Ensino de musica	XVII
Sociedade Recreativa Amarelejense	Amareleja	Actividades recreativas	I
Sociedade Vitivinicula , Lda	Amareleja	Produção de Licores	II
Stand O Casarão	Amareleja	Comércio auto	XII
Supermercado Agulhas	Amareleja	Comercio a retalho	XII
Supermercado Fialho	Amareleja	Comércio de produtos variados	XII
Supermercado Monteiro	Amareleja	Comércio de produtos variados	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Taberna Domingos Varela	Amareleja	Venda de bebidas	XIV
Tasca Batata	Amareleja	Venda de bebidas	XIV
Texas Bar	Amareleja	Bar	XIV
Trigueirinha e Trigueirão, Lda	Amareleja	Produção de Azeite	II
Valadas e Ramalho, Lda	Amareleja	Venda de materiais de construção	XII
Valadas e Vitória, Lda	Amareleja	Actividades fúnebres	XIX
Vitamareleja, CRL	Amareleja	Agricultura	I
ZAMZ, Lda	Amareleja	Comércio de combustíveis	XII

Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho

Indústria e Agricultura

I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais

II – Alimentação, bebidas e tabaco

III – Construção

IV – Indústrias Químicas

V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado

VI – Engenharia mecânica e eléctrica

VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel

VIII – Material de transporte

IX – Indústria extractiva

X - Refinaria de petróleo e gás

XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

XII – Comércio

XIII – Educação

XIV – Hotelaria, restauração e turismo

XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos

XVI – Serviços de saúde

XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais

XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários

XIX- Serviços profissionais e outros.

XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação

XX I- Serviços Públicos

XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)

XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)

Anexo IV

Cartografia Institucional da Freguesia de Póvoa de São Miguel

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Agente de seguros Bonança – José Aresta	Póvoa de São Miguel	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Fidelidade – Francisco Ramalho	Póvoa de São Miguel	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Agente de seguros Tranquilidade – Joaquim Condeça	Póvoa de São Miguel	Prestação de serviços na área dos seguros	VXIII
Ana Correia	Póvoa de São Miguel	Mercearia venda de produtos alimentares	XII
António Mendes Caminho	Póvoa de São Miguel	Apicultor	I
Associação de Caçadores da Póvoa de São Miguel	Póvoa de São Miguel	Caça	I
Associação de Jovens da Estrela	Estrela/ Póvoa de São Miguel	Cooperação e solidariedade para com os jovens	XVII
Associação de Moradores da Estrela	Estrela/ Póvoa de São Miguel	Apoio à comunidade	XVII
Auto Dalu	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Auto Dalu	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Bar da Casa do Povo	Póvoa de São Miguel	Bar, venda de bebidas	XIV
Boutique Maria Madalena R. Neves	Póvoa de São Miguel	Pronto a vestir	XII
Boutique Nova Hera	Póvoa de São Miguel	Pronto a vestir	XII
Brásio & Santana	Póvoa de São Miguel	Construção civil	III
Café o Camarão	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Estrela	Póvoa de São Miguel - Estrela	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Ginja	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Restaurante – O Terreiro	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante O Terreiro	Póvoa de São Miguel	Venda de bebidas e refeições	XIV
Carpintaria e Móveis Alto da Vila	Póvoa de São Miguel	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria Ti Maria	Póvoa de São Miguel	Trabalhos de carpintaria	VII
Casa do Povo da Póvoa de São Miguel	Póvoa de São Miguel	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Duque Bate-chapas e Pinturas	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Farmácia Faria	Póvoa de São Miguel	Venda de medicamentos	XII
Francisco Comilho Ramalho	Póvoa de São Miguel	Comércio a retalho	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Francisco M. Moita Franco	Póvoa de São Miguel	Oficina auto	XIX
Grupo Desportivo Povense	Póvoa de São Miguel	Desporto	XVII
Joaquim Prata Zita (ESSO)	Póvoa de São Miguel	Venda de combustíveis	XII
José Prata Batista (Capricórnio)	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de queijos de cabra	II
José Reis	Póvoa de São Miguel	Compra e venda de carvão	I
Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel	Póvoa de São Miguel	Serviços públicos, administração local actividade florestal	XXI
MAJAC- Sociedade Turística e Hoteleira Póvoa	Póvoa de São Miguel	Restauração	XIV
Manuel Chouriço	Póvoa de São Miguel	Construção civil	III
Mariana Guiomar	Póvoa de São Miguel	Cabeleireira	XII
Martinho Ramalho Lavado Duque	Póvoa de São Miguel	Agricultura	I
Mercearia Custódia Prata	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Dias	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Frasquilho	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Vanda Veigas	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Banha	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Camarão	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Ginja	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini-Mercado Ramalho	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Romana Carrasco	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Padaria Custódia Prata	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de pão	II
Panificadora Correia & Begucho	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de pão	II
Panificadora Silva	Póvoa de São Miguel	Fabrico e venda de pão	II
Papelaria Carmo	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos de papelaria	XII
Pastelaria Regional – Maria Patinho	Póvoa de São Miguel	Fabrico de bolos de pastelaria	II
Rui Lopes	Estrela – Póvoa de São Miguel	Aluguer de contentores	XIX
Sagunpi,Lda	Póvoa de São Miguel	Agricultura	I

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Sociedade Agrícola Foz e Fronteira, Lda	Póvoa de São Miguel	Agricultura	I
Sociedade Costa Lavado, Lda	Póvoa de São Miguel	Aluguer de máquinas	III
Sociedade Recreativa Povense	Póvoa de São Miguel	Actividades recreativas	I
Sociedade Restauração, Lda	Moura	Hotelaria- restauração	XIV
Sociedade Terraplanagem Planície, Lda	Póvoa de São Miguel	Terraplanagens	III
Sodarca, Lda	Póvoa de São Miguel	Turismo	XIV
Supermercado Central	Póvoa de São Miguel	Comércio de produtos variados	XII
Táxis Montes do Alentejo, Lda	Póvoa de São Miguel	Transportes ocasionais	XXII
Ti Maria	Póvoa de São Miguel	Mercearia	XII
Transportes Rodoviários Moedas, Lda	Póvoa de São Miguel	Transportes rodoviários	XXII

Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho

Indústria e Agricultura

I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais

II – Alimentação, bebidas e tabaco

III – Construção

IV – Indústrias Químicas

V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado

VI – Engenharia mecânica e eléctrica

VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel

VIII – Material de transporte

IX – Indústria extractiva

X - Refinaria de petróleo e gás

XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

XII – Comércio

XIII – Educação

XIV – Hotelaria, restauração e turismo

XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos

XVI – Serviços de saúde

XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais

XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários

XIX- Serviços profissionais e outros.

XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação

XX I – Serviços Públicos

XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)

XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)

Cartografia Institucional da Freguesia de Safara

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Agro Pecuária de Safara, Lda	Safara	Agricultura Pecuária, produção Animal	I
Agro Reparadora Safarense, Lda	Safara	Serralharia civil e reparação de alfaias agrícolas	XIX
António G. Racha	Safara	Construção civil	III
António Gorrão	Safara	Serralharia civil	III
António Lúcio	Safara	Venda de vedações e cercas	XII
António Perfeito	Safara	Construção civil	III
Bar - Eduardo Silva	Safara	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar – Paula/Terror	Safara	Bar, venda de bebidas	XIV
Bar – Rui Ferreira Silva	Safara	Bar, venda de bebidas	XIV
Cabeleireira – Assunção Campaniço	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Lucília Perfeito	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Maria de Jesus	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Cabeleireira – Marisa Lúcio	Safara	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Café António Janeiro	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café João Rainha	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café José Santiago	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Manuel Lopes	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Restaurante Carlos Mestre	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante José R. Pires	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Restaurante Típico	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Srª. Pedrógão	Safara	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Carlos Mestre/ Paula	Safara	Turismo Rural	XIV
Carpintaria Augusto Caçador	Safara	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria João Pato	Safara	Trabalhos de carpintaria	VII
Carpintaria José C. Gançalves	Safara	Trabalhos de carpintaria	VII
Casa Divina Providência e M . Auxiliadora	Safara	Acção social para idosos	XVII
Casa do Povo de Safara	Safara	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Círculo Artístico Musical Safarense	Safara	Actividades culturais	XVII
Círculo Artístico Musical Safarense	Safara	Actividades culturais	XVII
Clube Safarense	Safara	Actividades culturais	XVII
Comissão de Gestão Zona de Caça Social dos Lameiros	Safara	Caça	I

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Cooperativa Agrícola de Safara	Safara	Comercio e transformação de Produtos Agrícolas	II
Correios e Telecomunicações de Moura	Safara	Serviços e telecomunicações	XX
Domingos Ferro	Safara	Venda de peças	XII
Domingos Ramos	Safara	Oficina auto	XIX
Estação de Serviço Conceição	Safara	Estação de servico	XII
Farmácia Maria H. Figueiredo	Safara	Venda de medicamentos	XII
Florasul	Safara	Defesa e Vigilância de Florestas	VII
Francisco Grilo	Safara	Construção civil	III
Francisco Valente	Safara	Construção civil	III
Frutaria – Ilexina Ravasco	Safara	Venda de frutas e hortaliças	XII
Grupo de Forcados Amadores de Safara	Safara	Actividades tauromáquicas	XVII
João Félix Amaro	Safara	Estação de Serviço	XII
Joaquim Bento	Safara	Pintura de automóveis	XIX
José Correia	Safara	Produção e venda de carvão	I
José Gorrão	Safara	Construção civil	III
José de Jesus Pires	Safara	Serralharia civil	III
José Miguel Brito Lopes Rocha	Safara	Fabrico de enchidos tradicionais	II
José Patrício	Safara	Oficina auto	XIX
José Quitéria	Safara	Apicultura	I
José Zacarias	Safara	Construção civil	III
José Valente	Safara	Construção civil	III
Júlio Assunção Gato	Safara	Agente BP Gás	XII
Junta de Freguesia de Safara	Safara	Serviços públicos, administração local	XXI
Loja dos 300 – Natércia Silva	Safara	Venda de produtos diversos	XII
Otilia	Safara	Fabrico de Bolos Tradicionais	II
Manuel Cachalau	Safara	Construção civil	III
Manuel Perfeito	Safara	Produção e venda de carvão	I
Maria de Fátima	Safara	Fabrico de doces e bolos	II
Mercearia Madalena Rocha	Safara	Venda de produtos diversos	XII
Miguel Batista	Safara	Venda de materiais eléctricos	XII
Mini Mercado Safarense	Safara	Comércio retalhista	XII
Mouracarnes, Lda	Safara	Fabrico e comercialização de enchidos	II
Novaterra, Lda	Safara	Comércio de produtos agrícolas	XII
Oliveira Doce, Lda	Safara	Produção de Azeite	II
Ourivesaria e Relejoaria – Ana Júlia Almeida	Safara	Venda de ouro e relógios	XII
Papelaria Joaquim Batista	Safara	Venda de produtos de papelaria e gás	XII
Pastelaria Sónia Santiago	Safara	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Paulo Batista	Safara	Construção civil	III
Peixaria – Ana Maria	Safara	Venda de peixe	XII

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Peixaria – António Amado	Safara	Venda de peixe	XII
Perfeito Santos, Lda	Safara	Comércio de materiais de construção civil	XII
Perfumaria – Assunção Rocha	Safara	Venda de perfumes e produtos de beleza	XII
Posto da GNR	Safara	Segurança Administração Interna	XXI
Pronto a Vestir Mariana	Safara	Venda de vestuário	XII
Restaurante Churrasqueira – José Maurício"	Safara	Restauração	XIV
Restaurante Típico " O Arcada"	Safara	Restauração	XIV
Snack Bar – Catarina Gorrão	Safara	Venda de bebidas e refeições	XIV
Sociedade Agrícola Monte dos Galapitos, Lda	Safara	Agricultura	I
Supermercado Herdeiros José B. Gonçalves	Safara	Comércio de produtos variados	XII
Supermercado V. Joaquim Ferreira	Safara	Comércio de produtos variados	XII
Talho Francisco R. Lúcio	Safara	Venda de carnes verdes e enchidos	XII
Talho José Rocha	Safara	Venda de carnes verdes e enchidos	XII

Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho

Indústria e Agricultura

I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais

II – Alimentação, bebidas e tabaco

III – Construção

IV – Indústrias Químicas

V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado

VI – Engenharia mecânica e eléctrica

VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel

VIII – Material de transporte

IX – Indústria extractiva

X - Refinaria de petróleo e gás

XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

XII – Comércio

XIII – Educação

XIV – Hotelaria, restauração e turismo

XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos

XVI – Serviços de saúde

XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais

XVIII– Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários

XIX- Serviços profissionais e outros.

XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação

XX I – Serviços Públicos

XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)

XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)

Anexo VI

Cartografia Institucional da Freguesia de Santo Amador

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Ana Guerreiro Seita Fachadas	Santo Amador	Fabrico de bolos tradicionais	II
Associação Defesa do Património Cultural e Ambiental de Santo Amador	Santo Amador	Divulgação, defesa do património de Santo Amador	XVII
Atélier de Restauro de Móveis	Santo Amador	Restauro de Móveis e Pintura Alentejana	XIX
Bar da Casa do Povo	Santo Amador	Bar, venda de bebidas	XIV
Café Farias	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Malagarta	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Rocha	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Santa Maria	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Rocha	Santo Amador	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Casa do Povo de Santo Amador	Santo Amador	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Centro Social e Comunitário	Santo Amador	Acção social	XVII
Correios e Telecomunicações (posto)	Santo Amador	Serviços e telecomunicações	XX
Farmácia Faria (posto)	Santo Amador	Venda de medicamentos	XII
Grupo Coral Feminino de Santo Amador	Santo Amador	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Coral Casa do Povo de Santo Amador	Santo Amador	Cantares alentejanos	XVII
Grupo Recreativo "A Cegonha Branca"	Santo Amador	Actividades culturais	XVII
Jacinto Santos Ramalho	Santo Amador	Venda de combustíveis e peneus	XII
João Ramos Candeias	Santo Amador	Construção civil	III
Junta de Freguesia de Santo Amador	Santo Amador	Serviços públicos, administração local actividade florestal	XXI
Lusitano Santoamadorense Clube	Santo Amador	Actividades Desportivas	XVII
Mercearia Batista	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia- Cremilde Guerreiro Seita Fachadas	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Irene Branco Malveiro	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Luzia Jacinto G. Farias	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Maria do Carmo Fachadas	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Santos	Santo Amador	Venda de produtos diversos	XII
Sporting Clube Santamadorense	Santo Amador	Desporto	XVII

Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho

Indústria e Agricultura

- I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais
- II – Alimentação, bebidas e tabaco
- III – Construção
- IV – Indústrias Químicas
- V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado
- VI – Engenharia mecânica e eléctrica
- VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel
- VIII – Material de transporte
- IX – Indústria extractiva
- X - Refinaria de petróleo e gás
- XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

- XII – Comércio
- XIII – Educação
- XIV – Hotelaria, restauração e turismo
- XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos
- XVI – Serviços de saúde
- XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais
- XVIII – Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários
- XIX- Serviços profissionais e outros.
- XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação
- XX I– Serviços Públicos
- XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)
- XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)

Anexo VII

Cartografia Institucional da Freguesia de Santo Aleixo da Restauração

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
António Cipriano	Santo Aleixo da Restauração	Apicultor	I
Café dos Barnabé	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café e Mercearia Pôr do Sol	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos e produtos alimentares	XIV
Café o Gato	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Palmeira	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos e bolos	XIV
Café Pita	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Pastelaria O Tijolo	Santo Aleixo da Restauração	Café e pastelaria	XIV
Café Por do Sol	Santo Aleixo da Restauração	Café	XIV
Café Restaurante O Juncalinho	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas e refeições	XIV
Carpintaria Balancho	Santo Aleixo da Restauração	Trabalhos de carpintaria	VII
Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração	Santo Aleixo da Restauração	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Catarina Gorjão Garcia	Santo Aleixo da Restauração	Comércio a retalho de produtos alimentares	XII
Centro Paroquial e Social	Santo Aleixo da Restauração	Acção social	XVII
Correios e Telecomunicações de Moura	Santo Aleixo da Restauração	Serviços e telecomunicações	XX
Drogaria Monteiro	Santo Aleixo da Restauração	Drogaria	XII
Farmácia Duarte	Santo Aleixo da Restauração	Venda de medicamentos	XII
Francisco Espírito Santo	Santo Aleixo da Restauração	Construção civil	III
Grupo Desportivo Casado Povo de Santo Aleixo da Restauração	Santo Aleixo da Restauração	Desporto	XVII
Grupo Musical "Os Restauradores"	Santo Aleixo da Restauração	Actividades culturais	XVII
Herdade da Negrita	Santo Aleixo da Restauração	Turismo Rural	XIV
José Godinho Silva	Santo Aleixo da Restauração	Apicultura	I
José Machado	Santo Aleixo da Restauração	Apicultura	I
José Luís Riego	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
José Maria Sargento da Cruz Valente	Santo Aleixo da Restauração	Aluguer de máquinas para serviços agrícolas	XIX
Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração	Santo Aleixo da Restauração	Serviços públicos, administração local actividade florestal	XXI



Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Loja António Caldeira	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Loja do Bento	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Loja da Joaquina Machado	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Loja Machado	Santo Aleixo da Restauração	Venda de materiais de construção	XII
Marvões, Agro pecuária e Florestal, SA	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
Mercearia Catarina	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Célia	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Por do Sol	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Mendes	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Romana	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Romana Carrasco	Póvoa de São Miguel	Venda de produtos diversos	XII
Monte Azul	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
Mourense Sociedade Agrícola, Lda	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura	I
Papelaria Bravo	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos de papelaria	XII
Papelaria Francisca Bravo	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos de papelaria	XII
Posto da GNR	Santo Aleixo da Restauração	Segurança Administração Interna	XXI
Quiosque Fabijone	Santo Aleixo da Restauração	Venda de produtos diversos	XII
Sociedade Agro-pecuáriaPorco Preto, Lda	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura pecuária	I
Sociedade Pecuária Coutada Nova, Lda	Santo Aleixo da Restauração	Agricultura pecuária	I
Supermercado Aleixo	Santo Aleixo da Restauração	Comércio de produtos variados	XII
Taberna Ana Almeida	Santo Aleixo da Restauração	Venda de bebidas	XIV

Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho

Indústria e Agricultura

I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais

II – Alimentação, bebidas e tabaco

III – Construção

IV – Indústrias Químicas

V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado

VI – Engenharia mecânica e eléctrica

VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel

VIII – Material de transporte

IX – Indústria extractiva

X - Refinaria de petróleo e gás

XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

XII – Comércio

XIII – Educação

XIV – Hotelaria, restauração e turismo

XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos

XVI – Serviços de saúde

XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais

XVIII – Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários

XIX- Serviços profissionais e outros.

XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação

XX I– Serviços Públicos

XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)

XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)

Anexo VIII

Cartografia Institucional da Freguesia de Sobral da Adiça

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Abrigo de Santo António	Sobral da Adiça	Lar de idosos	XVII
AJA – Associação Jovens Adiça	Sobral da Adiça	Actividades culturais e de apoio aos jovens	XVII
António Carlos	Sobral da Adiça	Construção Civil	III
António Seita & Joaquina Tubal	Sobral da Adiça	Pintores de construção civil	III
Associação Columbófila	Sobral da Adiça	Concursos columbófilos	XVII
Associação Sobralense de Apoio a Idosos	Sobral da Adiça	Apoio aos idosos	XVII
Bar "O Terreiro"	Sobral da Adiça	Bar, venda de bebidas	XIV
Cabeleireira – Leonor Galamba	Sobral da Adiça	Corte, lavagem e tratamento de cabelos	XII
Café Alzira Valente	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Monteiro	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café O Lago	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e petiscos	XIV
Café Restaurante EIRL	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e refeições	XIV
Café Pastelaria O Júnior	Sobral da Adiça	Venda de bebidas e refeições	XIV
Caixa Geral de Depósitos Agência	Sobral da Adiça	Operações bancárias	XVIII
Carpintaria Alexandre Fraústo Mestre	Sobral da Adiça	Fabrico e restauro de móveis	VII
Carpintaria José Tiago Trigo	Sobral da Adiça	Trabalhos de carpintaria	VII
Casa do Povo do Sobral da Adiça	Sobral da Adiça	Actividades socioculturais e apoio comunitário	XVII
Casa Victória	Sobral da Adiça	Venda de vestuário	XII
Cocktail Agro Pecuária, Lda	Sobral da Adiça	Produção Agrícola	I
Comissão de Touradas de Sobral "Amigos do Touro".	Sobral da Adiça	Espectáculos tauromáquicos	XVII
Cooperativa Agrícola de Moura E Barrancos (delegação)	Sobral da Adiça	Comercio e transformação de Produtos Agrícolas	II
Correios e Telecomunicações Sobral da Adiça	Sobral da Adiça	Serviços e telecomunicações	XX
Farmácia Silva Gomes	Sobral da Adiça	Venda de medicamentos	XII
Florinda C. & Sr. Sidoncha	Sobral da Adiça	Transformação do mármore	IX
Florival Mancha	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I
Gilberto Valente	Sobral da Adiça	Produção e venda de carvão	XII
Jorge " Palito"	Sobral da Adiça	Construção civil	III
José Manuel Menor Baião	Sobral da Adiça	Mercearia – venda de produtos diversos	XII
José Marques	Sobral da Adiça	Construção civil	III
José Paulo " Barote"	Sobral da Adiça	Construção civil	III
José Pires Caixinhas	Amareleja	Produtor de carvão	I
Júlio Hernandes	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I
Junta de Freguesia de Sobral da Adiça	Sobral da Adiça	Serviços públicos, administração local	XXI
Manuel Ângelo	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I
Manuel " Cadeireiro"	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de carvão	I

Instituição	Sede	Actividade	Sector de Actividade
Manuel Coroadinha	Sobral da Adiça	Pintor de Construção civil	III
Manuel Nunes	Sobral da Adiça	Construção civil	III
Mário Pinto	Sobral da Adiça	Construção civil	III
Mercearia – Alexandra Baldonado	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia – Alzira Valente	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mercearia Fátima Castelhano	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Canal	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Gomes	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Limpo	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Martins	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Novo	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Mini- Mercado Pato	Sobral da Adiça	Venda de produtos diversos	XII
Monte da Umbria-sociedade Agrícola, Lda	Sobral da Adiça	Agricultura	I
Monumental Sobralense	Sobral da Adiça	Actividades culturais e recreativas	XVII
O Dedal	Sobral da Adiça	Corte/Costura e decoração	XII
Orlando " Japão"	Sobral da Adiça	Produtor de carvão	I
Palhais Novo- Turismo Rural	Sobral da Adiça	Hotelaria	XIV
Panificadora Soares, Lda	Sobral da Adiça	Fabrico e venda de pão	II
Pastelaria Requinte	Sobral da Adiça	Venda de produtos de pastelaria	XIV
Pedro " Pintado"	Sobral da Adiça	Produção e venda de carvão	I
Pensão Mariana	Sobral da Adiça	Hotelaria	XIV
Posto da GNR	Sobral da Adiça	Segurança Administração Interna	XXI
Restaurante Central	Sobral da Adiça	Restauração	XIV
Restaurante O Lago	Sobral da Adiça	Restauração	XIV
Sipexa, Lda	Sobral da Adiça	Produção de azeite	II
Sociedade Agro-pecuária Herdade da Malhada , Lda	Sobral da Adiça	Sivilcultura	VII
Sociedade de Caça Serra da Adiça	Sobral da Adiça	Caça	I
Sociedade União Recreativa Sobralense	Sobral da Adiça	Actividades culturais	XVII
Victor Gomes	Sobral da Adiça	Construção civil	III
Victor Saragoça	Sobral da Adiça	Produção e venda de carvão	I

**Sectores de Actividade adaptados da OIT - Organização Internacional do Trabalho
Indústria e Agricultura**

- I – Agricultura; plantações ; outros sectores rurais
- II – Alimentação, bebidas e tabaco
- III – Construção
- IV – Indústrias Químicas
- V - Indústrias Têxteis, do vestuário e calçado
- VI – Engenharia mecânica e eléctrica
- VII – Silvicultura, madeira e pasta de papel
- VIII – Material de transporte
- IX – Indústria extractiva
- X - Refinaria de petróleo e gás
- XI – Produção de metais básicos

Serviços Públicos e Privados

- XII – Comércio
- XIII – Educação
- XIV – Hotelaria, restauração e turismo
- XV – Meios de comunicação, cultura e trabalhos gráficos
- XVI – Serviços de saúde
- XVII – Serviços colectivos, sociais e culturais
- XVIII – Serviços financeiros, seguros, contabilidade e imobiliários
- XIX- Serviços profissionais e outros.
- XX – Serviços de Correios e outros serviços de comunicação
- XX I– Serviços Públicos
- XXII – Transportes (aviação civil, ferroviários e terrestres)
- XXIII– Utilidades (água, gás, electricidade)



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Departamento de Pedagogia e Educação**

“Cartografia institucional do concelho de Moura”

Instrumento 1 – Questionário Institucional

(Baseado na Versão de 19 de Setembro de 2002 do Projecto “Cartografia educacional das freguesias de S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede e Torre dos Coelheiros”)

0. Freguesia: _____

1. Nome da Instituição : _____

2. Natureza/Objecto Social: _____

3. Data da Fundação ____ / ____ / _____

4. Número de associados _____

5. Actividades desenvolvidas nos últimos 12 meses, nos âmbitos a seguir discriminados:

✓ Organização administrativa, formação e gestão de pessoal

✓ Quotidiano (funcionamento, abertura ao público, reuniões de pessoal, etc.)

✓ Projectos(de investimento, de formação, de actividades pontuais, etc.)

✓ Formalidades de natureza burocrática e contabilística

6 . Actividades que tivessem necessitado de aprendizagens específicas, desenvolvidas nos últimos 12 meses:

6.1. da responsabilidade da instituição

6.2 . da responsabilidade de terceiros

6.3 . em parceria com as escolas do Concelho

7. Identificação de recursos

7.1 indique os recursos existentes na sua instituição que podem ser alvo de uma parceria com as escolas

7.2 Identifique recursos existentes nas escolas que possam ser utilizados pela instituição através de uma parceria



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Departamento de Pedagogia e Educação**

“ Cartografia institucional do concelho de Moura”

Instrumento 2 – Questionário Institucional

(Baseado na Versão de 19 de Setembro de 2002 do Projecto “ Cartografia educacional das freguesias de S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede e Torre dos Coelheiros”)

0. Freguesia: _____

1. Nome da Instituição : _____

2. Natureza/Objecto Social: _____

2. Data da Fundação _____ / _____ / _____

3. Número de associados _____

4. Actividades desenvolvidas nos últimos 12 meses, nos âmbitos a seguir discriminados:

✓ Organização administrativa, formação e gestão de pessoal

✓ Quotidiano (funcionamento, abertura ao público, reuniões de pessoal, etc.)

✓ Projectos(de investimento, de formação, de actividades pontuais, etc.)

✓ Formalidades de natureza burocrática e contabilística

6 . Actividades que tivessem necessitado de aprendizagens específicas, desenvolvidas nos últimos 12 meses:

6.1. da responsabilidade da instituição

6.2 . da responsabilidade de terceiros

6.3 . em parceria com as escolas do Concelho

7. Identificação de recursos

7.1 - Indique os recursos existentes na sua instituição que podem ser alvo de uma parceria com as escolas

Recursos Humanos

Recursos Materiais

Recursos Pedagógicos

Recursos Financeiros

Espaços

Outros : _____

7.2 - Identifique recursos existentes nas escolas que possam ser utilizados pela instituição através de uma parceria

Recursos Humanos

Recursos Materiais

Recursos Pedagógicos

Espaços

Outros: _____

Obrigado pela sua Colaboração



Anexo X I

PROTOCOLO ENTRE A UNIVERSIDADE DE ÉVORA E A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Considerando que a Universidade de Évora atribui elevada importância à relação com as diversas instituições no sentido da prestação de um serviço a nível do Ensino Superior, assumindo-se como factor de desenvolvimento Regional;

Considerando a necessária articulação entre o trabalho de investigação produzido em trabalhos de pós-graduação e a importância das suas conclusões para a tomada de decisão, fundamentada em critérios de rigor e com impacto para as populações servidas pelas autarquias;

Considerando a necessidade de investigar a importância social das diversas instituições na promoção de aprendizagens não formais e no estabelecimento de parcerias com as várias escolas, visando a melhoria da qualidade educacional e contribuindo para as decisões adequadas em matéria de política educativa local.

Entre

A Universidade de Évora, estabelecimento de Ensino Superior Universitário, representada pelo Prof. Doutor José Antunes Afonso de Almeida, na qualidade de Vice-Reitor e adiante designada por UE.

E

A Câmara Municipal de Moura, representada pelo Dr. José Maria Prazeres Pós-de-Mina na qualidade de Presidente, adiante designada por CMM

É celebrado de comum acordo e de boa fé o presente protocolo que se rege pelas seguinte cláusulas:

Cláusula 1^a (Objecto)

1. O Presente protocolo tem por objecto o desenvolvimento de estudos e actividades de investigação ao nível de pós-graduação universitária (Mestrado), no âmbito da Gestão e Administração Escolar, visando a promoção de parcerias entre os estabelecimentos de ensino e as instituições locais tendo como âmbito geográfico e administrativo o Concelho de Moura.

2. Para efeitos previstos no ponto 1. serão realizados estudos sob responsabilidade do Licenciado Carlos António Couraça Calhau, mestrando da UE, sob a orientação e coordenação científica do Prof. Doutor José Bravo Nico, da mesma Universidade.
3. Os estudos referidos no ponto 2 decorrerão em diversas instituições do Concelho e visam a promoção da qualidade educativa.

**Cláusula 2^a
(Coordenação)**

1. A Coordenação científica e pedagógica do presente protocolo incumbe ao Prof. Doutor José Bravo Nico, Professor Auxiliar do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.
2. O acompanhamento do presente protocolo por parte da CMM compete a um coordenador a nomear por esta.
3. Tendo em vista o acompanhamento, planeamento e avaliação periódica da aplicação deste protocolo, bem como a tomada de quaisquer decisões conducentes à sua adequada execução, as partes promoverão reuniões periódicas entre os seus representantes.

**Cláusula 3^a
(Competências)**

1. Compete à UE
 - a) Realizar os trabalhos de investigação a que se refere a cláusula 1^a;
 - b) Emitir pareceres e recomendações através dos responsáveis pela execução deste protocolo, em representação da UE, relativamente aos trabalhos em curso com interesse para a CMM e que não comprometam o relatório final de investigação;
 - c) Apoiar na formação necessária dos agentes responsáveis pela execução de trabalhos no âmbito da investigação com interesse directo para a autarquia;
 - d) Coordenar cientificamente grupos de trabalhos que venham a ser constituídos no âmbito da investigação em curso;
 - e) Facultar elementos resultantes do trabalho de investigação;
 - f) Elaborar um relatório final de investigação.
2. Compete à CMM
 - a) Conceder apoio logístico e documental que possibilite o desenvolvimento das competência previstas nas alíneas b) e f) do ponto 1.;

- b) Disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários à execução de actividades no âmbito do ponto 2 da cláusula 1^a e das que resultem da aprovação de programas e projectos no âmbito do programa e afins;
- c) Divulgar as iniciativas referidas em c);
- d) Para os efeitos previstos no ponto 3 da cláusula 1^a a CMM fomentará, pelas formas que entender adequadas, o acesso e a colaboração das instituições aí previstas.

Cláusula 4^a
(Execução do protocolo)

1. A colaboração abrangida pelo presente protocolo será estabelecida, se necessário, através de contratos específicos a celebrar entre as partes.
2. Os direitos e obrigações de cada uma das partes, designadamente quanto ao programa de trabalho de projectos, duração e titularidade dos resultados da investigação serão estabelecidos no âmbito de cada contrato de concretização, por acordo entre ambas as partes.

Cláusula 5^a
(Vigência)

1. O Presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigora pelo período de um ano, salvo denúncia por qualquer das partes, comunicada à outra com a antecedência mínima de três meses, e sem prejuízo da conclusão de qualquer actividade em curso, bem como do disposto no número seguinte.
2. o protocolo poderá ser modificado, no todo ou em parte, ou revogado, sempre por comum acordo entre as partes.

Cláusula 6^a
(Resolução de conflitos)

1. Nos casos não previstos no presente protocolo será avaliada a situação entre as partes através dos seus representantes que decidirão.

O presente protocolo foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Évora,

O Presidente da Câmara de Moura Dr. José Maria Prazeres Pós-de-Mina	O Vice-Reitor da Universidade de Évora Prof. Doutor José A. Afonso de Almeida
--	--